

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS)**  
**DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM (DEnf)**

**MARIANA NUNES IGNATIOS**

**MÍDIA ONLINE: DIREITO DAS MULHERES À  
AMAMENTAÇÃO PROLONGADA NA PERSPECTIVA DE  
GÊNERO**

**SÃO CARLOS - SP**

**2020**

**MARIANA NUNES IGNATIOS**

**MÍDIA ONLINE: DIREITO DAS MULHERES À  
AMAMENTAÇÃO PROLONGADA NA PERSPECTIVA DE  
GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Ciências da Saúde.

Área de concentração: Cuidado e Trabalho em Saúde e Enfermagem

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Cangiani Fabbro

**SÃO CARLOS-SP**

**2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

---

**Folha de Aprovação**

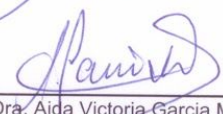
---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mariana Nunes Ignatios, realizada em 19/02/2020:




---

Profa. Dra. Marcia Regina Cangiani Fabbro  
UFSCar



---

Profa. Dra. Aida Victorja Garcia Montrone  
UFSCar



---

Prof. Dr. Rodrigo Eduardo Botelho Francisco  
UFPR

Dedico este trabalho à minha mãe, *in memoriam*, e a todas as mulheres que como ela lutaram e lutam pelos seus direitos.

## AGRADECIMENTO

Amamentar não envolve só uma pessoa, assim como pesquisa também não. Então, primeiramente gostaria de agradecer ao meu marido Kiko, que sempre me apoia, por ser um pai ativo e por dividir os cuidados com nossos três pequenos. Assim, consegui realizar esta pesquisa. Obrigada querido por amamentar comigo há sete anos consecutivos! Agradeço também aos meus três pequenos gurus, Rafa, Leleco e Eric, que me ensinam sempre, e que me levaram ao mundo da maternidade. Por culpa deles, meu interesse pela amamentação ultrapassou os limites da prática. Meus sinceros agradecimentos à equipe do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, em especial ao Tiago Corrêa pela paciência, aos professores por me guiaram neste caminho e às colegas de turma de mestrado pela amizade e companheirismo.

Também não poderia esquecer da sempre amiga e parceira de trabalho Denise Britto, que me apoiou desde que pensei em me inscrever neste programa de pós-graduação. À Gisele Bicaletto, também companheira de trabalho, por me cobrir nas ausências. Ao João Justi, meu chefe, pelo apoio, pela compreensão e por oferecer possibilidades para que eu conseguisse fazer o mestrado. À colega de trabalho Agnes Arato, parceira do programa na Rádio UFSCar Manheeee, que sem saber me incentivou a abordar este tema nesta pesquisa de mestrado. Não poderia deixar de mencionar a Karlinha Milani, que cuidou dos meninos enquanto eu me debruçava nesta pesquisa. Obrigada também ao Maurício Gorpo que me presenteou com a cópia da tese da Rosa Castilho, que me iluminou no decorrer no trabalho de organização da tese. À minha cunhada Michy Reis que, em meio ao "furacão", me deu uma ajuda inestimável para que eu conseguisse finalizar e inscrever a dissertação no prazo. Também não poderia esquecer meu centenário tio-avô e pediatra são-carlense, Rui Nunes, por compartilhar diversas histórias sobre infância, partos, maternidades/paternidades e amamentação, me aguçando a querer saber mais e mais sobre aleitamento materno. Um imenso obrigada à Márcia, minha orientadora e amiga, que topou abraçar uma jornalista nesta mistura de comunicação e saúde. E finalmente, a todos os cafés percorridos por me abrigarem durante a pesquisa.

O sucesso da amamentação não é só de responsabilidade da mulher. A promoção do aleitamento materno é uma responsabilidade coletiva da sociedade.

(Rollins et al., 2016)

## RESUMO

Apesar de todas as evidências científicas comprovando os benefícios da amamentação para mãe, bebê, família, sociedades e ambiente, e da melhora da situação do aleitamento materno (AM) no Brasil, os indicadores estão estagnados. Para que a amamentação se torne uma prática amplamente adotada, são necessários esforços dos diversos segmentos sociais. A iniciação precoce, a amamentação exclusiva e a amamentação continuada são influenciadas por fatores determinantes, dentre eles as tendências sociais, a propaganda, a mídia e a indústria. Portanto, a mídia é um dos atores responsáveis pela divulgação da prática de amamentar. O presente estudo tem por objetivo compreender, na perspectiva de gênero, como a mídia online, mais especificamente o G1 da Globo<sup>1</sup>, explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada. Trata-se de um estudo documental, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, utilizando matérias do site de notícia G1. A coleta foi feita pelo site de busca Google, de 2012 a 2018. O ano inicial foi escolhido considerando a matéria de capa da revista *Time*, que trata sobre amamentação prolongada e mobilizou o tema no mundo. A Análise de Conteúdo foi guia para classificação e categorização dos documentos. Os resultados apontaram que, ainda que a prática da amamentação envolva diretamente a mulher-mãe, sua vida concreta não costuma ser considerada quando o assunto são as prescrições relacionadas ao aleitamento materno. A maior parte dos discursos pró-amamentação continua a enfatizar a importância da prática para a saúde da criança, num contexto no qual o corpo feminino continua a ser regulado socialmente, em detrimento da amamentação como processo intersubjetivo. Conclui-se que a mídia não tem realizado um papel satisfatório, muitas vezes reproduzindo estereótipos de gênero que não auxiliam as mulheres e suas famílias nas tomadas de decisão. Reconhece-se que ela tem papel importante em relação aos discursos e políticas contemporâneas pró-amamentação e seus desdobramentos na perspectiva da mulher, trazendo novos olhares no campo da saúde e nos novos modelos de maternidade (e paternidade). Para tanto, a mídia de massa precisa aproximar seu discurso da mulher mãe, seus desejos, expectativas e vida, quando o assunto é amamentação, visando colaborar com o aumento da prevalência deste indicador e a repensar seu papel de reprodutora de normas e condutas sexistas.

**Palavras-chave:** Aleitamento Materno. Mulheres. Direitos Sexuais e Reprodutivos.

---

<sup>1</sup> G1. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 27 jul. 2019.

## ABSTRACT

Although scientific evidence supports the clear benefits of breastfeeding for the mother, baby, family, society and our environment, there is limited improvement in this regard, and the key indicators remain stagnant. To amplify the practice of breastfeeding, efforts in several social fronts will be necessary. Early start, along with exclusive and continuous practice of breastfeeding are influenced by key factors such as social trends, media awareness and the availability of products in the market. Among these, media is an important factor to influence and stimulate breast feeding. The present study has the objective of analyzing online media, more specifically Globo<sup>2</sup> G1's coverage of prolonged breastfeeding, considering gender and human rights aspects. It is a documental study, exploratory, descriptive and qualitative in nature, utilizing themes from the G1 site. The data set was retrieved using Google, and includes news items from 2012 to 2018. The starting date was chosen based on a cover page article of Time Magazine, where prolonged breast feeding was featured, and which spread throughout the world. Content Analysis method was used to classify the news items. The results indicate that, although breast feeding practice involves directly the mother-woman, their own expectations, needs and livelihood are not taken into consideration. The majority of pro-breastfeeding articles continue to focus on the importance of the practice due to benefits to the babies health. In that context, the female body continues to be regulated socially rather than focusing in the intersubjective process between mothers and their spouses, family and society. We conclude that media does not play a satisfactory role, often reproducing gender stereotypes that do not help women and families in their decision making process. We confirm that media has an important role to play with relation to themes and modern pro-breastfeeding policies and their effects on womens' perspectives. We conclude that media has to bring together the theme of mother-woman, their needs and expectations, when breastfeeding is the focus when trying to improve indicators. It must also re-think its own role in reproducing norms and sexist conducts.

**Keywords:** Breastfeeding. Women. Sexual and Reproductive Rights.

---

<sup>2</sup> G1. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 27 jul. 2019.



## RESUMEN

A pesar de todas las evidencias científicas que comprueban los beneficios de la amamentación para la madre, el bebé, la familia, la sociedad y el medio ambiente y además teniendo en cuenta la mejoría de la situación de la misma en Brasil, los indicadores correspondientes están estancados. Son necesarios esfuerzos de los diferentes segmentos sociales para que la amamentación se vuelva una práctica ampliamente adoptada. La iniciación precoz, la amamentación exclusiva y la amamentación continuada están influenciadas por factores determinantes dentro de los cuales podemos mencionar las tendencias sociales, la propaganda, la media y los productos disponibles en el comercio.

Por lo tanto, la media es uno de los actores responsables por la divulgación de la práctica de amamantar. Ella ejerce una función importante en la constitución de la subjetividad, apuntando modos de ser y de ejercer las prácticas del cotidiano, vehiculando valores, conceptos y modos de entender la realidad. Así, junto a la familia y otras instituciones se vuelven espacios de formación y elaboración de conceptos y modos de vivir. Ante las informaciones sobre la importancia de la amamentación, de la influencia de la media de masa promoviendo y apoyando la amamentación y de la perspectiva de la amamentación como un derecho de la mujer y un proceso de empoderamiento sobre su propio cuerpo, el presente estudio tiene como objetivo conocer y canalizar cómo la prensa “online”, más específicamente el G1 de la Globo<sup>3</sup>, aborda el tema amamentación prolongada considerando aspectos de género y derechos. Se trata de un estudio documental de carácter exploratorio y descriptivo, con abordaje cualitativo, utilizando materias del sitio de noticias G1. La colecta ha sido realizada por el sitio de búsquedas Google, de 2012 a 2018.

El año inicial fue elegido por la portada de la revista “Time” que trata de amamentación prolongada y que ha movilizado el tema en el mundo. El Análisis de Contenido fue el guía para la clasificación y categorización de los documentos. Los resultados mostraron que, aunque la práctica de la amamentación envuelva directamente a la mujer -madre, sus expectativas, deseos y su vida concreta no acostumbran ser considerados en cuanto a lo que se refiere a las prescripciones relacionadas a la amamentación. La mayor parte de los discursos a favor de la amamentación sigue enfatizando la importancia de la práctica para la salud del niño pero en un contexto en el cual el cuerpo femenino continúa a ser regulado socialmente y en perjuicio de la amamentación como proceso intersubjetivo. Se ha concluido que la media no ha realizado un papel satisfactorio, reproduciendo muchas veces estereotipos de género que no auxilian a las mujeres y sus familias en las tomas de decisión. Reconocemos que ella tiene un papel importante en relación a los discursos y políticas contemporáneas pro-amamentación y sus

---

<sup>3</sup> G1. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 27 jul. 2019.

desdoblamiento en la perspectiva de la mujer introduciendo una nueva mirada en el campo de la salud y en los nuevos modelos de maternidad (y paternidad). Con ese objetivo, la media de masa precisa aproximar su discurso al de la mujer-madre, a sus deseos, a sus expectativas, a su vida cuando el asunto es amamantación, visando así colaborar con el aumento de la predominancia de este indicador y ayudando a repensar su papel de reproductora de normas y conductas sexistas.

**Palabras-clave:** Amamantación.Mujeres.Derechos sexuales y reproductivos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b>	Quadro de categorização	35
<b>Quadro 2</b>	Resumo dos resultados AM: 483 matérias, 2012-2018	88
<b>Quadro 3</b>	Títulos de matérias e categorias	89 e 90
<b>Quadro 4</b>	Resumo dos resultados AMP: 55 matérias, 2012-2018	92
<b>Quadro 5</b>	Matérias pré-categorizada como Promoção em AMP	93 e 94
<b>Quadro 6</b>	Matéria pré-categorizada como Apoio do AMP	94 e 95
<b>Quadro 7</b>	Matéria pré-categorizada como Proteção do AMP	95
<b>Quadro 8</b>	Matéria pré-categorizada como Outros	95
<b>Quadro 9</b>	Matéria categorizada como Porque Amamentar	101
<b>Quadro 10</b>	Matéria categorizada como Amamentar por quanto tempo eu quero: direitos das mulheres	101 e 102
<b>Quadro 11</b>	Matéria categorizada como Até quando amamentar	102 e 103
<b>Quadro 12</b>	Categorização e números	108
<b>Quadro 13</b>	Exemplo de matéria - radical "amament"	114 e 115
<b>Quadro 14</b>	Exemplo de matéria - palavra chave Banco de Leite	115, 116 e 117
<b>Quadro 15</b>	Exemplo de matéria - palavra chave mamaço	117 e 118
<b>Quadro 16</b>	Exemplo de matérias - não estão em acordo com o MS	118 e 119

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	aleitamento materno
AMP	aleitamento materno prolongado
AME	aleitamento materno exclusivo
ONG	Organizações não Governamentais
SMAM	Semana Mundial do Aleitamento Materno
QI	Quociente de inteligência
PIM	Insuficiência Percebida de Leite
PNH	Política Nacional de Humanização
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
URL	Uniform Resource Locator
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
MS	Ministério da Saúde
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo
OMS	Organização Mundial da Saúde
LLL	La Leche League
WHO	World Health Organization
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
MGTV	TV Minas Gerais
IBFAN	Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar
PNIAM	Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno
NPS	Pesquisa Nacional de Saúde
IUBAAM	Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
SNES	Serviço Nacional de Educação Sanitária
NYT	New York Times
LM	Leite Materno

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA	22
1.2 OBJETIVO	22
<b>2 JUSTIFICATIVA</b>	<b>24</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>28</b>
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>36</b>
4.1 AMAMENTAÇÃO	36
4.2 GÊNERO E DIREITOS	58
4.3 COMUNICAÇÃO E SAÚDE	65
<b>5 RESULTADOS</b>	<b>83</b>
<b>6 DISCUSSÃO</b>	<b>109</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>136</b>

## APRESENTAÇÃO

Nasci de cesárea em 1977, pois o médico obstetra alegou que eu estava sentada e não era possível fazer parto normal. Quatro meses depois, minha mãe estava grávida da minha irmã e o médico aconselhou me desmamar pois o risco de aborto era alto.

Minha mãe nunca falava sobre como eu nasci, nem como foi o parto da minha irmã, que também foi por cesariana. Ela contava muitas histórias de minha infância, mas esta nunca, a qual só tive interesse em conhecer quando estava grávida do meu primeiro filho. Como ela já tinha falecido, quem me contou como eu tinha nascido e se tinha sido amamentada foi meu tio avô de 100 anos, que foi meu pediatra.

Em 2010 minha irmã teve sua primeira e única filha de cesárea, e o médico alegou que ela estava com pouco líquido e não poderia fazer parto normal. No dia agendado para o parto, todos nós da família estávamos a postos na janela do berçário com o link para a sala de parto nos computadores. Além disso, meu cunhado estava gravando tudo na própria sala de parto. Pouco consegui assistir do vídeo, dias depois. Partos cesáreos sempre me impressionam muito, mas nunca tinha parado para ler sobre o assunto até minha sobrinha nascer sem sinais vitais, e as enfermeiras utilizarem tubos pela boca e pelo nariz para que ela pudesse respirar.

Na mesma época, uma grande amiga estava grávida e me contava sobre o grupo de gestante que estava frequentando, que tratava basicamente do parto natural. Sem saber sobre o assunto, comecei a ler.

No ano anterior, eu tinha engravidado duas vezes, mas perdemos os bebês na oitava semana. Nunca descobrimos as causas, embora meus exames tivessem apresentado fator antinúcleo positivo. Alguns médicos da vasta lista que consultamos durante os dois anos seguintes diziam que pelos exames que existiam e que tínhamos feito, nada pôde ser comprovado. A sugestão foi um tratamento empírico, caso engravidasse novamente: o uso de anticoagulante diariamente durante a gestação, devido a uma explicação que simplifico aqui: o sangue poderia estar coagulando em volta do bebê, coibindo seu desenvolvimento. Cansada de

tantos exames e médicos, resolvi no final de 2012 que iria desistir de buscar uma resposta para as perdas e "o que tivesse que ser, seria".

Minha sogra, não querendo deixar o desânimo tomar conta, aconselhou uma última tentativa. Foi quando tive a orientação de procurar uma médica em Ribeirão Preto, especialista em perda de bebês por repetição. Liguei para ela, expliquei o caso, e marcamos um primeiro acompanhamento depois de uma viagem de férias com meu marido, para a segunda quinzena de novembro de 2012, logo depois do ciclo menstrual deste mês. Após passar um mês fora, voltamos para casa. Agora era aguardar a menstruação chegar para ir à médica, como combinado. E nada. Após um exame de farmácia, descobrimos que estava grávida. Um misto de felicidade e tristeza. E agora? Como não perder mais um bebê?

Foi quando liguei para aquela amiga que tinha feito acompanhamento com um grupo de parto humanizado pedindo indicação de um médico. E lá fomos nós.

Pré-natal começando. Tudo certo, saímos da consulta com uma receita de anticoagulante para uso diário. E a aventura começou. Foram muitos livros, artigos, encontros de gestantes, conversa com amigas, filmes e vídeos. Ouvimos muitos relatos de parto e de amamentação. Sabíamos naquele começo o que não queríamos, mas ainda tentávamos descobrir o que queríamos. Vivíamos um dia após o outro, sem saber se nosso destino ia ser diferente nesta gestação.

Descobrimos com nossa busca a falta de empoderamento feminino, de protagonismo no parto e na amamentação. Ainda sem entender o porquê.

Enfim, nossa caminhada por tentar entender a gestação, o parto, a amamentação, a maternidade e a paternidade foi cheia de entusiasmo e ao mesmo tempo tristeza pela realidade dos casais que contavam suas histórias no grupo que frequentávamos.

Tive um descolamento de placenta no começo da gestação quando estava andando de bicicleta do trabalho para casa. Foram muitos ultrasons e muitos quilos ganhos. Nove meses se passaram. Rafa nasceu de parto natural no hospital com 39 semanas e 5 dias. Após nascer, ainda na banheira, mamou. Ainda deslumbrada com todo sentimento que nos rodeava, olhava toda a mágica do nascimento e da amamentação, incrédula.

No dia seguinte já estava em casa com o Rafa. Enquanto ele não estava

mamando, eu usava, por orientação, um sutiã que me apertava tanto que faltava o ar. Alguns dias depois, o bico do seio doía tanto que eu amamentava mordendo os lábios. Não é possível que seja isso mesmo, me perguntava. Um bico de silicone veio como "salvação", também por orientação. A pomada de lanolina e a concha (para "evitar a umidade no bico do peito") vieram no pacote. Nada parecia ajudar muito...

Foi quando desisti de todos os apetrechos e das orientações. Guardei sutiã, bico de silicone, concha e pomada na gaveta, abri o computador e fui buscar por relatos de mães. Também escrevi para algumas amigas. A sugestão foi aliviar o peito com ordenha manual, não usar nada no bico, somente o próprio leite materno e prestar atenção na pega, além de ter muita calma durante a amamentação. Aos poucos os bicos do peito foram melhorando e, finalmente, consegui sentir a parte boa da amamentação.

Foram quatro anos amamentando o Rafa. Quando ele tinha um ano e sete meses, o Alex nasceu. Amamentava os dois. Quando o Eric estava quase para nascer, Rafa parou de mamar naturalmente. Mantive o aleitamento materno do Alex e do Eric. Aos três anos e meio Alex foi parando de mamar, também por vontade própria. Eric tem dois anos e meio e ainda mama. Como a maioria das mães, passei por momentos difíceis na amamentação. Mas também tiveram momentos ótimos! Faz sete anos que amamento. Quando falo isso me olham com um misto de loucura e dó, mas juro, não me sinto nem louca e nem coitada. Me sinto muito feliz! Eu quis amamentar os meninos. Foi minha escolha. Adoro nosso vínculo. Acho que tudo é mais fácil com o aleitamento materno. A vida fica muito mais prática.

Sou jornalista de formação. Trabalhei em jornais impresso e televisivo, rádio, revista e assessoria de comunicação. Desde 2011 sou uma das assessoras de comunicação da UFSCar. Nosso trabalho é a divulgação científica. Em 2015, uma colega de trabalho e eu criamos o programa Manheee na rádio UFSCar como um trabalho voluntário e um projeto de extensão. Foram dois anos de muita descoberta. Durante este período nossos filhos foram chegando, e entre um e outro, voltava ao trabalho depois de seis meses de aleitamento materno exclusivo. Devido a minha carga horária de cinco horas e a minha bombinha de extração de leite, além da rede de apoio que oferecia o leite materno aos meninos, consegui manter a



amamentação.

Entre uma extração de leite e outra, sofri uma situação constrangedora de um colega de trabalho, que mostrando ignorância com relação ao aleitamento materno, me desmoralizou no ambiente de trabalho. Aquilo foi viver de fato o que já tínhamos tratado no programa de rádio algumas vezes, o que eu já tinha ouvido em muitos relatos e lido em outros tantos. O ocorrido me motivou a realizar um projeto fotográfico, em 2016, chamado Tenho Peito, com 12 mães que amamentavam crianças com mais de um ano. A exposição rodou os quatro campi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP), campus São Carlos, além de locais da cidade de São Carlos entre 2016 e 2018. O fato também me instigou a participar de debates e discussões sobre as dificuldades com o aleitamento materno (AM).

Mesmo depois disto, e de registrar minha reclamação quanto à situação constrangedora na Ouvidoria da Universidade, não estava satisfeita.

Em 2015, sabendo da dificuldade das mães em manter a amamentação com a volta ao trabalho, investi em algumas bombinhas de extração de leite para locação e criei uma logomarca para o pequeno negócio, Mamapolvo<sup>4</sup>. Este também é o nome do blog que lancei no mesmo ano, para veicular textos sobre maternidade, amamentação e ioga. Neste mesmo ano, passei a dar aulas de ioga para adultos, gestantes e crianças.

Da vontade de parir nosso segundo filho em casa, resolvi fazer um curso de doula e lá, tive contato com a consultoria em plano de parto. Investi em um curso e passei a oferecer consultorias para ajudar mães a realizarem o tipo de parto desejado, o que também explico com mais detalhes no blog.

Com a locação das bombinhas, tive contato com muitas mães com dificuldade para amamentar, ou que estavam voltando ao trabalho.

Ainda sentia que faltava algo. Queria entender mais sobre o tema amamentação prolongada, principalmente na perspectiva da mulher e, por isso, decidi abordar o assunto em um projeto de pesquisa de mestrado. E para minha felicidade, encontrei uma professora que "tem peito" e resolveu topiar a aventura. E

---

<sup>4</sup> MAMAPOLVO. Blog criado com a intenção de compartilhar um pouco do que pesquiso sobre ioga, meditação, amamentação e outros assuntos ligados à maternidade. Disponível em: <https://mamapolvo.wordpress.com>. Acesso em: 27 jul. 2019.

aqui estamos; sou a primeira jornalista inscrita no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSCar.

Já quase no final desta dissertação, engravidei do quarto filho, agora morando nos Estados Unidos, devido ao trabalho do meu marido. Comecei o pré-natal com uma enfermeira. Apresentei carta do médico obstetra brasileiro que me atendeu no pré-natal dos meninos, dizendo que fiz uso de anticoagulante nas gestações devidos às primeiras duas perdas, mas a enfermeira alegou que não poderia prescrever sem fazer exames para saber se eu tinha Lúpus, o que seria um indicativo pelo fator antinúcleo positivo. O resultado saiu depois de 10 dias e foi negativo, o que a enfermeira utilizou como justificativa para não prescrever o anticoagulante, alegando que nos Estados Unidos ela não poderia receitar segundo a prática clínica deste País. Pedi para que me indicasse para um especialista em perda de repetição e ela disse para esperar até a oitava semana, sem razões evidentes para tal. Apesar de todas as minhas reivindicações e desespero, ela não me ouviu e na oitava semana, quando retornei à consulta para o ultrassom de rotina, o bebê não estava com oito semanas e sim seis. Dois dias depois, perdemos o bebê. Era dia 18 de dezembro de 2019. Escolhi não fazer uso de medicamentos e nem procedimentos cirúrgicos para eliminar o material gestacional e o bebê. Na noite de natal, pari nosso quarto bebê sem vida...

A maternidade, as histórias de muitas mães e a minha própria me levaram ao ativismo. Participei de encontros, eventos, debates sobre maternidade, parto e amamentação. O que mais me incomodava, e ainda o faz, é a falta de protagonismo da mulher. Este trabalho é o resultado da busca em entender as causas e o impacto da falta de protagonismo da mulher sobre a amamentação materna.

## 1 INTRODUÇÃO

O apregoado por campanhas governamentais, mídia e especialistas é indiscutível: o aleitamento materno (AM) faz bem para a saúde do bebê, da mãe, da economia e, além disso, é sustentável em diversos sentidos. A amamentação é indicada por organizações nacionais e internacionais e apontada como fator importante na redução da mortalidade infantil. Por isso o indicado é amamentação exclusiva até os seis meses e complementada até os dois anos ou mais.

Para as crianças, o leite materno é o alimento ideal, suprimindo todas as necessidades nutricionais, favorecendo o desenvolvimento e crescimento adequados. A proteção contra doenças de um modo geral é um aspecto extremamente importante, devido à composição do leite, o que gera um impacto significativo na redução da mortalidade infantil (MARTINS, 2012). A amamentação também melhora o QI, o desempenho e a frequência escolares, e está associada a rendas mais altas na vida adulta (OMS, 2018).

Além do aspecto afetivo e do vínculo, ao amamentar a mulher pode ter diversos benefícios. O aleitamento materno contribui para o retorno ao peso pré-gestacional mais precocemente e o menor sangramento uterino pós-parto, e consequentemente menos anemia, devido à involução uterina mais rápida causada pela maior liberação do hormônio ocitocina. Também há relação positiva entre amamentar e apresentar menor risco às doenças como os cânceres de mama e de ovários e a morte por artrite reumatóide, além de proteger contra certas fraturas ósseas causadas por osteoporose e depressão pós-parto (REA, 2004).

Do ponto de vista econômico, não há gasto com leites industrializados e utensílios como bicos e mamadeiras. Pelas crianças adoecerem menos, um importante ganho para a sociedade como um todo são as despesas economizadas com tratamentos ambulatoriais e internações hospitalares (MARTINS, 2012).

Também pode-se dizer que amamentar é um ato ecologicamente correto, já que não gera resíduos como plásticos e borrachas, como no caso dos leites artificiais que promovem, inclusive, a devastação de florestas por proporcionar amplos territórios para pastagem de animais produtores de leite (MARTINS, 2012).

Além de todos esses benefícios, há o caráter prático da amamentação, que está sempre disponível e na temperatura ideal, pronta para o consumo pelo bebê.

Mesmo com estes e outros benefícios, os dados estão aquém do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, a duração mediana no Brasil do aleitamento materno exclusivo (AME) foi de 54,1 dias (1,8 meses) e do complementado, 341,6 dias (11,2 meses). Essa mesma pesquisa mostrou que 41% das crianças menores de seis meses estavam em AME, quando o desejado, segundo a OMS, é que 90% ou mais dessas crianças sejam alimentadas dessa forma (BRASIL, 2009a).

Além da importância da amamentação exclusiva, a OMS recomenda aleitamento materno até os dois anos ou mais. Sabe-se que muitos benefícios atribuídos ao AM são dose dependentes, isto é, quanto maior a frequência e a duração da amamentação, maiores são os benefícios. Se a amamentação fosse praticada por dois anos ou mais, muitas mortes de crianças poderiam ser prevenidas, assim como casos de sobrepeso/obesidade em pré-escolares (MARTINS; GIUGLIANI, 2012). É possível, também, que uma maior duração do AM esteja associada ao melhor desempenho cognitivo do indivíduo e possa evitar diabetes na vida adulta (VICTORA et al., 2016). Para a mulher, estima-se que, para cada ano de amamentação haja uma redução de 4,3% do risco de câncer de mama e de 15% do risco de diabetes, e que para cada mês de amamentação, o risco de câncer de ovário seja 2% menor (MARTINS; GIUGLIANI, 2012).

Mundialmente, apesar das vantagens da amamentação continuada ou prolongada (por dois anos ou mais), um estudo concluiu que em torno da metade das crianças é amamentada por dois anos ou mais (UNICEF, 2011). No Brasil, menos da metade é amamentada pelo menos até os 12 meses de idade, e apenas 1/4 é amamentada na faixa etária entre 18 e 23 meses (BRASIL, 2009c).

Amamentar para além de um ano não é simples. Sabe-se que a amamentação não é um ato natural, instintivo, comum a todas as espécies de mamíferos, e sim um ato complexo, permeado pela influência de diversos fatores. Há vários motivos envolvidos na continuação do aleitamento materno após seis meses exclusivos: influência de outras mães que amamentam bebês maiores,

ganhos (para bebê e mãe) adquiridos se continuarem amamentando, prazer encontrado com o AM, ser mais lógico continuar amamentando do que introduzir outro tipo de leite e o apoio familiar, principalmente do companheiro (DOWLING; BROWN, 2013). Por outro lado, "a introdução de outros alimentos e bicos artificiais precocemente, fatores socioeconômicos e a inserção da mulher no mercado de trabalho não contribuem para a continuidade da amamentação" (COELHO, 2010, p. 03).

Além disso, a decisão da mulher de desmamar é, em geral, atribuída a pressões externas como, por exemplo, os 'mitos' da amamentação chamada de prolongada:

Como a crença de que, após um ano, ela causa danos ao desenvolvimento psicológico infantil ou que uma criança jamais desmama por si própria, que a amamentação prolongada é um sinal de problema sexual ou necessidade materna e não da criança, e que a criança que mama fica muito dependente (BRASIL, 2009b, p. 64).

Se, por um lado o AM traz diversos benefícios ao binômio mãe e bebê, por outro, quanto mais longo durar, passa a ser visto como anormal, uma vez que tal prática é diretamente relacionada a bebês mais novos e não a crianças consideradas "mais velhas" (SOUTO, 2015).

A compreensão da amamentação prolongada perpassa reconhecer a importância da mulher ter possibilidade de escolha, ser reconhecida na sua sensibilidade, história, cotidiano e necessitar ter alguém ao seu lado que lhe dê apoio e cuidado. Nessa perspectiva, entende-se que, para a compreensão dos fatores condicionantes do ato de amamentar, é necessário considerar tanto os aspectos biológicos quanto os sociais envolvidos nessa prática (SOUZA; NESPOLI; ZEITOUNE, 2016).

Existem muitos estudos sobre determinantes da interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo, tendo sido identificados fatores socioeconômicos, culturais, demográficos e biológicos. São, porém, escassos os estudos abordando a amamentação prolongada, e pouco se sabe sobre os fatores envolvidos na manutenção desta. Kalil e Costa (2013) buscam fomentar uma discussão mais plural a respeito da amamentação e de suas implicações para a mulher, abrangendo questões como saúde, subjetividade, trabalho, sexualidade e seus múltiplos papéis

na sociedade contemporânea. As autoras tecem esforços no sentido de tentar aproximar o discurso pró-amamentação de uma perspectiva de gênero, privilegiando a prática sob a ótica dos direitos femininos. Elas destacam também que a alimentação infantil ocorre em um contexto de desigualdades de gênero, que inclui: falta de suporte familiar, trabalhista e comunitário para a amamentação; sexualização dos seios femininos e, por outro lado, estigmatização do seio maternal, que limita as possibilidades de a mulher amamentar em público; falta de informação para a mulher sobre os benefícios do AM, entre outros obstáculos.

Gomes (2017) em seu artigo sobre os discursos da amamentação em público coloca que não se trata da importância e da necessidade do AM, mas do fato de que vivemos em uma sociedade sexista, misógina, dominada pelas perspectivas e normas ensejadas e performatizadas pelas masculinidades. São performances do masculino que objetificam e hiperssexualizam o corpo das feminilidades, ao mesmo tempo em que o performatiza como um corpo santo/maternal, puro, casto que precisa ser, portanto, invisível, contido, fechado.

A iniciação precoce, a amamentação exclusiva e a amamentação continuada são influenciadas por fatores sociais que afetam toda a população, como tendências sociais, propagandas, mídia e produtos disponíveis nas lojas (ROLLINS et al., 2016).

Neste sentido, são necessários esforços de diversos segmentos sociais para mudar estes padrões impostos e possibilitar que a amamentação se torne uma prática amplamente adotada. Percebe-se que a mídia é um dos atores responsáveis pela divulgação da prática de amamentar.

A mídia exerce uma função importante na constituição da subjetividade, apontando modos de ser e de exercer práticas no cotidiano, veiculando valores, concepções e modos de entender a realidade, sendo também, junto com a família e outras instituições, um espaço de formação e interferindo na elaboração de conceitos e modos de viver (SORENSEN et al., 2017)

Portanto, é necessário que seja explorado um olhar ampliado e politizado sobre o que representa para as mulheres a amamentação prolongada, e como a mídia se insere neste contexto.

Diante dos inúmeros benefícios da amamentação prolongada e dos aspectos de gênero e direitos, que estão relacionados à escolha da mulher de até quando

amamentar seu(s) filho(s), a proposta deste estudo é compreender, na perspectiva de gênero, como a mídia online explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada.

Esta introdução se finaliza com a questão de pesquisa, objetivos e justificativa. Em seguida será apresentada a metodologia e os capítulos teóricos que abordaram a amamentação, gênero e direitos e comunicação em saúde. Os capítulos finais dizem respeito aos resultados, discussão, considerações finais e referências.

## 1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Perante o exposto nesta introdução, lança-se a seguinte questão de pesquisa:

*Como a mídia explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada, na perspectiva de gênero e direitos?*

## 1.2 OBJETIVO

Diante da importância da amamentação para crianças de dois anos ou mais, da influência da mídia de massa para promover e apoiar o aleitamento materno e da perspectiva da amamentação como um direito da mulher e um processo de empoderamento sobre seu próprio corpo, o presente estudo teve por objetivo compreender, na perspectiva de gênero, como a mídia online, mais especificamente o G1 da Globo<sup>5</sup>, explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar o comportamento dos textos jornalísticos no decorrer do tempo.
- Classificar os textos em plataformas, estado/país de origem, mês/ano, gênero e formato jornalístico.
- Identificar como a amamentação prolongada é mencionada no G1, além dos autores e seções dos textos.
- Identificar se a mãe é entrevistada nas matérias e quais foram os outros

---

<sup>5</sup> G1. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 26 jul. 2019.

entrevistados.

- Analisar consonância com as recomendações do Ministério da Saúde (MS).
- Categorizar as matérias de acordo com a Análise de Conteúdo.



## 2 JUSTIFICATIVA

Como jornalista, a motivação inicial era saber como a mídia social aborda um dos temas ligados à saúde, o AM, algo vivido por mim há sete anos na prática. Além disso, enquanto jornalista, nutriz e mãe, ao buscar na mídia social conteúdos relacionados, encontrava pouco material sobre este tema e, na sua maioria, com foco nos benefícios para a saúde.

A ideia de sair da zona de conforto da comunicação e caminhar para a saúde era entender por outras "lentes" o tema amamentação e também a importância da comunicação para as ciências da saúde.

Existiam várias inquietações iniciais. Qual o papel do jornalismo para a saúde, mais especificamente para a amamentação? Será que os jornalistas desempenham um papel ativo não só como informadores, mas também como formadores no âmbito da saúde? Ou eles se furtam dos objetivos educativos em benefício de valores como a atualidade ou a audiência?

A comunicação é uma vivência individual e coletiva; é prática social, experiência cotidiana que leva à formação de pontos de vista. É também um objetivo de estudo, que leva a compreender, por exemplo, inter-relações com outras áreas da atividade humana, como saúde, educação, ecologia, religião, dentre outras (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Nesta pesquisa, o foco foi a relação entre comunicação e saúde, objetivando compreender os processos sociais que afetam diretamente o campo da saúde, mais especificamente, da amamentação.

Comunicação em saúde diz respeito ao estudo e utilização de estratégias de comunicação para informar e influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades, no sentido de: promover a sua saúde; sugerir e recomendar mudanças de comportamento; educar para a saúde; prevenir doenças, dentre outros. A comunicação é importante para a saúde pelo seu caráter transversal (a várias áreas e contextos de saúde, quer nos serviços de saúde, quer na comunicação); central (na relação que os técnicos de saúde estabelecem com os usuários no quadro da prestação dos cuidados de saúde); e estratégico (relacionado

com a satisfação dos usuários com o sistema de saúde) (TEIXEIRA, 2004).

O foco aqui nesta pesquisa é a comunicação de caráter transversal, mas especificamente no tratamento dos temas de saúde (amamentação) nos meios de comunicação social (G1/Globo).

Sabe-se que o enfrentamento de desafios na área de saúde pública exige o trabalho conjunto de diferentes profissionais: epidemiologistas, médicos, nutricionistas, enfermeiros e outros profissionais de saúde, além de jornalistas e outros especialistas em comunicação. Por isso, entende-se que seja importante para o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem o desenvolvimento de estudos ligados à comunicação.

Sobre a importância da mídia como um tema a ser explorado pelas ciências da saúde, entende-se que ela pode colaborar com o aumento da duração do AM, além de ser um importante canal de comunicação fornecendo informações às mães, aos pais, aos familiares etc, sobre o tema, ao trazer um discurso plural que inclui o casal, a família e as necessidades da mulher no processo do AM.

Como reforça Polido et al. (2011), para que a amamentação se torne uma prática amplamente adotada, são necessários esforços dos diversos segmentos sociais. A mídia é um destes atores responsáveis pela divulgação da prática de amamentar. A iniciação precoce, a amamentação exclusiva e a amamentação continuada são influenciadas por fatores determinantes divididos em três níveis: Estruturais (contexto social, cultural e do mercado), Cenários (sistema e serviços de saúde; família e comunidade; trabalho e emprego) e Individuais (atributos da mãe e da criança; relação mãe-criança). O nível Estrutural se refere aos fatores sociais que afetam toda a população, como tendências sociais, propaganda, mídia e produtos disponíveis nas lojas. Para moldar o contexto atual da amamentação, intervenções nesse nível precisam ocorrer, o que inclui a legislação, as políticas e a mobilização social e da mídia de massa e as práticas sociais (ROLLINS et al., 2016).

A proposta do presente estudo, quando da escolha do tema amamentação, se deu principalmente por entender que esta não pode e não deve ser vista somente sob a perspectiva dos benefícios à saúde do bebê e da mãe. Além disso, visa aproximar a mulher-mãe do discurso pró-amamentação sob a perspectiva de gênero e direitos femininos.

Esta proposta resulta do reconhecimento, por meio dos estudos de Kalil e Costa (2013), que o apregoado pelo governo, repetido muitas vezes pela mídia, no âmbito das políticas públicas de aleitamento materno continua a atrelar a maternagem ou cuidado com o bebê à amamentação, reforçando a ideia da mãe como única responsável por essa esfera na vida familiar e social. Além disso, priorizam os benefícios que o AM proporcionam à saúde da criança, naturalizando a amamentação, tomando-a um processo e um comportamento puramente biológico, desconsiderando a subjetividade e as necessidades das mulheres.

Quando se fala em AM, não se pode somente valorizar o conhecimento científico em detrimento de tantos outros, como o histórico, o social, o cultural, o econômico e o vivencial. A mulher lactante precisa ser ouvida nos seus múltiplos contextos, construindo um modelo de comunicação onde exista capacidade de ouvir antes de aconselhar, de incluir as vozes da mãe, do pai, de outros filhos e de demais familiares antes de prescrever e, sobretudo, de compreender o contexto ao qual se dirige antes de atuar (KALIL; COSTA, 2012).

Diante disso, novas e diferentes abordagens precisam ser pensadas, não apenas no que se refere à assistência direta prestada pelo profissional de saúde, mas também no âmbito das estratégias de informação e comunicação adotadas pela mídia, considerando a importância da perspectiva das mães no contexto do aleitamento materno. Portanto, conhecer e analisar criticamente o que tem sido veiculado sobre AM prolongado na mídia *online*, por meio dos referenciais feministas, pode trazer outros “olhares” sobre este fenômeno.

A mídia é um termo que se refere aos meios de comunicação usados para a divulgação de informações, publicidades e propagandas entre os quais estão televisão, rádio, revista, jornal e internet. Destes, o que tem maior destaque é a televisão, abrangendo todas as classes sociais, ao ser utilizado para entretenimento e educação (SANTOS, 2013).

Em janeiro de 2017 foi divulgada a "Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira", do Ibope, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com o objetivo de conhecer os hábitos de consumo de mídia na população brasileira, a fim de subsidiar a elaboração de políticas de comunicação e divulgação social do Executivo

Federal. De acordo com o levantamento, a televisão é assistida, diariamente, por 63%, seguida pela internet, que é usada todos os dias por 26% dos entrevistados. O percentual de uso diário do rádio é de 7%; e dos jornais impressos, 3% (G1, 2017a).

Pensando nisso, optou-se em abordar a mídia online, segunda mais acessada diariamente. A escolha do G1 se deve por ser o canal de internet da maior emissora de televisão aberta do País, a Rede Globo.

G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Foi lançado em 18 de setembro de 2006, ano em que a Rede Globo fez 41 anos. O portal disponibiliza o conteúdo de Jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo, Extra, Expresso e Valor Econômico, revistas Época e Globo Rural, entre outras - além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo. Além das cinco redações próprias situadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife, afiliadas da Rede Globo, jornais, revistas, rádios e as agências de Notícias Agência Estado, Agência France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Lusa, Reuters e Valor Econômico alimentam o portal de notícias, que é atualizado 24 horas por dia<sup>6</sup>.

O G1 tem 52,8 milhões visitantes únicos, 510,4 milhões de visitas/mês, 2 min e 05s de tempo online. Quanto à classe social: 61% AB, 36% C, 3% D/E; 49% são homens e 51% mulheres. Quanto à idade, 36% têm entre 25 e 34 anos, 23% de 15 a 24, 21% de 35 a 44, 11% de 45 a 54, 7% mais de 55 e 1% de 6 a 14 anos<sup>7</sup>.

O recorte temporal escolhido para analisar as matérias divulgadas neste veículo de comunicação é de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. A escolha da data inicial se baseia na data de publicação de uma edição da revista *Time* que traz na sua capa uma fotografia da modelo Jamie Lynne Grumet, amamentando seu filho Aram de três anos, com o título "Are you mom enough?" (Você é mãe o suficiente?). A matéria, que trata de amamentação prolongada, levou a discussão às redes sociais e aos diversos meios de comunicação. Atrizes e cantoras americanas, como Alanis Morissette, apoiaram a causa (TIME, 2012).

---

<sup>6</sup> g1.globo.com

<sup>7</sup> G1. Disponível em: <http://anuncie.globo.com/redeglobo/sites/noticias/g1/home.html>. Acesso em: 06 jan. 2019.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo descreve-se o caminho percorrido para a realização da pesquisa, apontando os métodos e técnicas utilizados.

Trata-se de um estudo documental, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, utilizando matérias de texto e vídeo de site de notícia. Segundo Oliveira (2007), a pesquisa documental se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação. A pesquisa documental se diferencia da bibliográfica, pois esta última é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.

A Análise de Conteúdo, modalidade temática, foi guia para classificação e categorização dos documentos, o que permitiu representar o conteúdo do documento analisado sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar a sua consulta e referência. Com isso, obteve-se o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo).

A Análise de Conteúdo é uma técnica de tratamento de dados em pesquisa qualitativa e está calcada na proposta da professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (2011), que publicou a primeira obra descrevendo a técnica em 1977, "Analyse de Contenu", na qual o método foi configurado nos detalhes que servem de orientação atualmente (CÂMARA, 2013).

Para Bardin (2011) o termo Análise de Conteúdo designa

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p 47).

Godoy (1995) afirma que a Análise de Conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos

diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira (CÂMARA, 2013).

A escolha pela técnica de Análise de Conteúdo partiu de questões de interesses amplos, que foram se tornando mais diretos e claros com o decorrer da investigação. As abstrações foram construídas a partir dos dados, com maior atenção no processo em detrimento dos resultados ou produto.

No presente estudo houve uma fase preliminar, por meio da indexação, que permitiu, por classificação em palavras-chave, identificar os elementos de informação dos documentos que apresentam alguns critérios comuns ou que possuem analogias no seu conteúdo, como explica Bardin (1977). Após a classificação-indexação, ou seja, a representação condensada da informação para consulta e armazenagem, a proposta foi fazer uma análise de conteúdo, na qual se fez a "manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitiram inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem" (BARDIN, 1977, p. 46), por meio de uma análise qualitativa dos dados.

Como citado anteriormente, a coleta dos dados foi realizada por meio do levantamento de conteúdos online relacionados ao tema amamentação, publicados de 2012 a 2018, no site de notícias G1, da TV Globo. A busca foi feita pelo google.com.

Para atender ao objetivo proposto, o site foi lido e os conteúdos referentes à amamentação foram identificados, primeiramente, por meio do termo exato ou seus derivados: amamentação, aleitamento materno, leite materno, lactante e leite. Num segundo momento, os conteúdos selecionados foram analisados, com foco em materiais que abordaram a amamentação de crianças com dois anos ou mais e, para tanto, os termos identificados foram: amamentação continuada, aleitamento materno prolongado, aleitamento materno continuado e amamentação de crianças

com dois anos ou mais.

Posteriormente, a leitura flutuante cuidadosa e repetida dos conteúdos sobre amamentação culminou num exercício de categorização que se iniciou com temas amplos que foram aos poucos se agrupando para chegar nas categorias empíricas. Vale destacar que a escolha destas categorias (e não outras) teve a influência do referencial teórico, dando assim, visibilidade à perspectiva de gênero e direitos. Assim, foram detectados, no material lido, núcleos de sentido, a partir dos quais foram feitas inferências e interpretações relacionando o material coletado à teoria (MINAYO, 2008). Para a operacionalização deste método, foram seguidas as seguintes etapas:

A) Pré-análise ou Fase 1 - organização do material estudado. Nesta fase foi estabelecido um esquema de trabalho, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Foi feita leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos submetidos à análise, a seleção destes, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientaram a interpretação e a preparação formal do material.

Todos os dados das matérias estudadas com o tema amamentação foram descritos em uma tabela segundo os itens e categorias escolhidos nesta etapa, que surgiram das questões norteadoras e hipóteses. Os itens foram:

- Plataforma: texto ou vídeo.
- Detalhes da plataforma: texto com foto, texto sem foto, texto com vídeo, vídeo gravado ou vídeo ao vivo.
- Estado ou País.
- Data de publicação.
- Seção do site.
- Gêneros e formatos jornalísticos (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 50):
  - Jornalismo Informativo (Formato: Nota, Notícia, Reportagem e Entrevista).
  - Jornalismo Interpretativo (Formato: Dossiê, Perfil, Enquete e Cronologia).
  - Jornalismo Opinativo (Formato: Editorial, Comentário, Artigo, Resenha,

Coluna, Crônica, Caricatura e Carta).

- Jornalismo Diversional (Formato: História de interesse humano; História colorida).
- Jornalismo Utilitário (Formato: Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço).
- Consonância com as recomendações atuais do Ministério da Saúde.
- Quem foi entrevistado: família, profissionais de saúde, outros profissionais e/ou não houve entrevistado.
- Se a mãe foi entrevistada ou não.
- Se a amamentação prolongada é mencionada.

B) Exploração do material ou Fase 2 - construção das categorias. Nesta etapa, foram consideradas algumas qualidades necessárias, apontadas por Bardin (2011) para definir pré-categorias e categorias: exclusão mútua (cada elemento só pode existir em uma categoria); homogeneidade (para definir uma categoria, é preciso haver só uma dimensão na análise); pertinência (as categorias devem dizer respeito às intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa, às questões norteadoras, às características da mensagem etc); objetividade e fidelidade (se as categorias forem bem definidas, se os temas e indicadores que determinam a entrada de um elemento numa categoria forem bem claros, não haverá distorções devido à subjetividade dos analistas); e produtividade (as categorias são produtivas se os resultados forem férteis em inferências, em hipóteses novas, em dados exatos).

Foram escolhidas previamente as pré-categorias descritas abaixo, e, para tanto, foram consideradas características como título, palavra-chave, resumo da matéria, intenção e foco desta, falas dos entrevistados, além das questões de gênero e direitos e da pergunta norteadora (Como a mídia explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada, na perspectiva de gênero e direitos?). Neste momento, o foco foi amamentação e não amamentação prolongada. As pré-categorias definidas foram:

- Promoção em AM - englobando matérias que focam nos benefícios para a saúde do AM, além de eventos como a Semana Mundial de Aleitamento Materno.
- Proteção do AM - matérias que focam em legislação relacionado ao AM e



direitos das mulheres por suas escolhas em amamentar.

- Apoio do AM - matérias que trazem as experiências de mulheres e de profissionais, além de estudos sobre o tema.

Em outro momento, o foco foi o tema amamentação prolongada, selecionando as matérias que tratavam somente disto. Os dados destas matérias foram transcritos nos itens:

- AM prolongado implícito ou explícito.
- Tema da matéria.
- Pré-categorias do AM.
  - Promoção em AM (benefícios para a saúde, eventos, semana mundial de aleitamento materno).
  - Proteção do AM (direito e legislação).
  - Apoio do AM (experiências de mulheres e de profissionais, estudos).
- Qual é o viés em AMP (positivo, negativo ou neutro).
- Plataforma (texto, vídeo ou texto e vídeo).
- Detalhes da plataforma (texto com foto, texto sem foto, texto com vídeo, vídeo gravado ou vídeo ao vivo).
- Estado ou País.
- Seção do site.
- Data.
- Gênero jornalístico (mencionados anteriormente).
- Formato jornalístico (mencionados anteriormente).
- Consonância com as recomendações do MS.
- Quem é (são) entrevistado (s) - família, profissionais de saúde, outros profissionais e/ou ninguém.
- Mãe entrevistada ou não.
- Síntese interpretativa.

A partir das características das matérias, além da síntese interpretativa e das falas dos entrevistados, bem como os itens mencionados acima, as questões de gênero e direitos e a pergunta de pesquisa (Como a mídia explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada, na perspectiva de gênero e

direitos?), surgiram as categorias das matérias específicas de amamentação prolongada:

- "Até quando amamentar" - matérias abordando o prazo do AM e que focam a polêmica de mulheres que amamentam crianças com mais de um ano.
- "Amamentar por quanto tempo eu quiser: direito das mulheres" - matérias que trazem questões ligadas aos direitos da mulher em amamentar por quanto tempo ela quer. Inclui legislação e orientações de proteção do AM e da escolha da mulher.
- "Porque amamentar" - matérias que trazem as recomendações de órgãos de saúde e benefícios do AM.

C) A inferência e a interpretação ou Fase 3 - Esta etapa do processo de Análise do Conteúdo é denominada tratamento dos resultados - inferência e interpretação. Neste momento procurou-se validar os resultados brutos, ou seja, o sentido encontrado por trás do que foi apreendido.

Neste momento, foram feitas análises do que existia por trás das informações contidas nas matérias, interpretando os sentidos trazidos pelos entrevistados e jornalistas. Com esta análise mais profunda, surgiram imagens significativas, que foram importantes para concretizar as categorias escolhidas.

As interpretações que levam às inferências se dão no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, e o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (CÂMARA, 2013).

Vale ressaltar que a unidade de análise inclui tanto o texto/vídeo como as falas dos entrevistados. Pela metodologia escolhida foi possível compreender características e estruturas que estavam por trás das mensagens.

Durante a interpretação dos dados, voltamos aos referenciais teóricos, pertinentes à investigação, que forneceram o embasamento e as perspectivas significativas para este estudo. A relação entre os dados obtidos com a pesquisa e a fundamentação teórica deu sentido à interpretação.

Sobre os referenciais teóricos, lembramos que mesmo um século após a empreitada higienista no País, pode-se perceber que as campanhas oficiais e a

mídia, que corrobora com as mesmas, continuam a naturalizar a amamentação, retratando-a como um processo e um comportamento puramente biológicos, além de concentrar o foco do processo da amamentação quase que exclusivamente nos benefícios à saúde da criança (KALIL; COSTA, 2012). Devido a isso, surgiu a categoria "Porque amamentar", abordando matérias que trazem as recomendações de órgãos de saúde e os benefícios do AM para a saúde do bebê.

Gomes (2017) coloca que vivemos em uma sociedade sexista, misógina, dominada pelas perspectivas e normas orientadas pelas masculinidades. São performances do masculino que objetificam e hipersexualizam o corpo das feminilidades, ao mesmo tempo em que o performatiza como um corpo santo/maternal, puro, casto que precisa ser, portanto, invisível, contido, fechado. Desta dualidade polemizada pela mídia social, surgiu a categoria "Até quando amamentar", com matérias que abordaram o prazo do AM e focaram na polêmica de mulheres que amamentam crianças com mais de um ano.

Além disso, várias abordagens têm tentado aproximar, cada vez mais, o discurso pró-amamentação de uma perspectiva de gênero, privilegiando a prática sob a ótica dos direitos femininos (LABBOK; SMITH; TAYLOR, 2008). Sobre os direitos das mulheres em amamentar pelo tempo que quiserem, legislação e orientação de proteção da escolha da mulher, levando-se em consideração as questões de gênero, adveio a categoria "Amamentar por quanto tempo eu quiser: direito das mulheres".

Resumindo, didaticamente, as "Pré-categorias AM", localizadas na primeira coluna do quadro seguinte, surgiram de acordo com as características descobertas dos textos e o assunto central tratado em cada um destes. No decorrer das análises das matérias, em uma leitura mais aprofundada, buscando-se o que se escondia por trás do enunciado, o que estava "invisível", e por meio de reagrupamento chegamos na "Redesenho das pré-categorias AM". E por fim, em uma análise ainda mais crítica dos textos e falas, juntamente com o referencial teórico, permitiu o último agrupamento e chegou-se às "Categorias AMP".

### Quadro 1 - Quadro de categorização

Pré-categorias AM	Redesenho das pré-categorias AMP	Categorias AMP
Promoção em AM (benefícios e eventos)	Benefícios	Por que amamentar? (Recomendações e benefícios)
Apoio do AM (experiências de mulheres, profissionais e estudos)	Recomendações	
Proteção do AM (direitos e legislação)	Prazo	Até quando amamentar? (Prazo e polêmica)
Outros	Polêmica	
	Direitos	Amamentar por quanto tempo eu quero (Direito das mulheres)

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda: Pré-categorias AM, redesenho das pré-categorias AMP e categorização AMP.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 AMAMENTAÇÃO

No que tange o aleitamento materno, fatores socioeconômicos, culturais, geográficos, demográficos, psicológicos, dentre outros resultantes da interação entre mãe e filhos atuam conjuntamente, e refletem no interesse materno e na qualidade da alimentação infantil (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011).

O comportamento social em relação à amamentação sofreu mudanças nos últimos dois séculos. Segundo Kalil e Costa (2012) isto ocorreu devido à corrente médica higienista, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que passou a regular a intimidade da família no País.

Em toda a história da humanidade, a amamentação esteve marcada por fatores sociais, interesses econômicos e de controle social que determinaram períodos de maior ou menor intensidade quanto ao ato de a mulher amamentar o próprio filho. Em séculos passados, observa-se que o ato de amamentar uma criança ao peito nem sempre foi visto de forma tão naturalizada, muito menos como um gesto de amor e carinho, especialmente associado à mãe. Poucas mulheres amamentavam e os cuidados com os filhos eram realizados de maneira diferente dos dias de hoje (GOMES et al., 2016).

Segundo Gomes et al. (2016), durante muitos séculos o cristianismo, por exemplo, criou uma imagem dramática da infância. A criança era vista como um ser imperfeito, devido ao fato de ser grande a possibilidade de perdê-la em uma morte precoce.

Somente a partir do século XIX, quando a vida das crianças filhas da elite passa a ter relevância política e econômica com a alta taxa de mortalidade infantil, o aleitamento materno ganha conotação de problema nacional. Antes, as mulheres seguiam os costumes coloniais de não amamentar seus filhos, terceirizando esta função às amas de leite (COSTA, 1999). Agora, o discurso imperativo coloca as mulheres na obrigação de cuidar pessoalmente de seus filhos e também os amamentar. Nos anos seguintes, o mito do instinto materno e do amor espontâneo

de toda mãe por seu filho vai sendo criado e reproduzido no imaginário social, o que perdura até os dias de hoje.

Surge, então, a medicina higienista que, segundo Costa (1999, p. 16), passou a regular a intimidade da família burguesa, normalizando os comportamentos, sobretudo aqueles relacionados à criação dos filhos, sua alimentação, higiene e outros cuidados. Opera-se uma “estatização do indivíduo por meio das normas de saúde”, responsabilizando a mulher pela saúde dos filhos. Ao lado deste discurso, a ideia da amamentação ser algo natural dos mamíferos também era pregada.

Este modelo biologicista, que considera a amamentação como um ato natural, comum aos mamíferos, também perdura até os dias de hoje.

Depois de se admitir que a mulher era fundamental para gerir a vida, a sociedade passa a intitulá-la como um ser duplo – mulher e mãe.

Esse modo de ver a mulher foi muito difundido e acabou sendo revestido por uma aura de sacralidade que perpetuou o mito do amor materno, uma vez que, a partir do nascimento da criança, a mãe passa a se dedicar totalmente a ela e a se negar como sujeito, considerando essa representação da identidade feminina (GOMES et al., 2016, p. 478).

Assim, institui-se para a mulher a condição de responsável pelo cuidado e pela educação dos filhos, como sendo de sua natureza e destino, além de ser considerada o suporte e a sustentação da unidade familiar.

O trabalho e a administração doméstica, a criação e a educação dos filhos são atividades consideradas como primordiais e percebidas como não produtivas, o que dificulta a visibilidade desse trabalho, bem como a auto-emancipação e auto-estima da mulher. O patriarcado coloca o homem como provedor da família e a mulher como trabalhadora complementar, tendo na reprodução da família seu principal campo de atividade e construção de sua identidade. (NAKANO; MAMEDE, 2000, p. 22).

Então, médicos e Estado adquirem um papel regulador do exercício da maternidade, normatizando e prescrevendo comportamentos socialmente e higienicamente ideais (KALIL; COSTA, 2012).

De acordo com Foucault (1999, p. 294), um dos fenômenos que caracteriza o século XIX consiste no poder de “fazer viver” os indivíduos e a população, buscando assegurar sobre eles uma regulação, “por meio de um controle contínuo e científico sobre os indivíduos” (manipulação do corpo por um conjunto de especialistas), de forma que o governo possa resolver os problemas relacionados ao fenômeno

populacional. Para Foucault, o moderno poder sobre a vida, o que denomina de biopoder, comporta dois aspectos articulados entre si: o primeiro, centrado na manipulação do corpo dos indivíduos - "anatomopolítica"; o segundo, focado no controle do corpo da população - "biopolíticas" ambos contribuindo para controlar a vida. Ainda sob a análise de Foucault, as políticas de saúde tratam do controle sobre a vida daquilo que comumente denomina-se como cuidados, demarcando-se na cultura e a partir daí a tese de que os corpos são passíveis de conhecimento e controle por um conjunto de especialistas.

Desse modo, atribui-se à família, como a instância que cuida das crianças, um papel de implementação dos objetivos gerais das políticas de Estado relativas à boa saúde da população (COSTA, 1999). A saúde da criança constituiu, nas palavras de Foucault (1999, p. 65), o "imperativo de uma nova relação entre pais e filhos, mais amplamente uma nova economia intrafamiliar".

Nesse contexto, de acordo com Vieira (2002), a medicalização do corpo feminino se torna um dispositivo social, normatizando, administrando e regulando os aspectos da vida relacionados à reprodução humana, o que, segundo Kalil e Costa (2012), inclui a amamentação.

A medicina higienista define o corpo feminino como provedor do alimento essencial ao crescimento saudável dos futuros cidadãos. A mulher é submetida a uma condição meramente biológica e sua subjetividade é direcionada à mãe, responsável pela vida de seu filho. Com isso, o médico se aproxima da mulher como conselheiro familiar para a saúde e todos os assuntos domésticos. A partir da aliança entre médicos e mulheres, propiciada pela força do higienismo no interior da família brasileira, surge o que Freire (2006) chamou de "maternidade científica", o exercício da maternidade calcado não na tradição, mas em bases científicas, deixando o âmbito privado e ocupando a "missão patriótica e a função pública" (FREIRE, 2006, p. 133).

No final do século XIX, a mulher, que era considerada pela ciência como simples repositório de sêmen, passa a ser vista como fundamental para gerir a vida. Como já mencionado, a mãe é envolvida em uma aura de sacralidade, o que perpetuou o mito do amor materno, ou seja, a mãe devota totalmente à criança se negando como sujeito. Ao longo da formação da sociedade, sobretudo a capitalista,

o "ser mãe" mantém correspondência com o instinto e é algo inerente a todo ser feminino, cuja manifestação só estaria completa se o ciclo cultural imposto à mulher se fechasse: crescer, casar, ser mãe e morrer (PRADO et al., 2016)

Como apontam Prado et al. (2016), a elaboração cultural em torno da diferença sexual constitui um dos grandes fatores do desenvolvimento de um modelo de amor materno, que perdura desde o século XIX e persiste atualmente.

Elizabeth Badinter (1985) explica que o amor materno inato é um mito, não é dado, e sim conquistado. A ideia de que o amor nasce com as mulheres, que é algo natural, foi construído socialmente e, uma vez que uma mulher não segue a regra instituída pela sociedade, é alvo de preconceito, pois não está desempenhando seu papel.

Badinter (1985) aponta que esta crença traz prejuízos para a relação pai e filho e reforça a necessidade da proximidade e a convivência em um relacionamento estreito e contínuo, o que assegura confiança e familiaridade aos que dela se nutrem e constroem os laços afetivos entre pais e filhos.

A mãe, no sentido habitual da palavra (isto é, a mulher casada que tem filhos legítimos), é uma personagem relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que freqüentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho. Toda pesquisa sobre os comportamentos maternos deve levar em conta essas diferentes variáveis (BADINTER, 1985, p. 15)

Ou seja, fica impossível mencionar um dos integrantes da microssociedade familiar sem falar dos outros dois - pai e filho. E aqui, abre-se parênteses neste breve histórico sobre amamentação para falar do pai no contexto da amamentação.

A relação triangular não é apenas um fato psicológico, mas também uma realidade social. De acordo com Badinter (1985) em decorrência das épocas, o "farol ideológico" iluminou e determinou a cada membro desta relação, de forma diferenciada, o peso dos valores dominantes e dos fatores sociais.

Segundo Faustino e Freitas et al., (2009), homens e mulheres inserem-se na vida familiar de acordo com referenciais de gênero, apreendidos ao longo da vida e que determinam funções socialmente legitimadas. A reprodução social dos modelos masculino e feminino (cuidados maternos e paternos) tem em sua base



a maternagem, cujo valor cultural tem um sentido ideológico na produção das desigualdades entre os sexos. As mulheres, como mães, são agentes decisivas na esfera da reprodução social, pois são as que mais participam da educação. Ao homem, o modelo patriarcal outorgou o poder de estabelecer na trama doméstica o diálogo com a família quando lhe convém, cabendo às mulheres a responsabilidade de manter a harmonia das relações parentais no âmbito privado. "Contudo, as transformações sociais que vêm ocorrendo nos espaços público e privado, sobretudo a partir da década de 1960, afetaram a forma de viver e de construir a identidade de gênero" (FAUSTINO E FREITAS et al., 2009, p. 86).

As mudanças não se limitam ao universo feminino com a inserção das mulheres no mercado de trabalho (espaço público), mas também com a participação dos pais nos cuidados da casa e dos filhos (espaço particular). "Todavia ainda está distante a divisão eqüitativa de responsabilidades" (FAUSTINO E FREITAS et al., 2009, p. 87).

Como sugere Faustino e Freitas et al. (2009, p.88), é necessário que homens e mulheres repensem seus atributos sociais e que hajam políticas públicas direcionadas à inserção dos pais do no contexto dos cuidados e das experiências mais afetivas. "Nesse sentido, as responsabilidades sociais impostas ao pai provedor também lhes trazem prejuízos no campo da subjetividade, uma vez que as ações estabelecidas são exercidas sobre rígidos parâmetros socioculturais".

Os autores acima ainda colocam que, apesar dos pais ainda seguirem basicamente o modelo patriarcal de pai provedor, o "novo pai" visita o pai tradicional, dotando a paternidade de sentido mais amplo, para além do papel de provedor material, indicando a possibilidade de mudanças das relações parentais.

É praticamente consenso que o pai/companheiro é uma das figuras que mais influenciam a mãe com relação ao AM, especialmente quando eles coabitam e quando o pai é o principal provedor da família. Muitas vezes o pai fornece suporte para o início e a manutenção do AM (MARTINS; GIUGLIANI, 2012). É importante compreender o papel do homem não somente como apoio às mulheres, mas também abordá-lo como ator nos campos de gênero, sexualidade e paternidade (KALIL; AGUIAR, 2017).

Arora et al. (2000) demonstraram, em um estudo qualitativo, que 80% das mães indicaram que o suporte do pai encoraja a amamentação. A conclusão é que é a presença do pai desde o período da gestação é importante pois, dessa maneira, o homem se torna parte do processo, o que reflete na qualidade de vida do casal.

Mães que não podem contar com a atuação do pai da criança logo depois do parto têm mais problemas de saúde do que mães que têm a presença do pai, segundo estudo de Persson e Rossin-Slater (2019). As pesquisadoras estudaram os efeitos da lei sueca de 2012 que permitiu aos pais tirarem até 30 dias de licença paternidade, conforme necessário durante o primeiro ano de vida de um filho, independente da licença maternidade da mãe. O estudo comparou dados sobre mães que tiveram filhos antes da lei e mães que deram à luz depois da lei. A conclusão foi que nos primeiros seis meses pós-parto das mães que tiveram mais apoio dos parceiros, houve uma diminuição de 26% de uso de ansiolíticos, 11% de antibióticos e 14% de hospitalizações ou visitas a um especialista (PERSSON; ROSSIN-SLATER, 2019).

Este estudo corrobora uma série de outros que também demonstram a efetividade de intervenções com os pais e a duração do AM. Susin e Giugliani (2008), em um estudo conduzido no sul do Brasil, revelaram que, no grupo de intervenção com os pais, diminuiu significativamente o risco de cessar o AME antes do sexto mês.

É fundamental que se forme um elo entre mãe-pai-bebê desde a gestação. A presença mais ativa do pai na fase de preparação para a maternidade encorajaria a mãe a amamentar por mais tempo (SILVA et al., 2012).

Corroborando com o exposto, Rêgo et al. (2016, p. 377) relatam que todos os oito pais participantes da pesquisa contribuíram para que suas crianças fossem amamentadas, "buscando proporcionar tranquilidade e conforto às mães". Além disso, eles demonstram satisfação em prestar cuidados aos filhos, principalmente "quando percebem que sua companheira e/ou profissionais de saúde reconhecem e valorizam suas iniciativas e tentativas de acertos".

Os pais e mães não são semelhantes apenas em sua sensibilidade à criança; ambos experimentam o sucesso na amamentação. Rêgo et al. (2016) comprovaram

no estudo que a figura do homem distante, apenas provedor de autoridade e sustentador financeiro familiar, está sendo transformada em um cuidador eficiente.

Além disso, este homem vem procurando um redimensionamento de sua vida, em que o modelo desempenhado por uma geração em que o pai era alguém omissivo e distante afetivamente está sendo gradativamente substituído por um homem que busca iniciar no exercício do contato e da expressão de suas necessidades afetivas (RÊGO et al., 2016, p. 379).

Pelas razões apresentadas, o pai deve ser lembrado e incluído em todo o processo reprodutivo por profissionais de saúde, políticas públicas, campanhas governamentais e mídia, uma vez que a amamentação é parte inerente dessa fase singular na vida da família. Além disso, deve-se considerar a importância da construção de novos modelos de paternidades e maternidades.

Retomando o breve histórico da amamentação, de acordo com Monteiro, Nakano e Gomes (2011), a normatização da sociedade no século XIX reiterou as desigualdades hierárquicas que prevaleceram no século XX: mulheres e crianças eram o foco de atenção, devendo obedecer e seguir as normas do Estado, que tinham um cunho sanitário e moral, configurando-se a puericultura. A temática central da puericultura, nascida no final do século XIX, era a alimentação em geral, particularmente, o AM. Vigorava, com regras rígidas de higiene e práticas das mães em relação aos filhos, a noção de universalidade, na qual toda mulher é anatomicamente e fisiologicamente capacitada para amamentar seus filhos. "A puericultura deu início ao processo de desapropriação do saber popular sobre alimentação infantil pelas ciências médicas, produzindo novos comportamentos na vida da mulher" (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011, p. 317).

Entre os fatores importantes que marcam este momento histórico está a noção de "leite fraco" incorporada no século XX como justificativa científica ao desmame. O termo leite fraco surgiu para explicar biologicamente os desvios do modelo higiênico de aleitamento materno que impunha à mãe nutriz forte censura social para o desmame. A "incapacidade de amamentar tornaria pública a impossibilidade, para a mulher, de cumprir uma 'função natural' e 'dever sagrado', a inferiorizando perante a sociedade". Como a taxa de desmame era alta e o paradigma higienista era incapaz de solucionar os problemas com as regras instituídas, o uso da figura "leite fraco" surge para "suavizar a responsabilidade

materna e manter imaculado o modelo higienista de amamentação". Os higienistas atuavam como promotores do aleitamento materno, construindo socialmente o fator biológico, ou seja, a mãe é naturalmente nutriz, deixando de lado o apoio e o ensinar como amamentar, amparando a mulher e ajudando-a a vencer a historicidade de seus costumes. "Por mais que o determinismo biológico fosse inerente à espécie, faltava-lhe o condicionamento cultural favorável" (ALMEIDA, 1999, p. 37).

No início do século XX, a institucionalização do nascimento e do parto influenciou o AM, contribuindo para o desmame precoce. A mulher, que antes recebia e cuidava do bebê imediatamente após o parto, "passa por um período de separação com seu filho, introdução de outros alimentos e desestimulação da lactação eficiente, provocando o desmame precoce" (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011, p. 317).

O imperativo do higienismo e a responsabilização da mulher pelos cuidados com os filhos reinou na maior parte do século XIX e a primeira metade do século XX. Na segunda metade do século XX, houve um declínio da amamentação no Brasil, devido a uma série de fatores, principalmente ao processo de industrialização iniciado no final do século XIX e as mudanças culturais decorrentes dele, como o ingresso da mulher no mercado de trabalho e a propaganda e marketing não regulados dos leites industrializados em todo o mundo (KALIL; COSTA, 2012).

Como explica Monteiro, Nakano e Gomes (2011), de forma gradativa, ao longo do século XX a mulher se afastou da função de nutriz por diversas razões: desvalorização da prática de amamentar pelo próprios profissionais de saúde, pressões comerciais das indústrias de leite, mudanças de estilo de vida da mulher, falta de orientações, informações e apoio e a mudança do núcleo familiar.

No pós-guerra, as vendas de fórmulas artificiais explodiram com a geração *baby-boomer* (bebês nascidos após a Segunda Guerra Mundial) dos Estados Unidos e de outros países. Nos anos 1960, grande parte dos bebês americanos recebia fórmulas graças às agressivas campanhas de distribuição de leite em pó nas maternidades e ao contínuo esforço de propaganda para desacreditar o leite materno. A influência da indústria de alimentos na cultura se deu de forma tão profunda que modificou o padrão de comportamento de algumas sociedades

naquele período, fazendo com que a mulher passasse a alimentar seu bebê com leite artificial ao invés de amamentar (GOMES et al., 2016).

De acordo com Gomes et al. (2016), é na década de 1960 que a pílula anticoncepcional passa a ser fabricada no Brasil, dando abertura para o planejamento familiar e para uma maior liberdade sexual. Data dessa mesma época a regulamentação do trabalho feminino. Com as diversas modificações na vida dessas mulheres, amamentar poderia significar um empecilho em suas vidas e a ideia da praticidade do leite em pó, lançada em muitas reportagens, trazia às mulheres a possibilidade de controlar a alimentação das crianças, com o crédito na prescrição dos pediatras da época.

No período de 1961 a 1973, os índices de desmame precoce e, conseqüentemente da mortalidade infantil aumentaram, o que levou à mobilização da sociedade para o retorno à amamentação. As taxas de mortalidade no Brasil chegaram a 45% (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011).

Por essa razão, há mais de três décadas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a direcionar esforços para uma política global de incentivo à amamentação, definindo períodos ideais de aleitamento materno (nos primeiros seis meses de forma exclusiva e de maneira complementar até dois anos de idade ou mais), objetivando diminuir os índices de desmame precoce e de mortalidade infantil.

Amorim (2008) afirma que, desde o retorno do incentivo ao aleitamento materno, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, as campanhas e ações se caracterizam pela tentativa de convencer a mulher com relação à prática da amamentação enfocando, sobretudo, os benefícios do aleitamento materno para a saúde da criança. Na declaração da WHO (1981), a amamentação já era apontada como uma espécie de salvação para os bebês, uma estratégia de desenvolvimento ao alcance de todos os países, muito mais próxima e mais econômica do que se podia imaginar.

No Brasil, desde 1976, o AM é alvo de ações governamentais com a criação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 1976), que continha estratégias para reduzir a desnutrição infantil. É nesta época que as primeiras discussões em âmbito mundial sobre a importância do aleitamento materno acontecem. Por muitos anos, não se conheceu o valor nutricional e imunológico do

leite materno, não se destacando a importância do ato de amamentar e de suas consequências fisiológicas, emocionais e de menor morbidade para o bebê e a mãe (GOMES et al.,2016).

Diante disso, viu-se mais uma vez um movimento de retomada ao aleitamento materno, o que constituiu a tônica das ações do período que se segue aos dias atuais.

No Brasil, a preocupação com esta situação foi oficializada com a representação do governo na Reunião Conjunta da OMS/UNICEF sobre Alimentação Infantil e da Criança Pequena, em 1979, que culminou na elaboração do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. A partir daí, em 1980, inicia-se uma campanha em nosso País, a fim de sensibilizar políticos, autoridades de saúde, meios de comunicação e líderes comunitários para atuarem em favor do aleitamento materno, o que levou ao lançamento do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) no ano de 1981 (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011, P. 318).

A partir daí, várias outras políticas começaram a ser implementadas em âmbito nacional como: a Portaria sobre Alojamento Conjunto (1981); a implantação da Rede de Bancos de Leite Humano (1985); modificação na Constituição Brasileira em 1988, ampliando para 120 dias a licença maternidade, (atualmente ampliada para 180 dias - sancionada pelo governo federal para funcionários públicos em 2008 e também oferecida para as trabalhadoras de empresas que aderem a Empresa Cidadã) e dando garantia ao pai do direito a cinco dias de licença paternidade (estendida para 20 dias para os trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa Cidadã); e aprovação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes.

Além disso, viu-se acontecer no País: a implantação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, no Brasil desde 1992; a comemoração da Semana Mundial do Aleitamento Materno, também iniciada em 1992; o Prêmio Galba de Araújo, instituída pelo Ministério da Saúde em 1999, que reconhece os serviços de saúde que se destacam na assistência obstétrica e neonatal humanizada; o lançado, em 2008, pelo Ministério da Saúde, do projeto Rede Amamenta Brasil, também voltado para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na rede de atenção básica; dentre outras ações (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011, P. 318).

Com a implementação destas políticas e programas, a duração mediana da amamentação que, na década de 1970 era de 2.5 meses, passa a ser de 10 meses em 1999, dados da Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas Capitais e no Distrito Federal (BRASIL, 2009a).

Uma grande contribuição da retomada da amamentação, entre as décadas de 1970 e 1980, se dá também por um grupo de mulheres de corrente feminista. O grupo passa a adotar como referências as propostas da OMS com a principal bandeira da atenção integral, humanizada e baseada em evidências científicas, que promova o parto natural e a amamentação. Estas mulheres estavam empenhadas em estabelecer relações cada vez mais sólidas entre a amamentação e a saúde reprodutiva da mulher, entendendo-a como um direito e uma forma de afirmação, por parte da mulher, de sua própria feminilidade perante a sociedade (GOMES et al., 2016).

De acordo com Scavone (2001), a função da maternidade no contexto do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, passa do determinismo biológico, que reservava às mulheres um destino social de mães, à compreensão desta como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade.

A maternidade dentro do movimento feminista teve três momentos. No primeiro, a maternidade seria um *handicap*, defeito natural, que confinava as mulheres em uma bio-classe. Por isso houve a recusa da maternidade como primeiro caminho para que a mulher pudesse reconhecer todas as suas outras potencialidades. O movimento levantava a bandeira "uma criança se eu quiser, quando eu quiser". O eixo desta luta se situa na corrente do feminismo igualitário (SCAVONE, 2001).

Após a recusa da maternidade, chega-se ao segundo momento, a negação do *handicap*, no qual a maternidade passa a ser considerada um poder insubstituível, que só as mulheres possuem, valorizando o lugar delas na gestação, no qual o cordão umbilical que une o feto à mãe é fonte de vida e poder. A maternidade é vista como parte da identidade e poder femininos. Esta abordagem situa-se na corrente do feminismo diferencialista, que reflete suas lutas pela afirmação das diferenças e da identidade feminina. No terceiro momento, ocorre a "desconstrução do *handicap* natural", apontando que "não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade" (SCAVONE, 2001, p. 141).

Scavone (2001) reforça que a recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas e não estão necessariamente ancoradas na ideia do *handicap*. Apesar da crítica feminista ter partido da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a um defeito, ela acaba mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente. Neste ponto, a reflexão do movimento feminista contribui para a compreensão do fenômeno social da maternidade e colaborou para a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais. Por isso a perspectiva de gênero possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas: símbolo de ideal de realização feminina, de opressão das mulheres, de poder, dentre outras possibilidades de interpretações de um mesmo símbolo. Com isso, a "maternidade pode ser compreendida como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro" (SCAVONE, 2001, p. 143).

Ao longo da história ocidental sempre existiram mulheres que se rebelaram contra sua condição, lutando por liberdade. Abordando o movimento feminista como um todo, a primeira onda desse aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles foi o direito a voto. Esta também foi a primeira luta das feministas no Brasil. Outro tema levantado pela primeira onda do feminismo foram as condições precárias de trabalho das operárias (PINTO, 2010).

O feminismo inicial perdeu força a partir da década de 1930 e só retornou com importância na década de 1960. Nestes 30 anos, um livro foi fundamental: O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir trouxe a máxima do feminismo: "não se nasce mulher, se torna mulher".

A década de 60 foi marcada por diversas lutas de estudantes por diferentes valores morais. O feminismo volta com força e as mulheres falam pela primeira vez sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que estas últimas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre suas vidas e seus corpos (PINTO, 2010, p. 16).



Nesta segunda onda do feminismo, que emergente nesta mesma década na Europa e EUA, é descrita uma nova vertente dos movimentos feministas que ampliou a luta inicial por direitos abarcando, além das desigualdades políticas, o combate às desigualdades sociais e culturais. Nesta nova onda, as feministas recusaram, principalmente, as perspectivas biológicas da condição da mulher na sociedade (PIMENTA, 2010).

Pinto (2010, p. 16) relata que enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil vivia-se uma ditadura militar rigorosa que, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), transformava o presidente da república em um ditador, tornando difícil a atuação dos movimentos que lutavam por causas identitárias. Neste momento o "regime via as feministas com desconfiança, por entendê-las como política e moralmente perigosas".

Em 1975 aconteceu a I Conferência Internacional da Mulher, no México, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, no mesmo ano, aconteceu uma semana de debates sob o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Enquanto isso, as feministas se organizavam:

Com a redemocratização dos anos de 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas como, violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (PINTO, 2010, p. 17)

Como relata Pinto (2010), uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984. Junto com importantes grupos como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília, o conselho realizou uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Deste esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo.

As discussões mais ampliadas sobre sexo e gênero foram oriundas da terceira onda do feminismo, iniciada a partir de 1990, que trouxe também questões de classe, etnia, idade e raça, debates sobre sexualidades e articulações dos feminismos com teorias pós-modernas (HASSE, 2016).

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, e foi recriado o conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente. Com o principal mote do combate à violência doméstica, no século XX foram criadas diversas ONGs de proteção à mulher. Algumas Delegacias Especiais da Mulher surgiram pelo Brasil, e a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006) que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2005 e 2007 foram realizadas importantes Conferências Nacionais para a Política da Mulher, que geraram diversos documentos contendo informações sobre a situação da mulher no Brasil (PINTO, 2010).

É notável o esforço das mulheres nas últimas três décadas para mudar as normas vigentes sobre as concepções de gênero e também a busca pela igualdade de direitos. Mesmo assim, elas vivem desigualdades nos dias de hoje. Uma delas se refere ao aumento da sua responsabilidade para conquistar o espaço público, tendo que também manter o espaço privado, causando um esgotamento em decorrência do exercício de todas as atividades. Em 2006, homens e mulheres na condição de ocupados tinham jornadas totais de trabalho de 49 horas e 56 horas, respectivamente. Os homens tinham uma jornada de trabalho média equivalente à jornada constitucional de 44 horas e destinavam cinco para atividades de casa. As mulheres exerciam jornadas de 37 horas no mercado de trabalho e 19 horas para as atividades domésticas, resultando em uma jornada de trabalho total em média 15% superior à dos homens (LIMA; LIMA; SILVA, 2016).

Isso ocorre porque, tradicionalmente, no modelo patriarcal das famílias é a mulher a responsável pelos afazeres domésticos. E apesar de a mesma conseguir espaço no mercado formal, continua presente a realização dessas tarefas, dificultando assim seu avanço no mercado de trabalho, já que ela é obrigada a vivenciar uma dupla jornada de trabalho, o que é extremamente estressante e limitante (LIMA; LIMA; SILVA, 2016, p. 793).

Como aponta Lima, Lima e Silva (2016), além disso, se perpetua a culpabilidade da mulher, resultante da medicina higienista, que discursava nos

séculos XIX e XX de que a causa da degradação da família era a conquista pela mulher do espaço público.

As mulheres representam 40% da força de trabalho no Brasil e, cada vez mais, vêm ocupando cargos de chefia. A necessidade de participar da manutenção financeira da família, somada à busca pela realização pessoal, contribuiu para que a mulher ocupasse o mercado de trabalho cada vez mais. Apesar dos desafios, há também o desejo pela maternidade, onde também está presente a decisão de amamentar ou não seu filho (LIMA; LIMA; SILVA, 2016).

De forma gradativa ao longo do século XX, a mulher afastou-se da função de amamentar por diversos fatores, como o mercado de trabalho, o surgimento da mamadeira, a refrigeração, a pasteurização, e os cuidados com o corpo. Estes fatores, entre outros, levaram ao decréscimo do AM em detrimento do aleitamento artificial. Com o aumento da morbidade infantil, a política estatal pró-amamentação é retomada com vigor nos anos 1980, buscando multiplicar estratégias educativas para a introdução do AM como comportamento social universal das mulheres (MONTEIRO, GOMES, NAKANO, 2006).

Como traz Monteiro, Gomes e Nakano (2006, p. 149), apesar das massivas campanhas em prol da amamentação, o desmame precoce ainda é alto e o motivo é a falta de suporte social, um novo olhar à mulher nutriz que reconheça seu direito de opção e decisão sobre seu corpo e sobre a amamentação, o que implica em mudança do atual modelo de incentivo ao AM, de forma a resgatar a cidadania e o respeito às representações de sexualidade de cada mulher. "As mulheres devem ser respeitadas como agentes de sua sexualidade e, conseqüentemente, de seu processo de amamentação. Assim elas devem decidir que uso dão aos seus corpos e seios".

Os indicadores de amamentação refletem este panorama. A OMS recomenda amamentação exclusiva até os seis meses e complementada até dois anos ou mais. O relatório divulgado em maio de 2016, elaborado pela OMS, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN) concluiu que, de 194 países analisados, apenas 39 têm leis que promulgam todas as disposições do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, que incentiva a amamentação de

recém-nascidos e regula a comercialização de substitutos. O Brasil está entre os países que adotam totalmente as diretrizes do código, desenvolvido e aprovado em 1981 pela Assembleia Mundial de Saúde. Apontou ainda que, globalmente, cerca de duas em cada três crianças não são alimentadas exclusivamente com leite materno até os seis meses, um número que não melhorou em duas décadas (WHO; UNICEF; IBFAN, 2016).

Dados da II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal, realizada pelo MS e publicada em 2009, revelaram que a prevalência no Brasil de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses foi de 41%, abaixo do recomendado aos países membros da OMS, que é de 50% ou mais. Esta porcentagem deixa o Brasil em 21º na lista da América Latina e Caribe em AM. As medianas de aleitamento materno exclusivo e de aleitamento materno complementado no conjunto das capitais brasileiras e Distrito Federal, em 2008, foram de 54,1 dias (1,8 meses) e 341,6 dias (11,2 meses), respectivamente (BRASIL, 2009a). No Brasil, apenas 25% das crianças estão sendo amamentadas na faixa etária entre 18 e 23 meses (UNICEF, 2011b).

O estudo realizado por Boccolini et al. (2017) utilizou dados secundários dos inquéritos nacionais com informações sobre aleitamento materno (1986, 1996, 2006 e 2013) para a construção da série histórica das prevalências dos seguintes indicadores: aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses de vida (AME 6m); aleitamento materno entre crianças menores de 24 meses de idade (AM); aleitamento materno entre crianças com 12 a 14 meses de idade (AM 1ano); e aleitamento materno continuado entre crianças com 21 a 23 meses de idade (AM 2anos). Seus resultados revelam que as prevalências de AME 6m, AM e AM 1ano tiveram tendência ascendente até 2006 (aumentando de 4,7%, 37,4% e 25,5% em 1986 para 37,1%, 56,3% e 47,2% em 2006, respectivamente). Para esses três indicadores, houve relativa estabilização entre 2006 e 2013 (36,6%, 52,1% e 45,4%, respectivamente). O indicador AM 2anos teve comportamento distinto, prevalência relativamente estável, em torno de 25% entre 1986 e 2006, e aumento subsequente, chegando a 31,8% em 2013 (BOCCOLINI et al., 2017).

Dados de Victora et al (2016) mostram que globalmente, as prevalências mais altas de amamentação aos 12 meses foram encontradas na África, no Sul da Ásia e

em partes da América Latina. Nos países de renda alta, menos de 20% das crianças é amamentada aos 12 meses de vida. Para cada duplicação no produto interno bruto *per capita*, a prevalência da amamentação aos 12 meses diminuiu 10 pontos percentuais (VICTORA et al., 2016).

Os dados mostram que as mulheres pobres amamentam por mais tempo que as mais ricas nos países de rendas baixa e média, enquanto que nos países ricos este padrão é invertido. "A amamentação continuada é ainda mais comum em mães pobres do que em mães ricas, mas as taxas parecem estar declinando entre as primeiras, enquanto permanecem estáveis entre as mães ricas" (VICTORA et al., 2016, p. 17).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2013, é o mais recente inquérito sobre saúde de base populacional conduzido no Brasil, com informações sobre a prática da amamentação. Estudos prévios constataram o aumento da duração mediana do aleitamento materno, tanto em inquéritos de âmbito nacional, passando de 2,5 meses em 1975 para 14 meses em 2006 (BRASIL, 2014b).

No entanto, é preciso ainda refletir sobre os indicadores. É preocupante a desaceleração, observada em 2013, dos ganhos que vinham sendo observados entre 1986 e 2006; pela primeira vez na série histórica, não foram observados ganhos reais da prevalência do aleitamento materno, cuja queda mais preocupante foi a do AME entre crianças de três a cinco meses de vida (BOCCOLINI et al., 2017).

Os aumentos na prevalência nas décadas de 1980 e 1990 se deveram em parte aos esforços do programa brasileiro pró-amamentação, lançado em 1981, que investiu na utilização de atores, como a mídia, para ilustrar o tema. Foi a primeira campanha pró-AM na mídia, coberta por quase cem canais de televisão (alcance de 15,5 milhões de famílias) e seiscentas estações de rádio (vinte milhões de famílias), além de quatro propagandas na imprensa escrita visando atingir líderes formadores de opinião (REA, 2003).

Como traz Rea (2003), a segunda campanha, em 1982 e 1983, feita pelos meios de comunicação de massa, foi veiculada nos intervalos comerciais pelas empresas de televisão Globo, Bandeirantes e TVS. A audiência alcançada, considerando a população com televisão e o tempo de exposição, foi de 500 milhões

de espectadores em São Paulo. Como parte do planejamento da campanha, foi distribuído um kit sobre amamentação a jornalistas.

Nesta revisão foram encontrados, entre 13 de fevereiro de 1983 e 27 de março de 1983, 78 artigos sobre o tema em diversas revistas populares publicados em 25 cidades brasileiras. Depois destas ações na mídia, o que se documenta, em 1986, é que cinco anos após a primeira avaliação, a duração mediana da amamentação aumentou na Grande São Paulo, indo de 2,9 para 4,2 meses (REA, 2003).

Além desta mobilização da mídia, ações de políticas de proteção e outras atividades pró-amamentação nacionais e internacionais foram feitas ocasionando um aumento da duração do aleitamento materno. Em 1975, uma em cada duas mulheres amamentava apenas até o segundo ou terceiro mês, enquanto que em 1999, uma em cada duas mulheres leva a amamentação até cerca de dez meses (REA, 2003).

A participação do governo, da sociedade civil e das entidades de classe na mobilização da sociedade e de governantes foram importantes para o avanço dos índices de aleitamento materno observados entre 1986 e 2006. Contudo, surge um sinal de alerta com a falta de progressão, o que reforça a necessidade de se intensificar as ações já implementadas e desenvolver novas ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, envolvendo os diversos setores da sociedade, no intuito de retomarmos o crescimento da prevalência e duração do aleitamento materno.

OMS e Governo Federal, por meio do MS, reforçam os benefícios do aleitamento materno para as crianças através de suas campanhas, focando principalmente no caráter de proteção do leite contra a mortalidade infantil.

Na esfera privada, a amamentação envolve essencialmente mãe e bebê. Na esfera pública, a amamentação estabelece uma relação jurídica bilateral atributiva entre mãe e criança, de um lado, e o Estado e a sociedade, de outro. Assim, à criança é garantido o direito à alimentação saudável e em condições de higiene e segurança adequadas, como dimensão de atenção e cuidado. À lactante, o direito a amamentar implica na garantia de condições para fazê-lo, se assim escolher, sem prejuízo ou relativização de quaisquer direitos e sem sofrer quaisquer formas de violência ou discriminação, por parte da sociedade ou do Estado (LIMA; LEÃO; ALCÂNTARA, 2014, p. 74).

Com isso, Lima, Leão e Alcântara (2014) ressaltam que a sociedade deve se abster de quaisquer atos de discriminação ou violência (em sentido amplo) que possa tolher a opção da lactante em amamentar, seja no local de trabalho, em sua residência, seja, se assim entender necessário, em espaços públicos. Já o Estado, reconhecida a fundamentalidade do direito à amamentação e sua natureza social, fica obrigado a tomar as medidas necessárias a sua efetivação, em condições adequadas, abstendo-se de qualquer ato, executivo ou legislativo, que possa ir de encontro a este direito.

Sabe-se que a amamentação é um fenômeno complexo. Gomes et al. (2016, p. 487) colocam que "tanto a amamentação quanto a alimentação da criança pequena, além de biologicamente determinadas, são socioculturalmente condicionadas", tratando-se, portanto, de atos impregnados de ideologias e determinantes que resultam das condições concretas de vida.

O direito de amamentar, diante disso, não corresponde a uma obrigação da lactante, mas ao dever do Estado de garantir as condições para que a mulher amamente se optar por e puder fazê-lo, e ao da sociedade de respeitar o direito da mulher e da criança (LIMA; LEÃO; ALCÂNTARA, 2014).

Questões sociais, econômicas, políticas e culturais transformaram o AM em atos reguláveis pela sociedade e a maternidade como um bem social compartilhado. Dependendo da realidade social a ser considerada, a ambiguidade amamentação-desmame pode traduzir-se como um embate entre saúde e doença, entendendo-se que esses processos se associam, em todos os momentos, a variáveis econômicas e sociais (GOMES et al., 2016).

O ato de amamentar aparenta ser simples e um instinto nato, mas seu sucesso requer ensinamentos e um complexo conjunto de condições interacionais no contexto social da mulher e do filho. "É um ato influenciado pela família e pelo meio social em que a mulher vive" (ROCHA et al., 2010, p. 1294).

Como coloca Gomes et al. (2016), sabe-se hoje que os sentidos e os significados da amamentação assumidos em nossa sociedade representam uma construção feita ao longo do tempo. O AM, principalmente nas últimas décadas, transformou-se numa maneira de caracterizar a mãe, determinando se sua conduta em relação ao filho é ou não correta, de acordo com os padrões socialmente

valorizados. Devido a isso, as mulheres reafirmam o desejo idealizado de amamentar, para “dar o melhor ao filho”, respaldando-se no discurso oficial cientificamente instituído.

Mesmo após anos de campanhas educativas de promoção do aleitamento materno, trazendo as inúmeras vantagens do AM, além de informações que buscam naturalizar a prática, muitas mulheres não têm sucesso na amamentação. Amamentar implica o envolvimento de diversas razões e intencionalidades, não dependendo unicamente de conhecimentos sobre vantagens e técnicas de aleitamento materno ou apenas de uma decisão prévia (SOUZA, NESPOLI, ZEITOUNE, 2016).

São vários os fatores que estão interligados com o abandono desta prática alimentar, agindo de forma negativa ou positiva, sendo os principais: nível socioeconômico, grau de escolaridade da mãe, idade da mãe, trabalho materno, urbanização, condições do parto, incentivo do cônjuge e parentes, bem como a intenção da mãe de amamentar e experiência anterior a esta (ARAÚJO et al., 2008). Além disso, podem influenciar no desmame precoce fatores culturais, demográficos, biológicos, pouca orientação nos pré e pós-parto sobre o AM, condutas impróprias de comercialização por parte de fabricantes e distribuidores de fórmulas infantis e outros substitutos do leite materno, falta de incentivo e apoio ao aleitamento materno no local de trabalho, condições no hospital como alojamento conjunto e tipo de parto e falta de profissionais qualificados no atendimento puerperal (ALMEIDA et al., 2008).

Neste sentido, tanto a amamentação exclusiva como a prolongada envolvem apoio, cidadania, empoderamento e respeito à escolha. Sabe-se que muitos benefícios atribuídos ao AM são dose-dependentes, isto é, quanto maior a frequência e a duração da amamentação, maiores são os benefícios para mães e filhos (MARTINS; GIUGLIANI, 2012).

A amamentação prolongada é indicada pela OMS e pelo MS, que recomendam o AM até dois anos de idade ou mais. Isto significa que o leite a ser ingerido pela criança até os dois, três ou mais anos deve ser o da mãe, sem a necessidade de introdução de outro leite. Diversos estudos comprovam os benefícios da amamentação prolongada, a exemplo do artigo de Victora et al.



(2016), que mostrou que o aleitamento materno, por um período de 12 meses ou mais, poderia salvar a vida de, pelo menos, 800 mil bebês e 20 mil mães todos os anos. No Brasil, o tempo médio de aleitamento materno é de menos de um ano (342 dias), segundo dados do MS referentes a 2008 (BRASIL, 2009a).

A definição da prática de amamentação prolongada, pode variar conforme a época e o local de seu acontecimento, uma vez que depende do ponto de vista de cada observador e cultura. "No Brasil, pode-se entender que tal prática é considerada prolongada quando ultrapassa as recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e da OMS" (SOUTO, 2015, p. 15).

Como aponta Souto (2015), alguns pesquisadores consideram que esse fenômeno ocorre quando o aleitamento materno vai além dos dois anos de idade. Aqui neste estudo adota-se esta visão: a amamentação prolongada é a que segue além dos dois anos de idade da criança.

Apesar das vantagens da amamentação prolongada, um estudo concluiu que "menos da metade das crianças é amamentada pelo menos até os 12 meses de idade, e apenas 1/4 é amamentada na faixa etária entre 18 e 23 meses" (MARTINS; GIUGLIANI, 2012, n.p.). Existem muitos estudos sobre determinantes da interrupção precoce da amamentação, tendo sido identificados fatores socioeconômicos, culturais, demográficos e biológicos. São, porém, escassos os estudos abordando a amamentação prolongada, e pouco se sabe sobre os fatores envolvidos na manutenção desta.

A decisão da mulher de desmamar é, em geral, atribuída a pressões externas como, por exemplo, os chamados 'mitos' da amamentação prolongada. Por exemplo, existe a crença de que, após um ano o AM causa danos ao desenvolvimento psicológico infantil ou que "uma criança jamais desmama por si própria, que a amamentação prolongada é um sinal de problema sexual ou necessidade materna e não da criança, e que causa problema para a independência" (BRASIL, 2009b, p. 64).

Se por um lado o AM traz diversos benefícios ao binômio mãe e bebê, por outro, quanto mais longo durar, passa a ser visto como anormal, uma vez que tal prática é diretamente associada a bebês mais novos e não a crianças consideradas "mais velhas" (DOWLING, 2013).

O movimento Attachment Parenting defende, entre outras práticas, a amamentação prolongada, que para eles configura-se como a que ocorre além dos dois anos de idade. Afirmam que é uma prática que promove o desenvolvimento de vínculos emocionais mais fortes e saudáveis entre pais e filhos (SOUTO, 2015).

Como coloca Giordani et al. (2018, p. 2733), à medida que o indivíduo se depara com situações pouco familiares, é necessária sua apropriação e ampliação de conhecimento sobre o que está vivendo. A decisão de amamentar perpassa o nível individual, o julgamento e a auto-avaliação da mulher de sua capacidade e desejo em amamentar, pois também recebe influência externa de ordem social e cultural. Por exemplo, os anseios e os medos que emergem sobre a amamentação e que são compartilhados pela mulher no ambiente doméstico ou nos espaços de saúde fazem parte deste processo. "Deste modo, repensar práticas que impelem as mulheres à culpabilização sobre as consequências desse ato (de não amamentar) é primordial nos diferentes espaços".

A amamentação e a maternidade como práticas sociais atribuem valor à mãe por sua vocação ao aleitamento materno e pela realização das tarefas de cuidar de sua prole, como se fossem habilidades natas. Da mesma maneira, a amamentação prolongada precisa ter um fim "aceitável" para a mãe e imposto como "saudável" para o bebê.

Como ressalta Kalil e Aguiar (2017, p. 655), a amamentação como experiência complexa, onde o desmame é um processo de transição silenciado, é pouco explorada. A condição psicológica da amamentação é recorrentemente relegada na divulgação feita, tanto pela mídia, quanto pelos serviços de saúde. "Sendo assim, as mulheres e suas (diferentes) perspectivas sobre a amamentação são estereotipadas, restando quase nenhum espaço para discutir sua opção por amamentar e motivações para dar continuidade ou encerrar o aleitamento materno".

Por isso, para mudar estes contextos, além dos dados de prevalência do AM, é necessário um novo olhar para as questões relacionadas à amamentação, que traga a mulher como protagonista deste processo.

## 4.2 GÊNERO E DIREITOS

De acordo com Firmino e Porchat (2017, p. 52), em 1990 começaram os debates sobre problemas de gênero, que perduram até os dias atuais, em inúmeros países e em diversos campos do conhecimento. Estes "trazem a questão de gênero como fundamento para lutas políticas, bem como para o estabelecimento de atitudes de exclusão, preconceito e violência".

Butler (2003) ressalta que tentar explicar quem é a mulher, qual é sua identidade, levaria a um engessamento identitário no interior das relações engendradas pelo sistema de poder-saber, ao que o feminismo pretende se opor. Para buscar uma definição, Butler sugere focar nos processos de produção das identidades e manutenção das relações entre elas, empreendendo uma pesquisa genealógica como o fez Foucault, de forma a analisar os mecanismos de poder que as tem como efeito.

Para Butler (2003), a classificação homem/mulher e masculino/feminino remete a uma binaridade latente presente nos sujeitos, que refletem acerca da sociedade, decorrente de uma heterossexualidade compulsória marcada pelo falocentrismo. Esta categorização passa por uma relação de poder que se expressa em uma linguagem, que por sua vez, assume caráter política, ou seja, só se é alguém no momento em que facilmente seja identificado o sexo biológico, e por consequência seu lugar no mundo. Tudo aquilo que foge a norma torna-se marginalizado, com dificuldade para inserção no meio social. Butler critica a construção da identidade como algo que tenha começo, meio e fim, como um caráter determinista. A pesquisadora compreende este processo como contínuo e revelado pela forma como o sujeito se expressa no mundo.

Para Foucault (1979, p. 182), o poder deve ser compreendido como prática efetuada em níveis variados no cotidiano, a partir de instituições como a escola, a prisão, o hospício, o quartel, a fábrica, os meios de comunicação e as ciências. O poder é compreendido como "uma rede de micropoderes articulados ao Estado e que atravessam a estrutura social".

Como explica Firmino e Porchat (2017), Butler faz uso da genealogia de Foucault para analisar os mecanismos de poder enquanto exercício e articulado ao saber e que tem como efeito o sujeito. Por isso, Butler parte dessa ferramenta para realizar uma crítica à categoria de identidade do sujeito do feminismo: "A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento" (BUTLER, 2013, p. 23).

Quanto à definição de gênero para Butler, não se pode focar somente na questão biológica de acordo com o sexo com que o sujeito nasceu, pois neste caso oculta-se como os mecanismos de poder operam, além das transformações da estrutura social. Coloca que as diferenças sexuais são além de determinantes das diferenças sociais, "significadas e valorizadas pela cultura, de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais" (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 55).

Como traz Beauvoir (1970) e Butler (2013) o gênero é variável, pois não é porque se nasce com vagina que será mulher. O que define se a pessoa se tornará mulher ou homem ou nenhum deles (assim definido) é a escolha que fará no contexto cultural, que em um regime de poder coloca imperativos aos sexos, um conjunto de normas que dizem como se deve comportar. "Escapamos do determinismo biológico, mas não da compulsão cultural que utiliza o sexo como referência. Com isso, gênero não é algo que somos, mas que fazemos" (SALIH, apud FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 57).

Como reforça Vieira (2002), a naturalização do universo feminino, materializado principalmente através do trabalho doméstico e da maternidade, baseia-se segundo os fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher, como a capacidade de gestar, parir e amamentar:

Na medida em que a determinação biológica parece justificar plenamente as questões sociais que envolvem esse corpo, ela passa a ser dominante, como explicação legítima e única sobre aqueles fenômenos. Daí decorrem ideias sobre a maternidade, o instinto maternal e divisão sexual do trabalho como atributos 'naturais' e 'essenciais' à divisão de gêneros na sociedade. (VIEIRA, 2002, p. 31)

Desde o início do século XX, estudos como o de Mead (2000) já afirmavam que as relações de gênero são construções sociais e, por isso, se configuram de maneiras diversas, dependendo da cultura e do contexto em que se estabelecem. Mas o marco inaugural do uso do conceito de 'gênero' pelas feministas é atribuído à Rubin (1975) que formula uma teoria sobre a origem da opressão vivida pelas mulheres a partir de ideias difusas já existentes sobre o tema.

Rubin (1975) cria o chamado "sistema sexo/gênero", o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Duas décadas mais tarde, Scott (1995, p. 86) traz a ideia de que gênero é a organização social da diferença sexual.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações.

Mais recentemente, para Butler (2013), gênero é definido como uma construção social produzida e revalidada a todo instante na e pela interação com os outros.

Como traz Hasse (2016), e como detalhado na seção anterior, ao longo do século XX os movimentos feministas colocaram em pauta a necessidade de reconhecimento de demandas específicas, como a importância de maior participação feminina nas esferas de poder e uma efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Deste modo, sob o impacto dos movimentos feministas, a partir dos anos 80 começam a ser implantadas as primeiras políticas públicas com um recorte de gênero no Brasil. O conceito de atenção integral à saúde da mulher adotado pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1984 (BRASIL, 1984), significou o rompimento com uma visão tradicional que centralizava o atendimento às mulheres nas questões relativas apenas à reprodução. Avaliações posteriores, porém, dão conta de que as políticas propostas pelo PAISM não se efetivaram nem em um terço de suas possibilidades (HASSE, 2016).

Scavone (2010) tem feito em seus trabalhos várias reflexões sobre a biopolítica do corpo feminino que vem ao encontro do discurso político feminista que,

visando práticas de liberdade, erigiu diferentes críticas aos mecanismos de controle social sobre o corpo feminino. Este corpo é considerado, ao longo do período que estudou (a partir da década de 1970), um lugar de acirrada disputa de poder entre o domínio público e o privado.

A controvérsia sobre a amamentação em público exemplifica essa disputa. Gomes (2017), em seu artigo sobre os discursos da amamentação em público, coloca que essa questão não se trata do ponto de vista da importância e da necessidade do AM, mas o fato de que vivemos em uma sociedade sexista. Neste contexto, as mamas têm um papel fundamental nas decisões das mulheres em continuar amamentando para além de dois anos. Elas têm dupla função em nossa sociedade: a função erótica/estética, e a função materna/nutritiva, gerando um conflito entre sexualidade e maternidade. Esta dualidade pode interferir diretamente na amamentação em público, pois de um lado está a sexualização do seio feminino e, do outro, a estigmatização do seio maternal (KALIL; AGUIAR, 2017).

Essa dupla representação se insere na tradicional oposição antropológica entre natureza e cultura. Considerado em termos da natureza, o ser humano é classificado como um animal mamífero e, portanto, as mamas têm uma função específica, ligada à alimentação dos filhos. Mas o *homo sapiens* também é um animal cultural e, no mundo da cultura, o seio feminino pode perder a prioridade biológica de sua função e tornar-se a base de diferentes representações (SANDRE-PEREIRA, 2003).

Na cultura ocidental a mama foi inscrita durante muito tempo em uma percepção funcional alimentar, sendo muito recente a erotização dessa parte do corpo feminino. Nesse contexto, o seio é percebido primeiro e, antes de tudo, como um órgão sexual, de grande apelo erótico (SANDRE-PEREIRA, 2003). Segundo Monteiro, Gomes e Nakano (2006, p. 147), as representações de mulher/mãe/nutriz são construídas e passam a significar algo no interior de culturas específicas. Neste contexto, a mama pode ou não ser erótica e pode ou não estar ligada à sexualidade; o leite apresenta forte aspecto simbólico dependendo da cultura, e o aleitamento materno ultrapassa o quadro biológico e nutricional.

O olhar sobre a nudez se transformou ao longo dos séculos e apenas no final da Idade Média, no ocidente, é que a nudez passa a ter o sentido erótico que conhecemos hoje. Contudo, o peito permanece discreto até o

surgimento do 'amor romântico', no século XVIII. (MONTEIRO; GOMES; NAKANO, 2006, p. 147).

A elaboração cultural em torno da diferença sexual constitui um dos grandes fatores presentes no desenvolvimento do modelo de amor materno (e de amamentar), tal como é conhecido atualmente e com o qual se convive desde o século XIX, como já mencionado anteriormente.

Valores, atributos e expectativas são construções sociais originadas a partir de um contexto sociocultural específico, em um determinado espaço de tempo.

Assim, em momentos de transição, como o que se vive agora, coexistem conceitos antigos e atuais acerca do papel que desempenham homens e mulheres na sociedade, sendo necessário entender as condições históricas que permeiam os conceitos humanos, ou seja, é preciso ter consciência histórica do presente" (Sorensen et al., 2017, p. 23).

Kalil e Costa (2012) frisam que é a perspectiva de gênero que salienta o que há de socialmente construído nas 'leis naturais', permitindo-nos problematizar o imaginário comumente aceito de uma divisão sexual do trabalho com bases puramente biológicas.

De acordo com Danièle Kergoat, no Dicionário Crítico do Feminismo (HIRATA et al., 2009), as condições em que vivem homens e mulheres são construções sociais e não produtos de um destino biológico.

Homens e mulheres formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (HIRATA et al., 2009, p. 67)

Beauvoir (1970) destaca que, apesar das conquistas legais e da participação na vida econômica, o cuidado dos filhos e da casa permanece, em sua grande maioria, sob a responsabilidade da mulher, que alia estas funções, com o trabalho. Esta condição se deve à sobrevivência de antigas tradições; muitos dos costumes da sociedade patriarcal sobrevivem ainda hoje.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, historicamente adaptada a cada sociedade. Esta divisão tem por característica designar o homem à esfera produtiva (de forte valor social agregado como políticas, religiosas, militares, dentre outras) e a mulher à esfera reprodutiva. Com isso, há dois princípios organizadores: o de separação

(existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher).

Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista –, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais (HIRATA et al., 2009, p. 67).

Diante do exposto, os significados da prática de amamentar vão além do ser biológico mulher-mãe, assim como são atribuídos os significados de ser mulher e ser homem.

Kalil e Costa (2012) buscam fomentar uma discussão mais plural a respeito da amamentação e de suas implicações para a mulher, abrangendo questões como saúde, subjetividade, trabalho, sexualidade e seus múltiplos papéis na sociedade contemporânea. Segundo as autoras, os discursos oficiais no âmbito das políticas públicas de aleitamento materno continuam a atrelar a maternagem ou cuidado com o bebê à amamentação, reforçando a ideia da mãe como única responsável por essa esfera da vida familiar e social.

Essa perspectiva da amamentação como um direito da mulher e um processo de empoderamento sobre seu próprio corpo é novamente apontada por Smith (2008) destacando que a alimentação infantil ocorre em um contexto de desigualdades de gênero, que inclui falta de suporte familiar, trabalhista e comunitário para a amamentação; sexualização dos seios femininos e, por outro lado, estigmatização do seio materno, que limita as possibilidades de a mulher amamentar em público; além da falta de informação para a mulher sobre os benefícios do aleitamento materno, entre outros obstáculos.

A área da saúde também vem promovendo novas discussões sobre a saúde da mulher que, num primeiro momento, remete ao enfoque biologicista da atenção materno-reprodutiva e visão romântica do AM, como resquício do modelo higienista. Num segundo momento, no entanto, ao focar a perspectiva de gênero na construção social, marca um novo modelo de assistência, que perpassa as questões de autonomia e humanização (MONTEIRO; GOMES; NAKANO, 2006).



Segundo as autoras, buscando tornar a mulher sujeito de suas escolhas, surge o movimento de humanização da assistência em saúde. Com isso, em 2003 é criada a Política Nacional de Humanização (PNH), com o objetivo de efetivar os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários. De acordo com o PNH, a humanização consiste na valorização dos usuários, trabalhadores e gestores no processo de produção de saúde. "Tal empreendimento é norteado por valores como autonomia e protagonismo dos sujeitos, co-responsabilidade, estabelecimento de vínculos solidários, construção de redes de cooperação e participação coletiva no processo de gestão" (BRASIL, 2010, p. 159).

Com isso, tenta-se resgatar a participação efetiva das mulheres e sua família nos assuntos que envolvem saúde e a maternidade. No entanto, a "hegemonia biomédica continua ditando os saberes científicos que, muitas vezes, estão distantes do campo de escolha e de possibilidade das mulheres, sendo contraditório aos seus conhecimentos" (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011, p. 319).

No Brasil, a partir dos anos 90, alguns estudos sobre amamentação mostraram a importância da mulher ter possibilidade de escolha, ser reconhecida na sua sensibilidade, história, cotidiano e necessitar ter alguém ao seu lado que lhe dê apoio e cuidado. Nessa perspectiva, para ampliar o entendimento sobre o que influencia a amamentação é importante levar em conta os aspectos biológicos e os sociais (SOUZA; NESPOLI; ZEITOUNE, 2016).

Ainda assim, a maior parte dos discursos em prol do AM, utilizados para difundir a prática como comportamento social universal das mulheres, focam numa visão "romântica deste ato, omitindo possíveis problemas que possam ocorrer" (MONTEIRO; GOMES; NAKANO, 2006, p. 148), inclusive relacionados às diferentes significações da mama e do corpo feminino. Ou seja, ainda que a prática da amamentação envolva diretamente a mulher-mãe, suas expectativas, desejos e sua vida concreta não costumam ser levadas em consideração quando o assunto são as prescrições relacionadas ao AM (KALIL; AGUIAR, 2017). Nesse sentido, é necessário o surgimento de um novo modelo de atenção, que passe a respeitar o direito de as mulheres decidirem o uso que farão de suas mamas e corpos.

Apesar do conceito de gênero ser amplo e se referir às categorias relacionais de mulher-feminino, homem-masculino e examinar as relações de desigualdade e poder estabelecidas entre ambos, neste trabalho, ao referir-se às 'políticas públicas de gênero' aludimos às ações voltadas especialmente para a emancipação das mulheres, ou seja, aquelas que reconhecem as diferenças de gênero e propõem ações diferenciadas visando garantir maior equidade entre homens e mulheres.

Neste trabalho, gênero foi adotado para a compreensão do processo de naturalização da amamentação, tomado como função biológica e social da mulher, no discurso biomédico.

### **4.3 COMUNICAÇÃO E SAÚDE**

Aqui neste estudo usou-se a teoria da Dialogicidade de Paulo Freire ao abordar a comunicação como troca dialógica, a partir de um ponto de vista social e político; uma abordagem cultural apoiada numa visão humanista, valorizando a criatividade humana e partindo de uma definição mais ampla do que é comunicação. Este é um dos eixos principais e fundamentais de toda a teoria freireana, o diálogo, nascido na prática da liberdade, enraizado na existência, comprometido com a vida, que se historiciza no seu contexto.

Para Freire, a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade. O diálogo é tratado como um fenômeno humano:

(...) se nos revela como algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também seus elementos constitutivos" (FREIRE, 2004, p.89).

Não há palavra que não seja práxis, ou que não surja da práxis; quando se pronuncia a palavra, estamos pronunciando e transformando o mundo. Na dialogicidade estão sempre presentes as dimensões da ação e da reflexão. Ao pronunciar o mundo, mostra-se que humanamente existe-se, e se isso acontece, age-se e se modifica o mundo dado (FREIRE, 2004). Quando não há verdadeiro diálogo, não há encontro, amorosidade e respeito:

O diálogo é este encontro dos homens, imediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste

direito” (Freire, 2004, p. 91).

Conclui-se: o diálogo é o encontro respeitoso e solidário entre aqueles que acreditam que o mundo pode ser transformado.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em setembro de 1921, no estado de Pernambuco, e morreu em maio de 1997, em São Paulo. Formou-se em Direito, mas jamais exerceu essa profissão. Tornou-se professor de língua portuguesa em escolas de educação fundamental. Trabalhando com educação popular, dirigiu experiências de alfabetização de adultos no governo anterior ao golpe militar de 1964. Mesmo sendo a Educação sua área de atuação, Freire se debruçou sobre a questão dos meios de comunicação de massa num de seus últimos livros (RIBEIRO, 2013).

No ensaio intitulado “Sobre educação: diálogos” assume categoricamente que, mesmo não tratando diretamente sobre os chamados meios de comunicação, ele os considera “dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento” que desenvolve nos seus trabalhos sobre educação (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p.54). Para tanto, Freire parte de estudos sociológicos, se baseando na teorias das comunicações.

Freire pretendia focar na importância da escola, utilizando os meios de comunicação como ferramentas no processo de aprendizagem e conhecimento, para aprender e ensinar a ser crítico em relação aos próprios meios.

Ele não coloca os meios como vilões em si mesmos, mas apenas como reflexo do progresso, da ciência e tecnologia, como ferramenta que deve ser inserida no processo de aprendizagem e conhecimento. Mas coloca o problema do poder que está por trás dos mesmos (RIBEIRO, 2013, p. 86).

Como explica Ribeiro (2013), para Freire, a comunicação se dá no marco do processo das culturas em que a compreensão do fenômeno comunicativo não se esgota em conceitos e critérios como canais, meios, códigos, mensagens, informação.

O entendimento da comunicação é reorientado a uma revalorização do universo cultural e do cotidiano dos sujeitos como mediadores dos sentidos produzidos no campo da recepção das mensagens dos meios massivos. Suscetíveis de múltiplas interpretações, essas mensagens são polissêmicas e seus sentidos ou significados 'negociados' na esfera da recepção (RIBEIRO, 2013, p. 82).

Ribeiro faz um conjunto de investigações no âmbito da audiência dos meios de comunicação de massa, sobretudo da televisão, buscando entender o que faz o público com os meios e as mensagens emitidas e, por outro lado, o papel que desempenham a cultura e as instituições sociais como mediadores no consumo das mensagens propostas. "A mídia comercial de massa é atrelada e vinculada aos interesses mercadológicos e visa em grande parte ao entretenimento" (RIBEIRO, 2013, p. 81).

"Freire não pensa pensamentos. Pensa a realidade e a ação sobre ela. Trabalha teoricamente a partir dela" (GADOTTI, 1996, p. 77). Algumas outras questões trazidas por Freire que podem ser perfeitamente aplicadas à comunicação é a questão "bancária" da educação como instrumento de opressão e a dialogicidade como essência da educação (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 127). A comunicação bancária, assim como a educação, depositam no aluno ou espectador conteúdos prontos, como se estes fossem "depósitos vazios a serem preenchidos". O diálogo está no núcleo fundamental das ideias freireanas. Sejam professores ou comunicadores, a relação com o aluno ou o público deve ser sempre horizontal. O método freireano parte da realidade do educando, de suas situações existenciais, respeitando o senso comum e dele partindo (RIBEIRO, 2013).

Sobre o poder dos meios de comunicação, Freire traz a questão da unidirecionalidade.

A televisão, por exemplo, não é necessariamente, imutavelmente, unidirecional (...). Pode-se usar a televisão com ida e volta. (...) Através do telefone, inclusive. Quer dizer: as soluções técnicas podem ser facilmente encontradas pelos homens e pelas mulheres de televisão, que são os especialistas nisso. O problema é, de novo, esse: quem tem o poder sobre os meios de produção? (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 25-26)

Fica evidente que o diálogo é o fundamento para a concepção de Freire de um sistema que permita aos homens conviverem de maneira igualitária e respeitosa. Por isso, sua crítica a um modelo comunicativo unidirecional. "Para que haja comunicação verdadeira, e não transmissão de informações, é necessário ida e volta" (RIBEIRO, 2013, p. 87).

Paulo Freire coloca que, na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é comunicado. "Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que

partem muito bem vestidos” (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p.26).

A crítica de Freire (2003), segundo Ribeiro (2013) é que esta visão "bancária" da comunicação, como depósito e transferência de informação, estimula a ingenuidade e não a criticidade, já que a comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Para Freire, na comunicação não há sujeitos passivos. A comunicação não está na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado. O que ele coloca é que os meios de comunicação, por meio de suas técnicas, conduzem e manipulam as massas, e isso não é um processo libertador.

Sobre o dialogismo, Ribeiro (2013) reforça a ideia de Freire e Guimarães (2003): como o comunicador pode ser receptor e o receptor comunicador, se esses papéis são cristalizados e bem definidos; se o comunicador é aquele que detém a mensagem e o receptor aquele que nada sabe e assiste passivamente? A resposta é que a transmissão de conteúdo é desumana e não deveria se chamar comunicação e sim comunicado, pois não existe diálogo e comunhão com o sujeito.

Esse novo mundo que resulta da 'aliança entre comunicação, tecnologia e economia de mercado', ou seja, a 'tecnocultura', ao mesmo tempo em que traduz a cultura contemporânea consumista e globalizada, permite mais abertura ao diálogo e a conscientização, a partir do momento em que traz em seu bojo possibilidades mais democráticas. Vivemos hoje num mundo de contradições, de determinismos e possibilidades ao mesmo tempo. E é nessa brecha das possibilidades que devemos atuar. Enquanto o capitalismo consumista e o status quo se mantiverem, haverá opressores e oprimidos de classe (RIBEIRO, 2013, p. 89)

Como aponta Ribeiro, essas articulações despontam no século 21 como resultado de uma forte demanda da sociedade por mudanças globais e efetivas. Essa luta é contra "um sistema estabelecido e uma direção e conduta humana atual consumista, alienada, de caráter 'egoístico-passional' e autodestrutiva" (RIBEIRO, 2013, p. 89).

Outro pensamento de Paulo Freire que se traz aqui é o de relações: destacando que homens e mulheres são seres de relações, entre si, e com o mundo. Freire (2009) enfatiza a diferença entre estar no mundo e estar com o mundo; é o estar com o mundo que faz de homens e mulheres seres de relações, que irão responder aos desafios do mundo de forma reflexiva e não apenas reflexa.

Estar com o mundo, implica em criar e recriar, em interferir sobre a realidade para modificá-la, em integração e não simples adaptação. Como coloca Martins (2012), assim, se homens e mulheres perdem a capacidade de optar, se são submetidos à prescrições alheias, tornam-se, então, seres da passividade, da acomodação, apenas ajustados ao mundo e não integrados à ele. "Nas relações no e com o mundo, homens e mulheres experienciam e adquirem saberes. A cada desafio apresentamos uma resposta, o que nos leva a acumular experiência e, possivelmente nos tornamos mais aptos a fazer escolhas" (MARTINS, 2012, p.62).

Freire (2005) destaca que valorizar o saber que surge da experiência não significa se restringir a ele, entretanto a sua superação passa, necessariamente, por ele. Não é possível deixar de lado o saber construído a partir do contexto sociocultural de cada um. E para a superação deste "saber de experiência feito", para alcançar um saber mais crítico da realidade, o diálogo é fundamental.

De acordo com Motta-Roth e Scherer (2012, p. 640) a comunicação na mídia se dá em uma contradição ou tensão entre duas tendências: "a finalidade de fazer saber, para informar a sociedade sobre os fatos do mundo, e a finalidade de fazer sentir, para cooptar o leitor, captar a atenção do maior número de cidadãos consumidores de informação e manter sua viabilidade financeira como instituição de serviços".

A grande quantidade de imagens que hoje circulam nas diferentes práticas sociais colocou a linguagem visual terminantemente em destaque. Os tradicionais textos escritos deram lugar a textos que apresentam duas ou mais modalidades semióticas em sua composição, o que provocou efeitos significativos nas características e formatos destes. "Isso mostra a natureza dinâmica da comunicação na sociedade contemporânea, onde experimenta-se diferentes modos de significar o mundo" (PIMENTA; SANTOS, 2010, p. 01). Hoje em dia é bastante comum a produção de textos multimodais nas diversas práticas comunicativas, como observado nesta pesquisa.

A mídia é um termo que se refere aos meios de comunicação usados para a divulgação de informações, publicidades e propagandas, entre os quais estão televisão, rádio, revista, jornal e internet. Destes, o que tem maior destaque é a televisão, que vem adquirindo cada vez mais espaço na vida das pessoas e exerce

uma forte influência sobre muitos comportamentos, inclusive alimentares (SANTOS, 2013).

Como traz Santos (2013), a televisão é um espaço simbólico que veicula valores, representações e visões do mundo. É um dos maiores veículos de comunicação, abrangendo todas as classes sociais, ao ser utilizada para entretenimento e educação. Através dela tem-se informações de todo o mundo, sendo capaz de transmitir aos mais diversos lugares e culturas, dados sobre como as pessoas se comportam, o que vestem, o que pensam, como aparentam ser e o que comem.

Salienta-se também que a forma de poder predominante na atualidade não é mais a vigilância, mas a informação, que adverte os indivíduos dos riscos dos seus atos. A pós-modernidade monitora os corpos por meio de informações, uma forma na qual o governo utiliza-se para tanto, de um conjunto de técnicas, procedimentos e saberes que regulam a vida (SCHWENGBER, 2012). Para a autora, um grande volume de informações divulgados em manuais e na mídia passou a conformar regras, exigindo que os pais não só gerassem os filhos, como também lessem e seguissem as recomendações dos peritos, indicando uma série de cuidados a serem seguidos.

Sobre as relações de poder e sentidos, Rocha (2016, p. 02) ressalta que o sistema midiático atua de forma indissociável dos sistemas econômico e político. Mais do que um poder a ser acionado para influenciar opiniões, a mídia é o território em que se estabelecem as relações de poder e são produzidos os sentidos. "Ela medeia e influencia contextos e regras da sociabilidade contemporânea, não como centro emissor e orientador, mas como o próprio ambiente da convivência".

Por ser um sistema indissociável da economia e expressão da hegemonia de seu tempo, que a constitui em sua essência técnica e ideológica, a mídia é fundamentalmente a expressão do mercado e do capital. "O negócio da mídia, portanto, são os negócios" (ROCHA, 2016, p. 02).

Por isso, Rocha (2016, p. 03) aponta que a análise crítica sobre os processos e produtos das empresas comerciais de comunicação, como parte desse complexo midiático, deve abdicar de enxergar ali apenas o trabalho do jornalista, ou a informação da imprensa. O negócio da mídia não é o jornalismo. Nem a informação.

A informação não chega a ser nem a mercadoria da mídia. É apenas parte dos atrativos para a mercadoria de real valor que as empresas de comunicação negociam, que é a atenção. "Elas vendem nossa atenção. Em tempos de excesso de informação, são também mercadorias de alto valor a atenção seletiva e o desvio da atenção".

Para Rocha (2016), a internet, incluindo notícias, telefonia e redes sociais, é basicamente o espaço de excesso de informação na mídia, em que a atenção é rara, superficial e dispersa, o que lhe dá imprevisibilidade. Com estas características e por ser digital, a internet possui mais poder em relação aos outros meios de comunicação tradicionais. Apesar de sua acentralidade discursiva e possibilidade de articulação e colaboração horizontal, não se pode ignorar que tem suas bases tecnológicas oligopolizadas e sujeitas a controle.

Propostas defendendo a democratização dos meios de comunicação, a universalização do acesso à Internet de banda larga e a constituição de rádios comunitárias e canais na TV digital foram aprovadas na 15ª Conferência Nacional de Saúde 3, em dezembro de 2015. O argumento principal foi o descompasso entre a realidade e o que diz a mídia. O pressuposto é que a garantia dos direitos sociais, em especial à saúde, começa pelo exercício do direito à comunicação, em contraposição à mídia e a serviço do interesse público. Uma inspiração para políticas e estratégias de comunicação emancipatórias e dialógicas com a sociedade nas instituições públicas (ROCHA, 2016, p. 03).

Para definir o que é discurso, utiliza-se aqui o referencial teórico Semiologia dos Discursos Sociais (PINTO, 1999), por acreditar que este poderia abarcar com propriedade esta análise da mídia.

Segundo Kali e Aguiar, Milton José Pinto explica o discurso pela Semiologia dos Discursos Sociais como:

Constitutivo/constituente das relações sociais de poder, atuando na sua manutenção, mudança ou subversão; analisa o discurso tomando como base suas marcas ou pistas textuais; problematiza os sentidos privilegiados e naturalizados nesses discursos, relacionando-os às ideologias implicadas, consciente ou inconsciente, em sua concepção, como consequência necessária da ligação do discurso com suas condições sociais de produção, também chamadas de contextos; e ressignifica o polo da recepção, superando a visão funcionalista que privilegia o estudo da emissão e entendendo a comunicação como processo de negociação de sentidos entre sujeitos (KALIL; AGUIAR, 2017, p. 638).

Como aponta Kalil e Aguiar (2017) para compreender o discurso como materialização da interface entre ideológico e linguístico é necessário avaliar as considerações sobre o papel do silêncio na construção de sentidos. Com base em



Eni Puccinelli Orlandi, Kalil e Aguiar (2017) ressaltam que existem "silêncios" existentes quando se diz "X" para não dizer "Y", com isso, apagam-se sentidos que se quer evitar. As pesquisadoras analisaram os discursos oficiais sobre amamentação e puderam encontrar que no *corpus* analisado prioriza-se os sentidos vinculados ao fornecimento do leite materno à criança e secundariza-se aqueles voltados à relação que se estabelece entre subjetividades de mãe e bebê por meio da prática. Elas também encontraram o discurso higienista dos séculos XIX e XX e a falta dos discursos na perspectiva da mulher no processo de amamentação, amamentação e paternidade e o desmame como transição necessária. Kalil e Aguiar (2017) instigam a valorizar a historicidade do texto e os processos de construção dos efeitos de sentidos para identificar os "silêncios", aquilo que não pode ser observado diretamente, mas se revela indiretamente por meio de métodos, sempre discursivos, que são históricos, críticos e desconstrutivistas.

A Semiologia dos Discursos Sociais foi sintetizada por Milton José Pinto (1937-2011), elegendo a ideia de contexto como eixo estruturante das metodologias de análise e articulando-a fortemente aos estudos midiáticos. Essa perspectiva entende discursos como textos articulados numa prática discursiva, ao mesmo tempo que processo de comunicação e prática social. Suas análises enfocam os processos de produção de sentido como práticas sociais contextualizadas.

Dentro dessa concepção, o objetivo do analista de discursos midiáticos, por exemplo, não seria se aprisionar à "linguagem" midiática, mas aos sentidos produzidos pelas mídias que estão em atuação na sociedade, interpelando públicos, construindo a realidade, os acontecimentos e as relações, e produzindo identidades. "Cabe à Semiologia, ciência geral dos signos, estudar a linguagem em ação em objetos particulares e em domínios circunscritos e variados (na cidade, na alimentação, na narrativa jornalística etc)" (SACRAMENTO, 2009, p. 103).

Como explica Marcelino (2019), a Semiologia dos Discursos Sociais sustenta-se em três postulados, cada qual derivado de uma região do seu saber e embasado por uma teoria da comunicação social. O primeiro postulado, chamado de postulado da semiose infinita, dá conta do saber da linguagem. Qualquer objeto, verbal ou não verbal, é sempre semantizado em uma cultura. Seu funcionamento ocorre segundo a sua qualidade de ser um ponto de cruzamento, isto é, um lugar

onde diversos objetos significam um processo de produção de sentido, onde um discurso se encontra relacionado a outros, remetendo-se uns aos outros eternamente. O segundo postulado, chamado da economia política do significante se relaciona com a história. Para significar qualquer objeto é preciso entrar num processo de comunicação/troca produzido em um contexto histórico. Este processo de comunicação passa pela produção, circulação e consumo de sentido, estabelecendo as determinações responsáveis pelas suas escolhas (ideologia) e restrição (poder).

Por fim, o terceiro postulado, o da heterogeneidade enunciativa, se refere ao sujeito. O postulado questiona a unicidade do sujeito por meio do sujeito anônimo, pelo sujeito plural e pelas evidências estratégicas de se mostrar o outro, a partir das manifestações empíricas da cultura. Os receptores e emissores reais podem assumir lugares idealizados como sujeito da enunciação, do enunciado e sujeito falado, todos modulados como intenções comunicativas ritualizadas, conscientes e/ou não (MARCELINO, 2019, p. 265-6).

Nesse conjunto está, também, a propriedade dos discursos construir realidades: "ao falar de algo constroem este algo". Cada órgão da imprensa tem seu próprio modo de falar de fatos e instituições e, portanto, produz significações para aquele fato ou instituição. Os sentidos criados se misturam e circulam com outros existentes na sociedade, "às vezes estabelecendo com eles relações de concorrência discursiva, onde os interlocutores negociam seus discursos neste mercado, buscando o 'poder de fazer ver e fazer crer', como diz Bourdieu" (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 553).

No que diz respeito a comunicação e saúde, Teixeira (2004) se refere ao estudo e utilização de estratégias de comunicação para informar e influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades, no sentido de promoverem a sua saúde. A comunicação é um tema transversal em saúde e tem relevância em contextos muito diferentes como, no tratamento dos temas de saúde, nos meios de comunicação social, na internet e outras tecnologias digitais, na construção de mensagens sobre saúde no âmbito de atividades de educação para a saúde e de programas de promoção da saúde e de prevenção, que visam a promoção de comportamentos saudáveis, na relação entre profissionais de saúde e usuários dos serviços de saúde, dentre outros (TEIXEIRA, 2004).

Pensando-se comunicação e saúde como um campo, pode-se entender este campo, segundo Pierre Bourdieu (1996), como um espaço multidimensional, objetivo e estruturado de posições que definem algumas importantes condições de produção dos sentidos sociais. Tomando por base esta definição, Araújo e Cardoso (2007), definem campo como um espaço sociodiscursivo de natureza simbólica, permanentemente atualizado por contextos específicos, formado por teorias, modelos e metodologias, mas também por agentes, instituições, políticas, discursos, práticas, instâncias de formação e, muito importante, por lutas e negociações.

O campo da comunicação e saúde é constituído pelos elementos de cada campo separadamente, porém, na sua interface. Comunicação e saúde não é uma perspectiva que vê a comunicação como um conjunto de instrumentos a serviço dos objetivos da saúde. Falar em comunicação e saúde aponta para uma distinção e uma opção teórica e política (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 171).

Como conta Araújo e Cardoso (2007), a comunicação e as políticas públicas de saúde constituem-se historicamente, de forma mais explícita, desde que o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 1920, incluiu a propaganda e a educação sanitária como estratégia para fazer face às questões da saúde, principalmente as epidemias e a adoção de medidas higiênicas.

O componente educativo passou a ganhar relevância, pois estes indivíduos precisavam corrigir seus hábitos tidos como nefastos à saúde. É natural que, nesse contexto interpretativo, que ganhou força nas décadas seguintes, educação e comunicação formassem o binômio que deveria garantir o sucesso das políticas públicas em saúde, o que se estendeu pelo século XX até, em boa medida, os nossos dias. Os anos 40 consolidaram o papel da educação e da comunicação na saúde e sua articulação com as políticas do setor, com a criação por Getúlio Vargas do Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), que tinha por objetivo disseminar informações sobre as doenças e os procedimentos de prevenção. Os materiais educativos produzidos eram veiculados pelos meios de comunicação (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 169).

Nas décadas seguintes, as concepções de comunicação estiveram sempre presentes na modelagem das políticas públicas de saúde, particularmente nas que supunham uma intervenção direta sobre costumes e práticas da população. Até os dias de hoje, as políticas de saúde são atravessadas pelo discurso do direito à informação e à comunicação como indissociável do direito à saúde. "Apesar da relação entre comunicação e saúde ser antiga, a formação do campo da

comunicação e saúde é recente, do início da década de 1990". (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 189).

Em 1996, a Conferência Nacional de Saúde, com a proposta de democratização da saúde, fixou prazos para a elaboração de uma política nacional de informação, educação e comunicação em saúde. Em 2000, a fórmula informação, educação e comunicação se consolidou. O objetivo era o uso de diferentes meios comunicativos como fator de democratização. Enfim, o discurso sobre a relevância da comunicação e sua indissociável relação com a produção dos sentidos da saúde e com os processos de democratização está hoje bem disseminado (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Sobre a definição de sentidos, Araújo e Cardoso (2007) destacam o Mercado Simbólico, que designa determinados espaços habitados por múltiplas vozes que concorrem entre si. Na teoria da comunicação, é um conceito que integra a perspectiva da produção social dos sentidos.

Quando se fala em Mercado Simbólico, se assume que a comunicação opera ao modo de um mercado, onde várias vozes concorrem entre si pela prevalência do seu próprio modo de perceber, analisar e intervir sobre a realidade. Este mercado de ideias, opiniões, crenças, sentimentos, etc é operado por interlocutores, cujo modo de participação e posição que ocupam na rede simbólica é determinado por contextos. Os interlocutores podem ser indivíduos ou comunidades discursivas, conceito que designa os grupos que produzem e/ou fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 590)

No jornalismo, a dimensão simbólica deve ser considerada, de acordo com Moraes (2004, p. 74), uma vez que, ao utilizar a língua, os códigos e as regras da linguagem, o jornalista produz discursos por meio da atividade enunciativa. "Muito mais que um campo de ação, a linguagem é uma dimensão constitutiva do jornalismo. É a condição para que o jornalista, como sujeito, construa a realidade".

E é neste trabalho de enunciação, na operação de vários discursos que os jornalistas produzem as notícias, sendo que a linguagem é uma dimensão constitutiva do jornalismo, então esta enunciação jornalística é singular pois desloca-se sempre como um lugar que trata e cria o lugar do outro, a partir de regras e leis determinadas. Ao elaborar seu texto, o jornalista utiliza-se de procedimentos de seleção e combinação, apropriando-se da língua, articulando seus códigos e

regras, transformando a realidade percebida pelos seus sentidos em discursos sociais. Para isso, os jornalistas utilizam de outros discursos que constituirão suas unidades discursivas. Nesta operação com vários discursos surgem as notícias (MORAES, 2004).

Na enunciação jornalística, diversos processos de raciocínio norteiam a produção de textos, com o objetivo de se obter determinados efeitos de reconhecimento, sejam eles o conhecimento ou o convencimento, como modos de dizer (MORAES, 2004).

Paralelo a isso, para servir como guia do que se denomina de 'bom jornalismo' existem os manuais de redação de cada órgão de imprensa, que estabelecem regras de conduta e escrita. Também neste documento estão orientações de como selecionar acontecimentos a serem enunciados e quem fará parte da rede de sujeitos que irá compor as notícias.

Esta seleção pressupõe que o jornalista faz um julgamento, na maioria das vezes implícito, acerca da relevância e do seu interesse para o público. Este julgamento está diretamente relacionado a uma visão de mundo interiorizada pelo jornalista que vai considerá-la também partilhada pelo seu público (MORAES, 2004, p. 76).

Quanto aos entrevistados, de acordo com Moraes (2004), o jornalista busca trazer diferentes vozes que supõe-se ter conhecimento sobre o assunto abordado, objetivando trazer veracidade aos fatos enunciados e interesse em sua audiência e legitimidade. Além disso, o jornalista está inserido em um órgão de imprensa, que também tem seus interesses e, como uma empresa, o econômico prevalece como modo de sustento desta.

Como aponta Moraes (2004), para construir o universo de discurso em jogo, o emissor estabelece relações de poder com o receptor e marca as pessoas, coisas e acontecimentos com valores positivos ou negativos, por meio de modos de dizer (mostrar, interagir e seduzir).

Portanto, uma característica deste contrato é a interdiscursividade no qual o receptor constrói o sentido de acordo com a sua experiência cultural, que vai gerar outros discursos e provocar um permanente processo de negociação entre produção e consumo, gerando uma troca permanente de sentidos. Assim, não há produção de discurso que seja desinteressada, pois toda produção de sentido é direcionada para atingir seu campo de recepção (MORAES, 2004, p.78).

Sobre a definição de mídia de massa, utiliza-se aqui os autores Santos e Okada (2003). De acordo com estes autores, a relação entre técnica e arte influencia a subjetividade do produtor e do receptor. Os recursos como luz, enquadramento, efeitos, montagem, recortes, etc, auxiliam no registro, mas também criam realidades.

A criação e recriação de realidades são possíveis por conta das imagens terem com as máquinas uma existência material. Isso permite a difusão em massa e o uso político das imagens, modificando a percepção espaço/temporal que dá ao leitor a sensação de “tempo real” e de anulação espacial, abolida pelas distâncias geográficas. A possibilidade técnica das máquinas sensoriais (produzem, reproduzem e registram os sentidos que criam, os signos e, por serem máquinas produtoras de signos, elas registram a realidade, além de reproduzir e criar outras realidades) juntamente com o sistema socioeconômico em que estas são produzidas instituem o que na teoria da comunicação os teóricos classificam como cultura de massa (SANTOS; OKADA, 2003, p. 04).

As máquinas sensoriais são consideradas também meios de comunicação de massa, por serem produzidas para um grande número de pessoas, além da distribuição em massa de mensagens e conteúdos (SANTOS; OKADA, 2003). Neste processo:

O emissor produz a mensagem a partir do seu ponto de vista, ideologia, e jogo de interesses e as distribui em massa para vários receptores. Os receptores são sujeitos culturais que dimensionam as mensagens a partir dos jogos de linguagens e experiências materiais. O mundo de sentidos é um processo vivo e dinâmico, é o receptor que constrói a mensagem, seja ela qual for. Entretanto, mesmo fazendo uma leitura crítica da mensagem o receptor não a modifica na sua condição material inicialmente emitida pelo pólo da emissão (SANTOS; OKADA, 2003, p. 04).

A mídia de massa classifica suas manifestações jornalísticas, no tempo e no espaço, por meio dos gêneros e formatos jornalísticos. De acordo com a classificação de Marques de Melo e Assis (2016), o trabalho jornalístico é organizado e normatizado conforme padrões preestabelecidos e subdivide-se em, pelo menos, dois estágios complementares: os gêneros e os formatos. Há duas características básicas que definem um gênero: sua aptidão para agrupar diferentes formatos – todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si – e sua função social. Para estes pesquisadores, gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque é nos gêneros que esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania. "Atender às finalidades condensadas nessas cinco vertentes é a razão de

ser do trabalho da imprensa, que foi se construindo ao passo do próprio desenvolvimento da sociedade" (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Na "Classificação Marques de Melo", provavelmente uma das mais difundidas no Brasil – e que se fundamenta em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007, os gêneros se distinguem como: informativo (função: vigilância social); opinativo (fórum de ideias); interpretativo (papel educativo, esclarecedor); diversional (distração, lazer); e utilitário (auxílio nas tomadas de decisões cotidianas) (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016).

Formato jornalístico, em decorrência, é o feito de construção da informação transmitida pela mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao modus operandi de cada unidade (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Quanto a classificação de gêneros e formatos: 1. Gênero informativo: Nota; Notícia; Reportagem; e Entrevista. 2. Gênero opinativo: Editorial; Comentário; Artigo; Resenha; Coluna; Caricatura; Carta; e Crônica. 3. Gênero interpretativo: Análise; Perfil; Enquete; Cronologia; e Dossiê. 4. Gênero diversional: História de interesse humano; e História colorida. 5. Gênero utilitário: Indicador; Cotação; Roteiro; e Serviço (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016).

Cada um desses itens possui características próprias, que o tornam único, ainda que equiparado a outro formato do mesmo gênero. Essas lógicas, estabelecidas historicamente, conforme o avanço da profissão, é que definem os formatos e os distinguem uns dos outros. "São, em resumo, o instrumento – a forma – que emissores adotam para se manifestar e para fazer circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas. (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 47).

De acordo com Marques de Melo, o gênero informativo comporta o formato reportagem, que, por sua vez, pode ser desenvolvido no tipo grande reportagem. O formato varia de acordo com a necessidade de trabalhar um acontecimento de determinada maneira, "mas também pode implicar numa decisão autoral ou institucional e, mesmo, seguir uma padronização exigida pelo suporte que a veicula" (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 48).

O gênero opinativo é composto por textos nos quais são expostos pontos de vista acerca de algo. Em seus formatos, no editorial, não existe assinatura de um autor, já que registra o posicionamento institucional. Nos artigos e comentários o autor assina os textos.

A diferença circunstancial está mais além do fato de serem matérias argumentativas. Ocorre que o artigo é, geralmente, elaborado por um especialista, que julga um acontecimento passível de controvérsia a partir de seu repertório; já o comentário é produção de um jornalista tarimbado, com vasta experiência, que analisa certa ocorrência – em geral, relacionada a algum assunto trabalhado, na mesma edição, por um formato informativo –, relacionando-a a fatos anteriores e fazendo projeções de possíveis desdobramentos (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 52).

Marques de Melo (2003) assinala que cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado. Ele distingue os gêneros informativo e opinativo: “Ao lado do jornalismo informativo (que “assegura a informação ao povo”) e do jornalismo opinativo (que “tem procurado influenciar o homem”), existem outras duas categorias: o jornalismo interpretativo (que faz “a explanação das notícias”) e o diversional ou de entretenimento (que “comenta os aspectos pitorescos da vida cotidiana”, composto por histórias de interesse humano). Além disso, existe o gênero utilitário ou jornalismo de serviço, que tem o propósito de “orientar o leitor, seja para o consumo de bens simbólicos, para o lazer e para a cidadania” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 29).

Quanto ao processo comunicativo, este é um subprocesso do social, como aponta Scavone, Belloni e Garbayo (1975, p. 09). A comunicação humana não é meramente um sistema de transmissão cultural, no sentido de uma relação linear, na qual o conteúdo permanece intato na forma como foi transmitido. “No processo comunicativo, tanto a transmissão como a recepção dependem do conjunto de fatores sociais e culturais que formam o universo perceptivo dos sujeitos”.

O núcleo do processo comunicativo se constitui de símbolos, que surgem em função das relações sociais características em qualquer sociedade. Esses símbolos são condicionados pelas sociedades, ao mesmo tempo em que atuam como mantenedores, reguladores e estruturadores das relações sociais, formando uma cultura. “Uma função básica do processo comunicativo é a de socialização, que



inclui a transmissão e a reiteração para as novas gerações do conjunto de valores, no qual se fundamenta a estrutura social" (SCAVONE; BELLONI; GARBAYO, 1975). Por isso, os autores colocam que é importante estudar o processo de comunicação de massa como condição básica na difusão dos valores fundamentais do sistema social.

Sendo assim, a mídia tem papel importante na formação de valores. De acordo com Sorensen et al. (2017), esta exerce uma função importante na constituição de subjetividade, por meio de imagens, de saberes e de significações em prol da educação das pessoas. É neste espaço, por exemplo, que papéis como a da lactante são estabelecidos. Ao falarem e serem falados pela mídia, os sujeitos posicionam e são posicionados.

Quando se foca em como são os discursos contemporâneo sobre o AM na mídia, percebe-se que produzem sentidos e silêncios sobre o processo da amamentação, e que, ao priorizar os benefícios que a prática proporciona à saúde da criança, negligenciam aspectos objetivos e subjetivos, sobretudo no que se refere à vida da mulher/mãe que amamenta.

Nesse modelo unidirecional e vertical, muitos dos discursos permanecem impregnados de um olhar instrumental sobre o papel da mulher-mãe na sociedade, minimizando outros aspectos do processo de amamentação, como o caráter social e cultural dessa experiência (ARAÚJO, 2004).

Então, o que se tem é um discurso reducionista que não inclui o casal, o homem, as diferentes classes sociais, etc. Trata-se de um discurso que está basicamente centrado na criança e na mulher, a qual, de certa forma, reduz-se ao peito que amamenta. Há um discurso de convencimento de que é importante amamentar, mas não há um propósito no sentido de ampliar essa discussão. Esses espaços simplesmente refletem o que está posto na sociedade (GOMES et al., 2016).

Há um forte interesse do Estado e da sociedade como um todo para o incentivo e a prática da amamentação. No entanto, não se observa a predisposição, nem do Estado nem da sociedade, para se refletir acerca de questões trazidas por diversos estudos sobre a pluralidade da amamentação e suas implicações para a

mulher, abrangendo questões como saúde, subjetividade, trabalho, sexualidade e seus múltiplos papéis na sociedade contemporânea (GOMES et al., 2016).

O processo de amamentação se encontra imbricado em uma rede de valores envolvendo mulheres, suas famílias, profissionais de saúde e sociedade como um todo, e essa configuração multidimensional exige diferentes abordagens e intervenções para uma atuação efetiva na problemática que é o ser mãe, amamentar e desmamar o filho/a nos dias atuais. (HAMES, 2006, p. 22).

A amamentação é um comportamento que promove o vínculo entre a mãe e o bebê. Como aponta Rollins et al (2016, p. 27), "interações, momento a momento entre eles, são o resultado da internalização na mãe das influências no nível dos determinantes estruturais e cenários".

Neste sentido, para que a amamentação se torne uma prática amplamente adotada, são necessários esforços dos diversos segmentos sociais (POLIDO et al., 2011). Diante disso, a mídia é um dos atores responsáveis pela divulgação da prática de amamentar. A iniciação precoce, a amamentação exclusiva e a amamentação continuada são influenciadas por fatores determinantes divididos em três níveis: Estruturais (contexto social, cultural e do mercado), Cenários (sistema e serviços de saúde; família e comunidade; trabalho e emprego) e Individuais (atributos da mãe e da criança; relação mãe-criança). O nível "Estruturais" se refere aos fatores sociais que afetam toda a população como tendências sociais, propaganda, mídia e produtos disponíveis nas lojas. Para moldar o contexto atual da amamentação, intervenções nesse nível precisam ocorrer, o que inclui a legislação, as políticas e a mobilização social e da mídia de massa e as práticas sociais. O nível "Cenários" se refere aos sistemas e serviços de saúde; família e comunidade; e trabalho e emprego. O nível "Individuais" se refere aos atributos da mãe e da crianças; e relação mãe-criança.(VICTORA et al., 2016).

Como sugerem Ware, Mzayek e Levy (2016), uma campanha de mídia pode ter um papel complementar importante na promoção do aleitamento materno entre as mulheres. Eles estudaram 84 mães, pais e avós na região de Shelby County, Tennessee (EUA), que tinha baixas taxas de amamentação. Eles avaliaram quão efetiva foi uma campanha de incentivo ao aleitamento materno feita por cartazes colados em ônibus e veiculada também pela televisão. Eles constataram que quando

o grupo ouviu falar sobre amamentação pela mídia de massa (televisão ou rádio), eles eram mais propensos a acreditar que o aleitamento materno é importante para a saúde a longo prazo (70% que viram a campanha pelos cartazes e na televisão versus 52% que viram a campanha somente pelos cartazes).

Em resposta à questão de saber se os participantes tinham ouvido ou visto informações sobre amamentação de outras fontes, quem viu a campanha pela televisão disse que amamentação é importante a longo prazo para a saúde da criança, 94%, em comparação com 79% das mulheres que não viram os anúncios na televisão. A conclusão sugere que uma campanha de mídia pode ter um papel complementar importante na promoção do aleitamento materno entre as mulheres que moram em locais com as taxas de aleitamento materno baixas (WARE; MZAYEK; LEVY, 2016).

Como aponta Rollins et al (2016) intervenções na comunidade, incluindo aconselhamento em grupo ou educação e mobilização social, com mídia de massa, foram similarmente efetivas, aumentando a iniciação oportuna da amamentação em 86% e a amamentação exclusiva em 20%. Foi também identificado que o efeito da mídia de massa ou social na amamentação é substancial sobre a iniciação precoce da amamentação. Mães relataram que a mídia foi uma importante fonte de informação.

Diante do exposto, acreditamos que este discurso unidirecional da comunicação, quando o assunto é o AM, precisa ser repensado, considerando todos os sujeitos para os quais estes textos se dirigem diretamente, trazendo suas vozes como interlocutores, num processo dialógico, que é a comunicação.

## 5 RESULTADOS

Como a pesquisa pelo site G1 se mostrou insatisfatória, entrou-se em contato com a Globo para saber se haveria a possibilidade de pesquisar no arquivo da emissora em São Paulo. A informação passada foi que "o conteúdo Globo licencia imagens para uso em documentários, filmes, exposições e também solicitações de pessoas físicas. O valor pelo serviço de pesquisa, edição e licenciamento para uso educacional é R\$ 200 por matéria". Esta foi a resposta da Equipe Conteúdo Globo. Então foi feito contato à equipe que atende as universidades em pesquisa e Juan Manuel Guadelis Crisafulli (Globo Universidade) respondeu, por e-mail, que "se o tema fosse a Globo, a pesquisa poderia ser feita, mas não sendo a emissora o tema principal, que se poderia tentar por meio de um processo jurídico". Por telefone, Crisafulli aconselhou a fazer a busca pelo Google, que era como eles faziam as pesquisas por matérias. Ele também comentou que a busca estava em processo de melhoria, mas não sabia quando isso iria acontecer. Diante disto, resolveu-se pesquisar pelo site de busca google.com.

Buscando orientações de como pesquisar no google, encontrou-se diversas informações que serviram como base da seguinte pesquisa<sup>8</sup>. Com isso, utilizou-se o descritor "site:g1.globo.com amamentação" e o filtro de data de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano pesquisado (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018). Foram excluídas matérias tratando de amamentação de animais. Foram incluídas matérias que traziam no título, subtítulo ou lead da matéria uma das palavras: amamentação (amamentar, amamentando, amamentam, mamar etc.), aleitamento materno, leite materno, banco de leite, lactante ou mamaço.

Como descrito na metodologia, primeiramente as buscas foram feitas com o tema amamentação. Foram analisadas 483 matérias de 2012 a 2018. A busca foi feita até o esgotamento das páginas do Google, por matérias em texto, vídeo e texto e vídeo.

Criou-se uma tabela, partindo da pergunta de pesquisa "Como a mídia

---

<sup>8</sup> Para ler as dicas, acesse: GOOGLE. Refinar pesquisas na Web. Disponível em: <http://bit.ly/2MjdDu1>. Acesso em: 27 jul. 2019.

explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada, na perspectiva de gênero e direitos?", do objetivo geral e dos específicos com os seguintes itens: título, palavra-chave, resumo, URL, data da pesquisa, plataforma (texto ou vídeo), detalhes da plataforma (texto com foto, texto sem foto, texto com vídeo, vídeo gravado ou vídeo ao vivo), Estado ou País, autor, seção do site, data de publicação, gêneros e formatos jornalísticos, consonância com as recomendações do MS, quem foi entrevistado, mãe entrevistada, amamentação prolongada mencionada e pré-categoria.

Como resultados desta pesquisa, as três primeiras palavras chaves mais utilizadas em títulos, subtítulos ou leads das matérias foram: o radical "amament" (274 ou 56.7%), seguido por "leite materno" (52 ou 10.8%) e "banco de leite" (46 ou 9.5%).

O três Estados do Brasil onde mais matérias foram realizadas são: São Paulo (131 ou 28.7%), seguido por Pernambuco (30 ou 6.6%) e Minas Gerais (23 ou 5%). E três países são: EUA (20 ou 4.4%), Inglaterra (3 ou 0.7%) e China (2 ou 0.4%).

A maioria das matérias é na plataforma texto (353 ou 73.1%), seguido por vídeo (130 ou 26.9%). Deste total, as três primeiras ocorrências foram: 235 (48.7%) são textos com fotos, 107 (22.2%) são vídeos gravados e 53 (11%) são textos com vídeo gravado.

Agosto foi o mês com o maior número de matérias nos anos: 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Desde 1992, o mundo celebra a Semana Mundial de Aleitamento Materno, entre os dias 1º e 7 de agosto. Somente em 2013, o mês com o maior número de publicações foi outubro. Em outubro é comemorado (dia 12) o dia da criança no Brasil, além de ser o mês escolhido para focar no câncer de mama (Outubro Rosa). Também neste mês, foram feitas três matérias sobre mãe pernambucana que doou 335,2 litros de leite em sete meses para bancos de leite no Estado e bateu o recorde de uma norte-americana, maior doadora de leite do mundo, com 331,22 litros, por isso entrou para o *Guinness World Records*. Apesar de sua escolha em amamentar e doar leite ser legítima e louvável, Michele Rafael Maximino, técnica em enfermagem, foi alvo de piada e ofensas dos humoristas da Rede Bandeirantes de televisão, Danilo Gentili e Marcelo Mansfield. Em outubro de 2013, Gentili a chamou de "vaca" e a comparou ao ator pornográfico Kid Bengala

durante o programa “Agora é Tarde”. Ela entrou com uma ação na Justiça e ganhou. Mesmo assim, a pernambucana contou em entrevista ao G1 que passou a receber mensagens, fotos e ligações obscenas nas redes sociais<sup>9</sup>.

Além disso, no mês de outubro de 2013, também aconteceu o ENEM, e duas mães puderam levar seus bebês para amamentar durante a prova.

Alguns eventos marcantes quando se trata de amamentação, descritos nas matérias analisadas:

- Maio/2012 - capa Revista Times.
- Fevereiro/2014 - Pernambucana quer entrar no Guinness Book por doação de leite materno.
- Março/2014 - Mães proibidas de amamentar no Museu da Imagem e do Som de São Paulo e no Sesc São Paulo.
- Outubro/2015 - Em outubro, entrou em vigor uma lei que garante o aleitamento materno em qualquer estabelecimento em São Paulo. Quem proibir a mãe de amamentar o filho em público pagará multa de R\$ 500. O valor dobra em caso de reincidência.
- Novembro/2015 - Em Campinas, o comentário de uma mulher dizendo que amamentar é “coisa de pobre” gerou uma avalanche de críticas nas redes sociais. A estudante de veterinária Karina Moreno postou uma foto de uma mãe amamentando uma criança em público em uma bicicleta e disse que isso não seria possível em um restaurante fino. Karina afirmou ainda que quem tem dinheiro não amamenta os filhos. Ela mesma, segundo o post, nunca amamentou, só deu leite em pó para o filho, e disse que quem dá mamadeira “não passa vergonha com o peito de fora”. Karina causou revolta e publicação atingiu mais de 9.500 compartilhamentos. A legenda da foto: “pobre fazendo pobrize”.
- Janeiro/2016 - Série de estudos na revista The Lancet traz a notícia de que a amamentação prolongada pode salvar a vida de mais de 800 mil bebês anualmente e representa uma economia de bilhões de dólares para os sistemas de saúde de todo o mundo graças ao papel de proteção contra

---

<sup>9</sup> Para ler a matéria completa, acesse: DOADORA de leite é alvo de piadas e ofensas mais uma vez em PE. Disponível em: <https://glo.bo/2Zb5g7k>. Acesso em: 27 jul. 2019.

algumas doenças infantis.

- Janeiro/2016 - Muitos Estados aprovam leis que multam quem proibir mães de amamentar.
- Fevereiro/2017 - Na semana passada, a modelo Tamara Ecclestone - filha do chefe executivo da Fórmula 1, Bernie Ecclestone - foi alvo de críticas nas redes sociais depois de postar uma imagem amamentando sua filha, que tem quase três anos.
- Julho/2018 - O tema da amamentação foi objeto de polêmica essa semana. Autoridades americanas tentaram modificar uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) de apoio à amamentação, informou reportagem do *The New York Times (NYT)* no domingo (8). Segundo o jornal, os Estados Unidos tentaram tirar um trecho que diz que governos têm que "proteger, promover e apoiar a amamentação". Outra tentativa de boicote americano, diz o jornal, foi a restrição à promoção de produtos alimentícios que muitos especialistas dizem ter efeitos negativos em bebês. A tentativa de boicote americano aconteceu, segundo o NYT, durante Assembleia da Organização Mundial da Saúde, braço da ONU sobre o tema, em Genebra (Suíça), no começo do mês.
- Julho/2018 - mulheres americanas podem amamentar em locais públicos.
- Fevereiro/2018 - Supremo Tribunal Federal (STF), na terça (20), concede prisão domiciliar a presas sem condenação que estejam gestantes ou sejam mães de filhos de até 12 anos.

A quantidade de matérias foi crescendo com os anos. Em 2012 foram 38 matérias e em 2017, 99. Em 2018 caíram para 96.

Os gêneros e formatos jornalísticos:

- Informativo - 455 matérias (94.2%): Reportagem - 330 (68.3%); Notícia - 46 (9.5%); Nota - 46 (9.5%); e Entrevista - 33 (6.8%).
- Propaganda - 12 (2.5%): Informe publicitário - 12 (2.5%)
- Opinativo - 11 (2.3%): Artigo - 7 (1.4%); Comentários - 3 (0.6%); e Coluna - 1 (0.2%)
- Interpretativo - 4 (0.8%): Enquete - 4 (0.8%)

- Utilitário - 1 (0.2%): Serviço - 1 (0.2%)

Um total de 326 (67,5%) das matérias estão em consonância com o MS, 154 (32%) não citam as recomendações e 3 (0.6%) não estão de acordo com o MS.

Dentre os três primeiros grupos mais requisitados para entrevista estão: 195 (40.5%) são profissionais de saúde, 97 (20.1%) não houve entrevistado (a) e 89 (18.5%) outro profissional. Do total de matérias, 256 (53%) não entrevistaram as mães, contra 227 (47%) que entrevistaram as mães

Sobre as pré-categorias: 222 (46%) matérias são de Promoção em AM (benefícios para a saúde, eventos, Semana Mundial de Aleitamento Materno); 108 (22.4%) das matérias são de apoio do AM (experiências de mulheres e de profissionais, estudos); 105 (21.7%) Outros; e 48 (9.9%) de Proteção do AM (direito e legislação).

Sobre amamentação prolongada (AMP), 411 (85.1%) não abordam o tema e 72 (14.9%), sim.

Quanto aos autores das matérias: 192 (39.8%) são mulheres; 155 (32.1%) não têm autoria e são do próprio G1; 60 (12.4%) são homens; em 54 (11.2%) nada é mencionado; e 22 (4.6%) não têm autoria e são de agências internacionais.



**Quadro 2 - Resumo dos Resultados AM: 483 matérias, 2012-2018**

<b>Geral</b>		<b>Entrevistados</b>		<b>Informativo</b>	<b>455</b>
73,1% somente texto 26,9% vídeo		195 Profissional da saúde 97 Não houve entrevistado 89 Outro profissional		Reportagem	330
67,5% em consonância com MS		<b>Autores</b>		Notícia	46
14,9% tocam em AMP		Mulher 39,8%		Nota	46
Agosto, mês com mais matérias		Sem autoria G1 32,1%		Entrevista	33
		Homem 12,4%		<b>Propaganda</b>	<b>12</b>
		N/A 11,2%		Informe publicitário	12
		Sem autoria agência internacional 4,6%		<b>Opinativo</b>	<b>11</b>
<b>Brasil</b>	<b>Mundo</b>	<b>Termos predominantes</b>		Artigo	7
131 SP	20 EUA	amament (radical) 274		Comentários	3
30 PE	3 Inglaterra	leite materno 52		Coluna	1
23 MG	2 China	banco de leite 46		<b>Interpretativo</b>	<b>4</b>
<b>Mãe: não é entrevistada em 53% das matérias</b>				Enquete	4
				<b>Utilitário</b>	<b>1</b>
				Serviço	1
				<b>Pré-categorias</b>	
				Promoção em AM: 222	
				Apoio do AM: 108	
				Outros: 105	
				Proteção do AM: 48	

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda: Dados da pesquisa feita com 483 matérias do portal G1, tema amamentação, de 2012 a 2018. Busca realizada pelo site google.com.

Na segunda etapa de pesquisa, o tema amamentação prolongada foi o foco. Então foram selecionadas, das 483 matérias, as que abordaram aleitamento materno prolongado (AMP). Neste momento incluímos somente as que abordavam o AM de dois anos ou mais.

Partindo do objetivo geral, dos específicos e da pergunta da pesquisa, "Como a mídia explora os temas em saúde, em especial a amamentação prolongada, na perspectiva de gênero e direitos?", criamos uma tabela com os itens: título,

palavra-chave, palavras que aparecem ligadas ao aleitamento materno prolongado (AMP), se o AMP é implícito ou explícito, tema da matéria, pré-categoria do AMP, qual é o viés em AMP (positivo, negativo ou neutro), resumo, descritor, URL, data da pesquisa, plataforma, detalhe da plataforma, Estado ou País, autor, seção do site, data da matéria, local da matéria, gêneros e formatos jornalísticos, consonância com as recomendações do MS, quem é entrevistado, mãe é entrevistada, quem fala sobre o AMP, falas, síntese interpretativa e categorias do AMP.

Foram analisadas 55 matérias de 2012 a 2018. A palavra chave mais utilizada em título, subtítulo ou lead é o radical amament (32 ou 58.2%), seguido por aleitamento materno (10 ou 18.2%) e mamaço (4 ou 7.3%).

Os três Estados do Brasil onde têm mais matérias sobre AMP: São Paulo (16 ou 30.8%), seguido por Espírito Santo (4 ou 7.7%) e Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Minas Gerais estão na terceira posição com 3 (5.8%) matérias cada. O país que mais publica matérias sobre AMP é o EUA (2 ou 3.8%).

A maioria das matérias é na plataforma texto (35 ou 63.6%), seguido por vídeo (20 ou 36.4%). Destes, as três primeiras ocorrências foram: 21 (38.2%) são texto com foto; 18 (32.7%) vídeo gravado; e 5 (9.1%) texto com vídeo.

Agosto foi o mês com o maior número de matérias nos anos: 2012 (4 matérias), 2014 (3), 2015 (5), 2016 (7), 2017 (10) e 2018 (4). Em 2013 teve somente uma publicação, no mês de maio, quando é celebrado o dia das mães. O título da matéria foi "Empresas criam 'canto da mamãe' para funcionária tirar leite para filhos".

A quantidade de matérias variou conforme o ano: 2012 - 7; 2013 1; 2014 4; 2015 10; 2016 10; 2017 18; 2018 5.

### Quadro 3: Títulos de matérias e categorias

Amamentação - Porque amamentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em ensaio, mães pedem fim do preconceito por amamentar filhos em locais públicos em MG - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Consultora tira dúvidas frequentes sobre a amamentação - Porque amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>JPB2JP: Amamentar: prova de carinho e de amor que garante muita saúde aos bebês -</li> </ul>

Porque amamentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semana Mundial de Amamentação' tem programação em Petrolina, PE - Porque amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• De prótese de silicone a cárie: veja 10 mitos e verdades sobre amamentação - Porque amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “O leite da vaca é pro filhotinho dela”, diz menina de 5 anos ao ouvir que deveria parar de mamar e tomar leite de vaca - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leite materno é injeção de imunidade para a vida toda - Porque amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até que idade bebês devem ser amamentados? Dra. Ana Escobar comenta - Até quando amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na Semana Mundial da Amamentação, mãe fala sobre opção de amamentar filho até 2 anos - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mamaço fecha mês de incentivo ao aleitamento materno em Bauru - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pará tem ações pela Semana Mundial de Aleitamento Materno - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmame: é possível torná-lo menos traumático? - Até quando amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de mães faz ensaio para incentivar o aleitamento materno em Miguel Pereira, RJ - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hora do Mamaço' reúne dezenas de mães no Centro Histórico de Santos, SP - Até quando amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semana Mundial do Aleitamento Materno é tema do MGTV Responde desta terça-feira - Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Médica do programa 'Bem Estar' dá palestra em Vitória e fala sobre amamentação - Até quando amamentar</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor brasileiro ganha prêmio científico de R\$ 230 mil oferecido pelo Canadá - Porque amamentar</li> </ul>

Legenda: Quadro traz títulos das matérias de 2017, quando a quantidade de matérias sobre o AMP foi maior, e suas categorias de acordo com o atual estudo.

Acredita-se que a matéria sobre a pesquisa do professor/pesquisador brasileiro, que foi a primeira do ano de 2017 sobre AMP publicada no G1, além de ter sido divulgada em âmbito nacional, pela importância da revista que publicou o estudo (*The Lancet*) e pelo prêmio em si, pode ter sido referência para as outras matérias divulgadas no mesmo ano. O pesquisador brasileiro César Victora foi um dos sete a receber o Prêmio Internacional Canadá Gairdner 2017, o principal prêmio científico canadense, que reconhece algumas descobertas médicas mais importantes ao redor do mundo. Seu estudo traz a relação entre AMP e o quociente de inteligência (QI), a escolaridade e a renda dos adultos que foram amamentados por longo período quando criança.

Os gêneros e formatos jornalísticos:

- Informativo - 51 matérias (92.7%): Reportagem - 45 (81.8%); Notícia - 3 (5.5%); Entrevista - 2 (3.6%); e Nota 1 (1.8%).
- Opinativo - 3 (5.5%): Artigo - 3 (5.5%)
- Interpretativo - 1 (1.8%): Enquete - 1 (1.8%)

Um total de 54 (98.2%) das matérias estão em consonância com o MS e 1 (1.8%) o médico entrevistado, na maioria de suas falas, está em consonância com o MS, mas em uma delas coloca o seguinte sobre o AMP: "prolongar esse período por mais de três anos pode dificultar na independência da criança e causar efeitos estéticos, como a flacidez dos seios, que pode afetar a autoestima da mulher", o que não condiz com o recomendado pelo órgão.

Dentre os três primeiros grupos mais requisitados para entrevista estão: 30 (54.5%) profissional de saúde, 11 (20%) não houve entrevistado e 6 (10.9%) outro profissional. Do total de matérias, 16 (29.1%) não entrevistaram as mães, contra 39 (70.9%) que entrevistaram as mães.

Em 40 (72.7%) matérias o AMP está implícito e em 15 (27.3%), explícito. Adotou-se implícito para matérias que abordam o AM e em algum momento do texto trazem o assunto AMP. Já as matérias que trazem o AMP explícito, abordam esse

tema na totalidade do texto, ou seja, o assunto principal é amamentação prolongada.

O viés é positivo em 22 (40%) das matérias e neutro em 33 (60%). O viés é positivo quando a matéria incentiva à amamentação prolongada, trazendo a mulher como protagonista, abordado os reais motivos, dificuldades e situações vividas por estas mulheres durante o AMP. Considera-se neutro, quando a matéria repercute somente o recomendado pelos órgãos de saúde, com a intenção de receitar, não trazendo a mulher como protagonista do AMP.

Quanto aos autores das matérias: 31 (56.4%) são mulheres; 9 (16.4%) não têm autoria e são do próprio G1; em 6 (10.9%) nada é mencionado; 5 (9.1%) são homens; e 4 (7.3%) não têm autoria e são de agências internacionais.

#### Quadro 4 - Resumo dos Resultados AMP: 55 matérias, 2012-2018

<b>Geral</b>		<b>Entrevistados</b>		<b>Informativo</b>	51
63,6% somente texto 36,4% vídeo		30 Profissional da saúde 11 Não houve entrevistado 6 Outro profissional		Reportagem	45
98,2% em consonância com MS		<b>Autores</b>		Notícia	3
Agosto, mês com mais matérias		Mulher 56,4% Sem autoria G1 16,4% N/A 10,9% Homem 9,1% Sem autoria agência internacional 7,3%		Entrevista	2
<b>Brasil</b>	<b>Mundo</b>	<b>Termos predominantes</b>		<b>Opinativo</b>	3
16 SP 4 ES 3 RJ/RS/MG	2 EUA	amament (radical) 32 aleitamento materno 10 mamaço 4		Artigo	3
<b>Mãe: é entrevistada em 70,9%</b>				<b>Interpretativo</b>	1
				Enquete	1

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda: Dados da pesquisa feita com 55 matérias do portal G1, tema amamentação prolongada, de 2012 a 2018. Busca realizada pelo site google.com.

Quanto à categorização:

Em uma pré-análise das matérias, foram definidas as pré categorias, ainda na análise das 483 matérias sobre amamentação:

- Promoção em AMP (benefícios e Semana Mundial do Aleitamento Materno)
- Apoio do AMP (experiências de mulheres, profissionais e estudos)
- Proteção do AMP (direitos e legislação)
- Outros

Já entendia-se que seriam pré-categorias, ou seja, categorias preliminares. Elas foram definidas a partir de falas dos entrevistados e informações dos próprios jornalistas como os exemplos abaixo:

**Quadro 5: Matéria pré-categorizada como "Promoção em AMP"**

<b>Título da matéria</b>	"Pediatra do ES ensina o jeito certo para amamentar o bebê sem ferir a mãe"
<b>Resumo</b>	A amamentação é importante para a saúde do bebê e para o desenvolvimento da criança.
<b>Falas</b>	<p>A amamentação é importante para a saúde do bebê e para a mãe que está dando de mamar (Jornalista 1).</p> <p>Durante a Semana Mundial do Aleitamento Materno, estamos aqui conversando com as mães de bebês bem saudáveis aqui (Jornalista 2).</p> <p>Eles ficam mais saudáveis, resistentes a infecções, doenças como pneumonia e diarreia e conseguimos diminuir pela metade a mortalidade infantil (Médica).</p> <p>Quero amamentar até quando ela quiser. Acho muito importante amamentar (Mãe 1).</p> <p>As mães vão ter menos câncer de mama, diabetes, câncer de ovário, aumenta o vínculo</p>

	<p>com o bebê. Fica bem mais tranquilo amamentar (Médica).</p> <p>Amamentar é um prazer. Só de ver minha filha crescendo com saúde, ganhando peso. Eu recomendo. É tudo de bom (Mãe 2).</p> <p>Existe um prazo certo ideal para a saúde da criança e da mãe (Jornalista 3)?</p> <p>Recomendo amamentação exclusiva até os seis meses e complementada até 2 anos, com muita saúde (Médica).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora

#### Quadro 6: Matéria pré-categorizada como "Apoio do AMP"

<b>Título da matéria</b>	"Amamentação reforça flora intestinal de bebês, diz estudo"
<b>Resumo</b>	Bebês que se alimentam de leite materno têm o desenvolvimento intestinal mais saudável do que crianças que se alimentam de outra forma até os três meses de vida. Essa é a conclusão de um estudo da Universidade Texas A&M, dos Estados Unidos, divulgado nesta segunda-feira (30) na revista "Genome Biology".
<b>Fala</b>	Nossas descobertas sugerem que o leite humano promove a interferência benéfica entre o sistema imunológico e a população microbiana no intestino, e mantém a estabilidade intestinal (Autor do estudo).

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 7: Matéria pré-categorizada como "Proteção do AMP"**

<b>Título da matéria</b>	"Mães realizam 'mamaço' no AM para conscientizar sobre amamentação"
<b>Resumo</b>	Cerca de 20 mulheres se reuniram na praia da Ponta Negra, localizada na Zona Oeste de Manaus, nesta sexta-feira (3), para uma manifestação pela semana mundial do aleitamento materno. O 'mamaço' aconteceu um dia antes do manifesto nacional, neste sábado (4).
<b>Fala</b>	As mulheres se reúnem para dar de mamar em público, porque já houve uma represália a uma mãe que amamentava na Avenida Paulista, em São Paulo. Por isso, o ato de amamentar deve ser incentivado, pois representa um gesto de amor e dedicação (Organizadora do evento)

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 8: Matéria pré-categorizada como Outros**

<b>Título da matéria</b>	Banco de leite materno não consegue atender a demanda de Porto Velho
<b>Resumo</b>	O único banco de leite materno do estado de Rondônia, Santa Ágata, localizado na sede do Hospital de Base Ary Pinheiro, em Porto Velho, não tem doações suficientes para atender a demanda da capital.
<b>Falas</b>	A demanda não corresponde a quantidade doada. Em junho, 144 mulheres doaram leite e 56 litros foram distribuídos para 74 bebês (Jornalista).

Fonte: Elaborado pela autora



Quando estas pré-categorias foram trazidas para a análise das 55 matérias de AMP, percebeu-se que algumas matérias se enquadravam em mais de uma destas, além disso não existiam pré-categorias que abarcavam matérias que abordavam a polêmica da amamentação prolongada e a pergunta frequente dos jornalistas "até quando amamentar?". Somado a isto, foi necessário entender quais eram as matérias da pré-categoria Outros. Então estas pré-categorias foram redesenhadas na segunda análise das 55 matérias, para melhor analisar as matérias em AMP.

- Benefícios
- Recomendações
- Prazo
- Polêmica
- Direitos

Um total de 36 (65.5%) matérias são da pré-categoria Promoção em AMP; 13 (23.6%) Apoio do AMP; 4 (7.3%) Proteção do AMP; e 2 (3.6%) Outros. Quanto as pré-categorias redesenhadas: Direitos 21 (38.2%); Benefícios 13 (23.6%); Recomendações 12 (21.8%); Prazo 6 (10.9%); e Polêmica 3 (5.5%).

Após a segunda análise, buscando condensar algumas das pré-categorias decidiu-se unir benefícios e recomendações, visto que muitas matérias traziam ambos, recomendações dos órgãos de saúde e os benefícios do AM para bebê e mãe; e prazo e polêmica, entendendo que a pergunta frequente dos jornalistas "até quando amamentar?" também acabou gerando polêmica em algumas matérias. Finalizou-se com a categoria que traz matérias que tratam dos direitos das mães. As denominações das categorias foram escolhidas pensando nas questões de gênero discutidas neste trabalho.

- Porque amamentar (recomendações e benefícios) - 25 (45.5%) matérias;
- Até quando amamentar (prazo e polêmica) - 9 (16.4%)
- Amamentar por quanto tempo eu quero (direitos das mulheres) - 21 (38.2%)

### **Porque amamentar**

Esta categoria tem o maior número de matérias, 25. Pode-se perceber que em quase todas as matérias desta categoria, não é a mãe que fala sobre o AMP e, sim, profissional de saúde, jornalista ou outro profissional. Das 25 matérias, 19 são do formato jornalístico reportagem, matérias que buscam se aprofundar mais no assunto tratado e, para tanto, abordam a perspectiva dos envolvidos no tema. Mas, em dez matérias, somente uma pessoa é entrevistada; em oito matérias, duas pessoas; em três matérias três pessoas; e em quatro, não houve entrevistados. Esta categoria foi formada pelas pré-categorias "Benefício" (qualidades para a saúde, interação mãe e filho e outros) e "Recomendação" (o que prega a OMS e o MS). Abaixo explicita-se com mais detalhes.

Analisando cada uma das 25 matérias, ficaram 12 matérias na pré-categoria "Benefício":

1. Agência da ONU lembra importância de permitir amamentação no trabalho.
2. Mãe faz campanha de doação de leite nove meses após morte de prematuro.
3. Mães do DF promovem mamaço e pedem respeito à amamentação.
4. Governo do Ceará faz campanha de incentivo ao aleitamento materno.
5. Mãe e enfermeira citam importância da amamentação para bebê no AM.
6. Aprenda os cuidados básicos para os primeiros meses de vida do bebê.
7. Amamentação.
8. De prótese de silicone à cárie: veja 10 mitos e verdades sobre amamentação.
9. Leite materno é injeção de imunidade para a vida toda.
10. Professor brasileiro ganha prêmio científico de R\$ 230 mil oferecido pelo Canadá.
11. Especialistas dão orientações sobre o AM em Boituva.
12. Estudo liga amamentação a QI, salário e escolaridade mais altos.

Destas, seis entrevistaram mães, mas em nenhuma delas foram as mães que falaram sobre amamentação prolongada (AMP). A fala sobre o aleitamento materno continuado foi feita pelo próprio jornalista, pelo profissional de saúde ou por outro profissional, na ordem dos que mais falaram sobre o assunto. Em 11 matérias, o AMP estava implícito, ou seja, a matéria não tinha AMP como tema central, mas alguém falou sobre.

Na pré-categoria "Recomendação" estão 13 matérias:

1. Ministério da saúde lança campanha nacional de aleitamento materno 2012.
2. Mães realizam mamaço no AM para conscientizar sobre amamentação.
3. Nutricionista revela segredo para voltar à forma depois do parto.
4. Pediatra dá dicas sobre amamentação e alimentação do bebê.
5. Mães promovem Hora do Mamaço na Semana do Aleitamento Materno.
6. Banco de leite materno precisa de doações em Guarapuava.
7. A importância da amamentação.
8. Mãe mostra como é possível amamentar bebê mesmo com rotina de trabalho.
9. Crítica na web a foto de amamentação vira polêmica "Pobre fazendo pobre".
10. Serviço no hospital Albert Sabin ajuda mães que têm dificuldade para amamentar.
11. Consultora tira dúvidas frequentes sobre amamentação.
12. Amamentar: prova de carinho e de amor garante muita saúde aos bebês.
13. Semana Mundial de Amamentação tem programação em Petrolina, PE.

Muito similar à pré-categoria anterior, as mães foram entrevistadas em sete das matérias, mas somente em uma ela fala sobre o AMP. Quem mais fala sobre o assunto: jornalista e profissional de saúde, na ordem dos que mais falam sobre aleitamento materno continuado. Todas as matérias tratam o AMP de forma implícita e a pessoa que fala sobre o aleitamento materno prolongado cita a recomendação da OMS de amamentar até 2 anos ou mais.

### **Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres**

Esta categoria foi a segunda maior. Em 19 matérias o formato jornalístico mais utilizado foi reportagem, entrevista em uma e artigo em uma. Esta categoria foi formada pela pré-categoria "Direito". Aqui, além do direito da mãe querer e poder amamentar, estão matérias sobre legislações do AM.

No pré-categoria "Direito" estão 21 matérias:

1. Aprovada multa a quem proibir mães de amamentar em público em BH.
2. TV Anhanguera faz campanha para incentivar doação de leite materno.
3. Mães de São José mostram a importância da amamentação.

4. Sem doações, bancos de leite de Maceió enfrentam baixo estoque.
5. Em ensaio, mães pedem fim do preconceito por amamentar filhos em locais públicos em MG.
6. Mamaço fecha mês de incentivo ao aleitamento materno em Bauru.
7. Pará tem ações pela SMAM.
8. O tema é amamentação. Veja entrevista na íntegra.
9. Na Semana Mundial do Aleitamento Materno veja dicas para facilitar a amamentação.
10. Aleitamento materno é importante para o bebê e fortalece relação entre mãe e filho.
11. Semana Mundial do aleitamento materno.
12. Mães baianas defendem aleitamento materno e dizem não ter data limite.
13. Mães querem o direito de levar os filhos para salas de aula em universidades.
14. Empresas criam canto da mamãe para funcionária tirar leite para filhos.
15. Reportagens mostram benefícios da amamentação prolongada.
16. Unip tem sala de amamentação dentro da universidade.
17. O leite de vaca é pro filhotinho dela, diz menina de 5 anos ao ouvir que deveria parar de mamar e tomar leite de vaca.
18. Na Semana Mundial da Amamentação, mãe fala sobre opção de amamentar filho até 2 anos.
19. Grupo de mães faz ensaio para incentivar o aleitamento materno em Miguel Pereira, RJ.
20. Semana Mundial do AM é tema do MGTV Responde nesta terça-feira.
21. Pediatra do ES fala sobre benefícios da amamentação.

Das 21 matérias, as mães foram entrevistadas em 19 e falam sobre o AMP em 16. Em 15 matérias duas pessoas são entrevistadas; em três matérias, três pessoas; e em duas matérias, três pessoas, o que mostra que na maior parte dos textos, mais de uma pessoa falou sobre o tema na matéria, fator importante visto que 19 matérias são reportagens. Em oito matérias o tema AMP está explícito e abordado de forma positiva.

## Até quando amamentar

As pré-categorias "Prazo" (textos que focam em até quando amamentar) e "Polêmica" (gerada pelo prazo do AM) deram origem a categoria "Até quando Amamentar", composta pelo menor número de matérias (9).

No pré-categoria "Prazo" estão sete matérias:

1. Pediatra do ES ensina o jeito certo para amamentar o bebê sem ferir a mãe.
2. Saiba benefícios da amamentação para a saúde da mãe e do bebê.
3. Mães e profissionais falam sobre a importância em amamentar após os 6 meses do bebê.
4. Até que idade bebês devem ser amamentados? Dra Ana Escobar comenta.
5. Desmame: é possível torná-lo menos traumático.
6. Hora do Mamaço reúne dezenas de mães no Centro Histórico de Santos, SP.
7. Médica do programa Bem Estar dá palestra em Vitória e fala sobre amamentação.

Das sete, em cinco a mãe é entrevistada e em quatro fala sobre o AMP. Normalmente, o jornalista questiona prazo para a amamentação terminar e a resposta vem do profissional de saúde e/ou da mãe. Em seis matérias, o profissional de saúde é entrevistado e fala sobre o assunto. Cinco matérias são do formato reportagem, uma nota e uma artigo. O AMP está explícito em quatro matérias.

No pré-categoria "Polêmica" estão duas matérias:

1. Capa da Revista Time reabre debate sobre amamentação.
2. Revista causa polêmica ao retratar mãe amamentando filho de 3 anos.

Na primeira, a mãe é entrevistada e fala sobre AMP, além do jornalista. Na segunda, outro profissional é entrevistado e é ele, além do jornalista, que falam do aleitamento materno continuado.

Segue um exemplo de matéria de cada categoria, contendo falas de entrevistados ou jornalistas.

**Quadro 9: Matéria categorizada como "Porque amamentar"**

<b>Título da matéria</b>	"Agência da ONU lembra importância de permitir amamentação no trabalho"
<b>Resumo</b>	Na Semana Mundial da Amamentação, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lembrou nesta sexta-feira (3) a importância de as mães amamentarem seus bebês nos locais de trabalho.
<b>Fala</b>	Os empresários também têm benefícios ao permitirem que as mães prolonguem o aleitamento materno ao máximo (Jornalista).  Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a amamentação materna prolongada é a melhor maneira de alimentar os bebês e fortalecer o sistema imunológico deles (Jornalista).

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 10: Matéria categorizada como "Amamentar por quanto tempo eu quero: direitos das mulheres"**

<b>Título da matéria</b>	"Mães baianas defendem aleitamento materno e dizem 'não ter data limite'"
<b>Resumo</b>	Mães defendem a amamentação e dizem que só vão desmamar quando elas e os filhos quiserem
<b>Falas</b>	Mães destacam que não tem uma data limite para deixar de dar o leite materno (Jornalista).  A mãe dela a amamentou por quase três anos e, desta forma, ela percebeu benefícios para a própria saúde, declarando que sempre foi uma criança saudável (Mãe 1).

	<p>Não existe uma data limite (Consultora de amamentação).</p> <p>Não estipulo uma idade para o desmame (Mãe 2).</p> <p>Não interfere em nada na minha vida. Consigo conciliar. Estamos caminhando para um desmame, mas a gente respeita o tempo dela (Mãe 3 - que amamenta filha de 4 anos).</p> <p>Pretendo deixá-la [filha] mamando até uns dois anos ou mais (Mãe 4).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

### Quadro 11: Matéria categorizada como Até quando amamentar

<b>Título da matéria</b>	"Revista causa polêmica ao retratar mãe amamentando filho de 3 anos"
<b>Resumo</b>	Reportagem de capa da <i>Time</i> sobre amamentação tardia dividiu opiniões nos EUA.
<b>Falas</b>	<p>Uma jovem mulher aparece amamentando seu filho de três anos (Jornalista).</p> <p>Nos Estados Unidos é incomum ver uma criança dessa idade sendo amamentada (Especialista).</p> <p>A modelo queria mostrar que isso é normal e que queria ilustrar a prática com sua própria experiência, incluindo nesta idade, algo que em outros países não causaria polêmica alguma (Especialista).</p> <p>O que causou revolta entre as alas mais conservadoras da sociedade americana, foi a idade do menino que aparece na capa da <i>Time</i> e nas fotos da reportagem, em que a criança mais velha a ser amamentada no peito da mãe tem seis anos (Jornalista).</p> <p>Ninguém estipula um tempo máximo, porque enquanto se mantém amamentado, o bebê será mais saudável, sofrerá menos doenças e há</p>

	<p>taxa de mortalidade menor entre os que são amamentados, independente da idade (Especialista).</p> <p>Já que muitas crianças nestas culturas são amamentadas pelas mães até os quatro anos (Jornalista).</p> <p>Em algumas culturas o período é até maior. Por exemplo, para os inuits - ou esquimós - sete anos é normal. No Japão são cinco anos, e até mesmo na Holanda é normal amamentar as crianças por dois ou três anos (Especialista).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

Buscando realizar uma análise mais aprofundada dos conteúdos das matérias que traziam explicitamente o tema AMP, retomamos as 55 matérias de AMP, e encontramos 15 que traziam como tema central a amamentação prolongada. Destas 15, quatro eram da categoria "Até quando Amamentar"; uma da categoria "Por que amamentar"; e dez da categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres". Abaixo detalha-se cada uma das matérias.

- Revista causa polêmica ao retratar mãe amamentando filho de 3 anos

A matéria aborda a polêmica gerada pela capa da revista *Time*, que traz modelo amamentando filho de três anos. O AMP é trazido no título da matéria. Nesta matéria, outro profissional e o jornalista falam sobre AMP. Ambos apoiam o aleitamento materno continuado como algo normal que faz bem para mãe e bebê e que em muitas culturas é normal seguir até até cinco ou sete anos. Apesar do exemplo comentado no texto ser da mãe da capa que amamenta seu filho de três anos, ela não é entrevistada. O tema é abordado de forma explícita e positiva. O foco do AMP é que não há tempo máximo para amamentar, é saudável e que em muitas culturas é normal, apesar de não ser nos EUA. A pré-categoria desta matéria é "Polêmica" e a categoria "Até quando amamentar".

- Mães baianas defendem aleitamento materno e dizem não ter data limite

Na matéria mães falam de suas opções em amamentar até quando elas quiserem; e profissional de saúde diz que não existe data limite. O foco é que não há data limite do AM; que quem decide até quando amamentar são as mães e seus



filhos; e que o aleitamento materno é saudável. O AMP é abordado no título da matéria. O tema é trazido de maneira explícita e positiva. Esta matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- Mães e profissionais falam sobre a importância da amamentação após 6 meses

Enquanto jornalista e mães falam sobre os benefícios do AMP sem tempo para acabar, profissional de saúde diz que o aconselhável é amamentar até os dois, "não que faça mal amamentar depois dos dois anos, existem várias crianças que mamam após este período...".

O foco da matéria está nos benefícios do AMP; que a intenção do aleitamento materno continuado é que a criança desmame de forma gentil; que não é verdade que quanto mais a criança mama, mais dependente ela fica; mãe diz ter tido apoio da família, do marido e do banco de leite para continuar amamentando. A amamentação continuada é abordada no título. O AMP é explícito e positivo. Esta matéria está na pré-categoria "Prazo" e na categoria "Até quando amamentar".

- Reportagem mostra benefícios da amamentação prolongada

Jornalista, outra profissional e mães falam sobre amamentar até quando bebê e mãe quiserem como algo absolutamente normal e que traz diversos benefícios para todos. A amamentação prolongada aparece no título. O foco da matéria: benefícios do AMP; não existe prazo para o desmame; que a criança se sente mais segura de si quando ela deixa de amamentar por ela mesma; e que o objetivo do mamaço é o direito de escolha da mãe e do seu filho sobre quando, onde e por quanto tempo amamentar. O AMP é explícito e positivo. A matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- O leite de vaca é pro filhotinho dela, diz menina de 5 anos ao ouvir que deveria parar de mamar e tomar leite de vaca

Mãe decidiu que a filha vai escolher quando parar de mamar. Ela fala que é difícil pelo preconceito, mas quer amamentar até quando filha quiser; filha diz que

leite de vaca é para o filhotinho dela. O profissional de saúde diz que no AMP a criança tem menos chance de ter linfoma e aponta os benefícios da amamentação. Foco nos benefícios do AMP e na liberdade de escolha da mãe e da filha sobre até quando mamar. O AMP é explícito e positivo. A matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres". A amamentação prolongada é trazida no título.

- Na Semana Mundial da Amamentação, mãe fala sobre opção de amamentar filho até 2 anos

Jornalista questiona se está errado ou faz mal amamentar depois dos 2 anos; mãe diz que vai amamentar filho até quando ele quiser; médica diz que não está errado e não faz mal e quem decide até quando amamentar é a família e que é uma questão social. Também aponta diversos benefícios. Questões trazidas na matéria: benefícios do AMP; momento único e prazeroso; não há data limite; é uma decisão da família e uma questão social. O AMP é explícito e positivo. A matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- Mães querem o direito de levar os filhos para salas de aula em universidades

Estudante/mãe quer que os direitos à educação e à amamentação sejam exercidos plenamente. Outra profissional fala que deve haver uma mudança cultural no ambiente escolar para que a mãe seja aceita com seu filho nas universidades, para que ela possa amamentar de forma prolongada. Foco: mudança cultural; mãe pede direito à educação e à amamentação nas universidades. O AMP é explícito e positivo. A matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- Empresas criam canto da mamãe para funcionárias tirar leite

Mãe diz que pretende amamentar a filha até quando ela quiser, e outro profissional ressalta a importância para todos da amamentação por mais tempo. Foco: benefícios para mãe, bebê e empresa de um local para amamentação; mãe quer amamentar até quando quiser. O AMP é explícito e positivo. A matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu

quero: direito das mulheres".

- Estudo liga amamentação a QI, salário, escolaridade mais altos

Jornalista relata que bebês que foram amamentados por mais tempo obtiveram melhores resultados em testes de inteligência na vida adulta. Foco: benefício para a saúde do AMP. Tema explícito e positivo. Pré-categoria "Benefício" e categoria "Porque amamentar".

- Unip tem sala de amamentação dentro da universidade

Profissional de saúde diz que é um projeto para ajudar mães trabalhadoras para que elas possam continuar amamentando seus filhos até dois anos ou mais, como recomendado pela OMS. Foco: universidade cria espaço para que as mães possam continuar amamentando até quando quiser. AMP explícito e positivo. A matéria está inserida na pré-categoria "Direito" e na categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- Capa da Revista Time reabre debate sobre amamentação

Mãe fala que o AMP é importante para a auto-estima, segurança, e que saiu na capa para gerar debate sobre o aleitamento materno e para ressaltar a importância da liberdade para amamentar em público. Foco: direito, respeito e liberdade para amamentar filho de qualquer idade em qualquer lugar. Jornalista quer mostrar que há polêmica no tema AMP. Aleitamento materno continuado explícito e neutro. Pré-categoria "Polêmica" e categoria "Até quando amamentar".

- Grupo de mães faz ensaio para incentivar o aleitamento materno em Miguel Pereira, RJ

Mães defendem o AM até quando ela e os bebês quiserem. Mãe e jornalista falam sobre AMP. Foco: mãe quer manter o aleitamento materno até quando quiser e foca nos benefícios para a saúde e na ligação entre mãe e filho; a decisão de quando parar é da mãe e do filho diz jornalista, explicando que é uma troca, uma relação entre os dois; e outra mãe diz que vai amamentar até quando e onde filha quiser. AMP explícito e positivo. Pré-categoria "Direito" e categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- Hora do Mamaço reúne dezenas de mães no Centro Histórico de Santos, SP

Enquanto jornalista fixa o prazo de dois anos, mãe responde dizendo que não há prazo certo; que a mulher pode escolher o momento de parar sem a pressão da sociedade que ainda existe. E diz que esta é uma das propostas do mamaço. Foco: escolha da mulher quanto ao prazo do aleitamento materno. AMP explícito e neutro. Pré-categoria "Prazo" e categoria "Até quando amamentar".

- Semana Mundial do AM é tema do MGTV Responde desta terça-feira

Mãe, jornalista e profissional de saúde focam que há uma cobrança da sociedade para o desmame, mas que não deve existir. A mãe que decide quando deve parar. Foco: quem decide prazo do aleitamento materno é a mãe. AMP explícito e positivo. Pré-categoria "Direito" e categoria "Amamentar por quanto tempo eu quero: direito das mulheres".

- Médica do programa Bem Estar dá palestra em Vitória e fala sobre amamentação

Jornalista pergunta se há idade limite para amamentar uma criança. Médica diz que não, e mãe diz que vai amamentar até quando ela e o filho quiserem. Foco: liberdade para mãe escolher até quando quer amamentar. AMP é explícito e positivo. Pré-categoria "Prazo" e categoria "Até quando amamentar".

As pré-categorias, as categorias redesenhadas e as categorias estão descritas no quadro a seguir, já mostrado anteriormente.

**Quadro 12 - Categorização e números**

<b>Pré-categorias AMP</b>	<b>Redesenhando as pré-categorias AMP</b>	<b>Categorias AMP</b>
Promoção em AMP (benefícios e eventos) <b>36</b>	Benefícios <b>13</b>	Por que amamentar? (Recomendações e benefícios) <b>25</b>
Apoio do AMP (experiências de mulheres, profissionais e estudos) <b>13</b>	Recomendações <b>12</b>	
Proteção do AMP (direitos e legislação) <b>4</b>	Prazo <b>6</b>	Até quando amamentar? (Prazo e polêmica) <b>9</b>
Outros <b>2</b>	Polêmica <b>3</b>	
	Direitos <b>21</b>	Amamentar por quanto tempo eu quero (Direito das mulheres) <b>21</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda: Primeiramente foram criadas as pré-categorias. Com o decorrer do trabalho, elas foram redesenhadas e, finalmente, definiu-se as categorias AMP.

## 6 DISCUSSÃO

Rodrigues (2017) apresenta uma questão que pode-se muito bem aplicada a este trabalho. Mas, afinal, a quem pertence a amamentação? À mãe, ao bebê ou à sociedade? A pergunta colabora para entender um ato que parece comum, mas envolve muito mais que apenas alimentar um filho.

Apesar da mãe ser uma das protagonistas da amamentação, ela não fala na maioria das matérias sobre o assunto. Em AM, 47% das mulheres são entrevistadas, contra 53% não, ou seja, na maior parte dos textos elas não aparecem. Já em AMP as mulheres são entrevistadas em 70% das matérias, contra 30% não. Percebe-se que, mesmo em se tratando de amamentação prolongada, em  $\frac{1}{3}$  das matérias elas não figuram.

O encontrado nesta pesquisa corrobora com informações do estudo de Rodrigues (2017, p.07):

Acreditamos que a produção de sentidos sobre esse tipo de temática pela mídia costuma, muitas vezes, pautar-se na reprodução do discurso oficial, biomédico e da normatização social – que é visto a partir dos direitos das crianças –, e nem sempre as reportagens dão espaço para discutir a amamentação pelo olhar dos direitos das mulheres.

Sabendo que trazer a opinião, as dúvidas, as experiências de vida e expectativas das mulheres nos textos jornalísticos sobre amamentação e amamentação prolongada, sabendo que ela é protagonista neste processo, nos reportamos a Freire (2005) para destacar a importância de se considerar os saberes que as mulheres possuem. Freire (2005) explica que não se pode desprezar os conhecimentos das pessoas e suas compreensões do mundo, nas mais variadas dimensões. Reconhecer o outro como sujeito implica em respeito a estes saberes. Mesmo que o desejo seja ampliar o conhecimento delas, Freire destaca que primeiro é necessário ouvir, para entender as compreensões primeiras que trazem de seu contexto de vida e, depois, buscar ampliar estes saberes.

A ausência das mães nas matérias pode ser explicada por meio do conceito "cultura do silêncio", de Paulo Freire (1976), que caracteriza a sociedade a que se nega a comunicação e o diálogo oferecendo somente a esta "comunicados". Freire justifica este tolhimento da voz devido a séculos de colonização portuguesa e

espanhola na América Latina que resultaram em uma estrutura de dominação correspondente a um conjunto de representações e comportamentos.

Só é possível compreender a cultura do silêncio se a tomarmos como uma totalidade que é, ela própria, parte de um todo maior. Neste todo maior devemos reconhecer também a cultura ou culturas que determinam a voz da cultura do silêncio. [...] A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio como da cultura que “tem voz” [...]. A sociedade dependente é por definição uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, o seu próprio povo. Apenas, quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa face à sociedade metropolitana (FREIRE, 1976 p. 70-71).

De acordo com Lima (2011, online), a comunicação para Freire implica um diálogo entre sujeitos mediados pelo objeto de conhecimento que, por sua vez, decorre da experiência e do trabalho cotidiano. A comunicação, por definição, é dialógica, contemplando, ao mesmo tempo, o direito de informar e ser informado, além do direito de acesso aos meios tecnológicos para a plena liberdade de expressão. "A positivação do direito à comunicação como direito humano fundamental é o caminho para a plena superação da cultura do silêncio"

Além disso, não parece ético da imprensa, pois o que se prega nas reportagens (formato jornalístico mais utilizados nas matérias deste estudo) é que se traga as diferentes vozes envolvidas no tema em questão.

A característica do formato jornalístico reportagem se foca na "aplicação de conceitos de isenção, imparcialidade e a ampla busca de versões plurais para trazer uma visão totalizante sobre determinado fato" (SPINELLI, 2012, p. 2).

Neste sentido, Faraco (2005), ao tratar da reportagem define-a como sendo um texto mais extenso, resultante de uma investigação mais detalhada dos fatos, apresentando as informações em maior profundidade.

Além disso, não trazer as mães na maioria das matérias sobre AM e em 30% sobre AMP mostra que os jornalistas seguem o padrão apregoado pelas instituições governamentais de saúde, uma posição baseada no discurso científico e biomédico, no qual a amamentação é um ato natural, uma tarefa orgânica que faz parte da

natureza feminina.

Neste discurso raramente são mencionados os problemas pelos quais muitas mulheres passam ao longo desse processo, tanto no âmbito do manejo propriamente dito (fissuras, mastite etc.), quanto em suas relações sociais (com o marido, com outros filhos, com o empregador e colegas de trabalho, por exemplo) (KALIL; COSTA, 2012, p. 9).

O discurso oficial materializado nas campanhas mostrou-se normatizador de comportamentos e concentra o foco do processo quase que exclusivamente nos benefícios à saúde da criança. O que parece, é que a mídia se apoia neste discurso e, diante na naturalização do ato de amamentar e do foco biologicista não traz a mulher para falar do assunto, mas sim profissionais da saúde ou outros profissionais e os os diferentes contextos e experiências nos quais as mulheres se inserem não estão contemplados, tornando-a uma prática descontextualizada (KALIL; COSTA, 2012).

Como defendem Kalil e Aguiar (2017, p.645), é necessário que ocorra "a formulação de um novo modelo de atenção, que passe a respeitar o direito de as mulheres decidirem o uso que farão de seus seios e corpos".

Nesta perspectiva, as ações dirigidas à mulher na amamentação devem buscar elevá-la à condição de sujeito do processo, favorecer a aquisição de autoconfiança e o aprimoramento de suas habilidades e capacidades, conduzindo-a para maior liberdade em relação às decisões que afetam o uso de seu corpo (NAKANO, 2003), e em se tratando da mídia, que elas sejam também entrevistadas na maioria dos textos jornalísticos.

Outro dado que mostra a não participação das mães é a falta de espaço de fala. Isto ficou evidente na categoria "Porque amamentar" (25 matérias), que tem a maior quantidade de matérias em AMP e, apesar de entrevistar a mãe, em metade dos textos analisados, não é ela que fala do aleitamento materno prolongado e sim profissionais de saúde, outro profissional ou o próprio jornalista.

Sorensen et al. (2017) realizaram uma pesquisa da mídia impressa em 2013, buscando investigar e compreender como são produzidos e os significados dos estereótipos ligados ao feminino e ao masculino, bem como investigar se a mídia impressa contribui, e de que forma, para o mantimento de relações dicotômicas entre os sexos e para a produção de sujeitos, a partir de discursos binaristas. O que



as pesquisadoras constataram, a partir da análise, foi que na sociedade atual continua presente um discurso binarista, que procura reafirmar a diferença entre homens e mulheres, apresentando formas de comportamento e pensamento adequadas a cada sexo, "o que culmina na produção de sujeitos que também são produtores de um saber social que, na grande parte do tempo, tende a fortalecer padrões culturais e distinções hierárquicas de gênero" (SORENSEN et al., 2017, p. 37).

Diante do exposto, pode-se entender a maneira como as mulheres/mãe "são ouvidas" pela mídia. Um espaço de fala quase que inexistente, o que permite que outras(os), mesmo que não intencionalmente, reproduzam os padrões ditados pela sociedade. Ao não serem ouvidas nas matérias, repetem o apregoado pelas campanhas de saúde.

De acordo com Kalil e Costa (2012), os sentidos partilhados pelas próprias mulheres, desde a sua opção por amamentar até suas motivações para dar continuidade ou encerrar o aleitamento materno, seguem o que elas observam no discurso oficial contemporâneo sobre amamentação, especialmente difundido por meio do discurso autorizado da medicina e renovado ao longo dos últimos trinta anos, focado nas qualidades do leite para as crianças, além de reforçar ser um ato natural, que faz parte orgânica da função materna.

*Amamentação é tudo! Ela deve ser exclusiva até os seis meses de idade e complementar até os dois anos ou mais (fala de uma mãe na matéria com o título "Mães realizam 'mamaço' no AM para conscientizar sobre amamentação").*

*Ele (meu filho) está com 9 meses e não tomou antibiótico até hoje. O leite ajuda muito nisto, né?! Não deixa a criança ficar doente. Tem bastante vitamina. Então foi mais isso que me fez continuar amamentando (fala de mãe na matéria com o título: "Mães e profissionais falam sobre a importância em amamentar após os 6 meses do bebê").*

*Amamentação é tudo! Ela deve ser exclusiva até os seis meses de idade e complementar até os dois anos ou mais. É o melhor alimento que podemos dar aos nossos filhos, o mais completo, é uma vacina natural. O meu bebê só mama leite do peito e é super forte, saudável e não adocece (fala de mãe na matéria com o título "Mães realizam 'mamaço' no AM para conscientizar sobre amamentação").*

Segundo Junges et al. (2010, p. 345), os fatores biológicos que influenciam o aleitamento materno estão presentes nos discursos dos profissionais da saúde, reafirmando, principalmente, os benefícios para a saúde do bebê, concentrando-se nos cuidados com a mama e, muitas vezes, afastando a mulher do protagonismo do evento. Esta visão reducionista que ressalta positivamente a amamentação tem sido apreendida pelas mulheres e repetidas por elas quando estas são indagadas sobre seus conhecimentos sobre o aleitamento materno. "Percebemos nestes depoimentos marcas de um discurso em que as ideias descritas parecem advir de uma fala repetitiva, presente nos princípios biomédicos e que revela um saber repassado por outros".

O insistente discurso informativo, que ressalta os aspectos biológicos no evento da amamentação, traz também em seu bojo um comprometimento velado de responsabilização da mulher pela saúde de seu filho, e a relaciona as consequências posteriores (JUNGES et al., 2010), o que permite compreender a apreensão pelas mães do discurso biomédico das campanhas de amamentação, repetindo o que é dito para não se afastar da responsabilidade imposta a ela. "A maternidade é socialmente valorizada e instituída culturalmente como responsabilidade da mulher pelo cuidado com o filho, o que está, em parte, alicerçado na capacidade que ela tem de engravidar, parir e amamentar" (JUNGES et al., 2010, p. 346).

Esta responsabilidade da mulher em relação aos filhos, gera, segundo Badinter (1985), o dever moral e a culpa, cada vez mais comuns às mulheres dos séculos XIX e XX.

Enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral. Foi essa, durante muito tempo, uma causa importante das dificuldades do trabalho feminino. A razão também do desprezo ou da piedade pelas mulheres que não tinham filhos, do opróbrio daquelas que não os queriam. (BADINTER, 1985, p. 237).

A introdução da tecnologia biomédica nos discursos e meios de comunicação não consegue abarcar modificações sociais e culturais, mas produz efeitos, mesmo que de repetição, e atinge as mulheres. Além do saber biomédico existem fatores externos a este, os culturais que influenciam diretamente no ato de amamentar, que

potencializam o apreender e o transformar a realidade, de forma que a simples repetição de ideias nem sempre assegura a realização de mudanças na prática (JUNGES et al., 2010).

Além disso, deve-se frisar aqui, que a participação da mídia, do governo, da sociedade civil e das entidades de classe na mobilização da sociedade e de governantes foi importante para o avanço dos índices de aleitamento materno observados entre 1986 e 2006 (GOMES et al., 2016), revelando a importância dos meios de comunicação terem uma abordagem diferente do observado neste estudo.

Os benefícios e as recomendações para a saúde são o foco da maioria das matérias. Um total de 46% de matérias são da pré-categoria Promoção em AM; 65.5% são da pré-categoria Promoção em AMP; e 45.5% da categoria Porque amamentar (AMP). Os dados confirmam o apontado por Kalil e Costa (2012) sobre a imprensa focar suas matérias no discurso oficial normatizador de comportamentos e que concentra o foco do processo quase que exclusivamente nos benefícios à saúde da criança.

Pode-se observar que o foco na importância do AM nos primeiros seis meses de vida é um assunto recorrente. Um dado que pode corroborar com esta informação são as palavras chaves mais usadas em AM e AMP: radical "amament", leite materno, aleitamento materno.

### Quadro 13 - Exemplo de matéria - radical "amament"

<b>Título</b>	"Veja como lidar com a dificuldade de amamentar nos primeiros dias"
<b>Resumo</b>	É comum que algumas mães tenham dificuldades ao amamentar os bebês nos primeiros dias de vida. Médica dá dicas.
<b>Fala</b>	No começo pode aparecer fissuras, rachaduras, ingurgitamento. Isso tem que ser trabalhado durante a estadia das mães no hospital. Temos uma equipe para incentivar e colocar o bebê na posição correta. uma pega mal feita o bebê não consegue sugar e vai dando problemas (Médica).

	<p>No quarto dia senti dor e quando observei tinha uma fissura. Tive dificuldade e minha médica orientou e prescreveu uma pomada. Fui ao Banco de Leite e eles me orientaram quanto à pega e usar o próprio leite para tratamento, que foi efetivo (Mãe).</p> <p>Muitas mães acabam desistindo da amamentação pelos problemas encontrados no início do AM. Números do MS revelam que cerca de 47% é alimentado apenas com leite materno no primeiro mês de vida (Jornalista).</p> <p>Banho de sol e outros procedimentos podem ser tomados (Médica).</p> <p>Os benefícios são inúmeros (Jornalista).</p> <p>Até os seis primeiros meses a criança tem que ser amamentada somente ao leite materno. Evita diarreia, pneumonia, aumento o vínculo e não é contaminado pois não tem manipulação. Alimento ideal para o ganho de peso, inteligência e desenvolvimento do sistema nervoso e cérebro. Não existe leite fraco (Médica).</p> <p>O vínculo é especial. O amor pelo bebê supera qualquer dor (Mãe).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

A terceira palavra chave mais utilizada em AM é banco de leite. Neste caso, as matérias trazem o acolhimento realizado por este órgão, além de seu estoque de leite e estímulo à doação.

#### **Quadro 14: Exemplo de matéria - palavra chave Banco de Leite**

<b>Título</b>	"Doação de leite materno ajuda a salvar vida de várias crianças"
<b>Resumo</b>	Importância de amamentar; diminuição da mortalidade infantil; e doação de leite materno.
<b>Fala</b>	<p>Em Alagoas, estado onde a taxa de mortalidade teve a maior queda (83,9% em 22 anos), uma mãe foi responsável por ajudar não apenas os próprios filhos, mas também muitas outras crianças (Jornalista).</p> <p>Estou amamentando meu filho, de um mês. Depois que ele mama, ainda sobra. E eu acho que leite é vida. Eu não vou deixar o leite pras fraldas, muito menos jogar no lixo. Tem um mês que estou doando. E pretendo continuar.</p> <p>Eu já tenho uma filha de oito anos e quando tive ela foi a mesma coisa: eu tive uma produção de leite grande. Doei durante dez meses.</p> <p>Eu tenho o maior cuidado do mundo. Recolho o leite e guardo em vidros esterilizados. Eu sempre tive esse tipo de procedimento e sempre perguntei lá na Santa Mônica se estava tudo bem e eles disseram: 'a gente aproveita 100% do seu leite.</p> <p>É a maior alegria do mundo. A sensação é de que realmente a gente está salvando vidas. É a melhor sensação saber que eu estou alimentando o meu filho e que eu estou ajudando muitas crianças que precisam do leite materno (Mãe).</p> <p>O leite materno é um alimento completo, tem tudo o que o bebê precisa até os seis meses de vida. Também possui muitos anticorpos, funcionando como uma verdadeira vacina que protege a criança de várias doenças. Além</p>

	disso, sugar o peito é um excelente exercício para o desenvolvimento da face do bebê, ajuda a ter dentes bonitos, a desenvolver a fala e a ter uma boa respiração (Jornalista).
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

A terceira palavra chave mais utilizada em AMP é mamaço. As matérias trazem eventos que discutem a importância do respeito à mulher que amamenta, trazendo a discussão das questões de gênero e direito na escolha de onde e até quando amamentar.

#### Quadro 15: Exemplo de matéria palavra chave Mamaço

<b>Título</b>	"Mães realizam 'mamaço' no AM para conscientizar sobre amamentação"
<b>Resumo</b>	Cerca de 20 mulheres se reuniram na praia da Ponta Negra, localizada na Zona Oeste de Manaus, nesta sexta-feira (3), para uma manifestação pela semana mundial do aleitamento materno. O 'mamaço' aconteceu um dia antes do manifesto nacional, que irá acontecer neste sábado (4).
<b>Fala</b>	<p>O movimento tem o objetivo de quebrar qualquer tipo de preconceito em relação à amamentação em público (Jornalista).</p> <p>As mulheres se reúnem para dar de mamar em público, porque já houve uma represália a uma mãe que amamentava na Avenida Paulista, em São Paulo. Por isso, o ato de amamentar deve ser incentivado, pois representa um gesto de amor e dedicação (Organizadora do evento).</p> <p>Amamentação é tudo! Ela deve ser exclusiva até os seis meses de idade e complementar até os dois anos ou mais. É o melhor alimento que</p>

	podemos dar aos nossos filhos, o mais completo, é uma vacina natural. O meu bebê só mama leite do peito e é super forte, saudável e não adocece (Mãe).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora

O Estado que mais trata sobre AM e AMP é São Paulo, mas há diferença entre os segundos e terceiros que mais publicam. No caso do AM é Pernambuco, seguido por Minas Gerais; e do AMP é Espírito Santo seguido empatados por Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Quanto a outros países, o G1 publicou mais matérias dos EUA, talvez pela parceria com duas agências norte americanas contra uma de Portugal, uma da França, uma da Espanha e uma da Inglaterra, como já mencionado na metodologia sobre o G1.

Um total de 67% das matérias em AM seguem as recomendações do Ministério da Saúde (MS), 32% não citam as recomendações e 0.6% não estão em acordo.

#### Quadro 16: Exemplo de matéria que não está em acordo com o MS

<b>Título</b>	"Para evitar leite em pó, mulher dá filho para amiga amamentar"
<b>Resumo</b>	Amiga amamenta filho de amiga que estava com problemas para amamentar. A matéria aborda a solidariedade entre amigas
<b>Fala</b>	Um médico disse que havia um problema na forma como a boca do meu filho se encaixava no meu mamilo. Outro me disse que meu leite não era nutritivo e outro sugeriu que eu tinha um problema anatômico. Eu não sabia em quem acreditar (Mãe 1).  Miranda conta que ficou surpresa com a reação de algumas pessoas a ajuda que prestou à amiga (Jornalista).

	Embora tenha ficado com o peito mais inchado, porque não estava acostumada a isso, para mim era normal. Estava fazendo algo por uma amiga que estava com problemas (Mãe 2).
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

Contra indicado formalmente pelo MS e OMS, a amamentação cruzada, como é conhecida a prática de mães que amamentam filhos de outras mães que apresentam alguma dificuldade com o aleitamento materno, traz diversos riscos ao bebê, podendo transmitir doenças infecto-contagiosas como a AIDS. Em nenhum momento do texto, foi dito pelo jornalista ou qualquer outro profissional que a amamentação cruzada é contra indicada pelos principais órgãos de saúde.

Em AMP, 98.2% seguem o MS, e somente em uma há uma fala do médico que não é uma indicação do MS, já descrita anteriormente.

Em 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, agosto foi o mês que mais apareceram textos em AM e AMP; em 2013, no tema AM, o mês que mais se publicou matéria sobre o assunto foi outubro, já em AMP foi, maio, com somente uma matéria. Como já dito anteriormente, agosto é o mês que se comemora a Semana Mundial do Aleitamento Materno. Em outubro acontece o movimento internacional de mobilização contra o câncer de mama (Outubro Rosa), além de ser também o mês da criança. Em maio é comemorado o Dia das mães.

Sobre os gêneros e formatos jornalísticos, Informativo-reportagem foi o mais utilizado, o que é facilmente explicado pelo site G1 ser da TV Globo, sendo que a televisão se utiliza mais destes gênero e formato no dia-a-dia.

A evolução da linguagem, dos gêneros e formatos, ocorreram junto com as transformações tecnológicas nas emissoras de televisão. De acordo com Spinelli (2012, p. 02), os primeiros programas telejornalísticos apresentavam as notícias lidas pelos apresentadores no estúdio, com predominância dos textos informativos, principalmente as chamadas notas simples, formato em que o apresentador lê a notícia sem a inserção de imagens para complementar. "Logo, os realizadores começaram a perceber o potencial das imagens (estáticas e dinâmicas) e surgiram as notas cobertas, em que as notícias eram lidas pelo apresentador sobre imagens



referentes ao fato".

No final da década de 60, surge o primeiro telejornal em cadeia nacional, o Jornal Nacional, trazendo tanto um aparato tecnológico como um modelo de produção de notícia dos Estados Unidos, impulsionando mais agilidade e padronização dos formatos. "Em meados da década de 1970, a fórmula conceitual do telejornal ganhou novos ingredientes que viriam formatar o novo modelo de Telejornalismo no Brasil. A evolução tecnológica foi responsável pelo processo de mudança do filme para o videotape. Os jornalistas de TV dos Estados Unidos foram os primeiros a desfrutar das possibilidades do vídeo e criaram efetivamente os novos moldes de reportagem para TV, usado até os dias atuais" (SPINELLI, 2012, p.02)

A reportagem, juntamente com os formatos estabelecidos anteriormente, passa ser o formato jornalístico mais utilizado e o gênero informativo o mais predominante nos telejornais, a partir da aplicação de conceitos de "isenção, imparcialidade e a ampla busca de versões plurais para trazer uma visão totalizante sobre determinado fato". Até os dias de hoje, a maioria dos telejornais na televisão aberta brasileira trazem pouco espaço para a inserção de um jornalismo opinativo e crítico. (SPINELLI, 2012, p.02),

Spinelli (2012) explica que o uso da reportagem pelas TVs abertas se mantém em uma narrativa calcada na clareza e objetividade, para que o telespectador apenas compreenda o assunto, sem que tenha opção de uma reflexão mais profunda sobre o tema tratado.

A maioria das matérias pesquisadas se utilizam da plataforma texto, seguida por vídeo. E destas, a maioria é de texto com foto, vídeo gravado e texto com vídeo gravado.

Como mencionado anteriormente, o portal G1 de notícias disponibiliza o conteúdo de jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo, Extra, Expresso e Valor Econômico, revistas Época e Globo Rural, entre outras - além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo. Ademais, cinco redações próprias são situadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife, e afiliadas da Rede Globo, jornais, revistas, rádios e as agências de Notícias Agência Estado, Agência France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Lusa,

Reuters e Valor Econômico alimentam o portal de notícias. Daí o portal trazer mais texto do que vídeos, já que tem uma redação própria que transcreve o que saiu, tanto na TV Globo como nestes outros canais, além de trazer vídeos já veiculados com texto de apoio.

Nos sites dos programas jornalísticos televisivos brasileiros das emissoras existe pouco ou quase nada de conteúdo audiovisual produzido especificamente para internet. A maioria do material já foi veiculado na TV e é disponibilizado nos sites para que o internauta possa assistir.

A internet é usada para estreitar a relação com o telespectador e até incentivar a visualização dos programas na TV, por meio de informações exclusivas sobre os bastidores, a redação, a história do programa, sessões específicas sobre reportagens especiais, dicas e canais para os telespectadores enviar conteúdos como textos, vídeos e fotos, além da interação com as mídias sociais (twitter/facebook/blogs) (SPINELLI, 2012, p. 05).

Assim, como ressalta Spinelli (2012), a produção audiovisual jornalística passa a ser utilizada como um elemento que auxilia na compreensão e no desenvolvimento das narrativas que se estabelecem pela convergência das mídias no ambiente digital.

Nos sites dos telejornais das emissoras de TV aberta brasileiras é comum encontrar três estágios do jornalismo na web, pela definição de Mielniczuk (2002). Primeiro estágio seria a simples transposição do que foi produzido e transmitido no telejornal para o portal do veículo na internet, mais utilizado. O segundo estágio é caracterizado pelo uso de recursos próprios da internet, que propiciam um espaço para a integração entre produtores de conteúdo e receptores, como ferramentas que permitem o envio de fotos e vídeos pelos telespectadores, enquetes e fóruns que estimulam a participação da audiência na produção das matérias, canais para envio de e-mail com sugestões, críticas ou elogios aos programas.

Mesmo com o avanço de processos interativos, na maioria dos portais dos telejornais ainda é quase nulo o incentivo das empresas em abrir um campo dialógico com os telespectadores. O modelo estabelecido pelos meios de comunicação de massa, em que a comunicação se dá de poucos para muitos, ainda continua a ser hegemônico e estas potencialidades de interação ainda são quase inexistentes (SPINELLI, 2012, p.06).

O terceiro estágio é caracterizado pela ampliação do conteúdo que foi para a TV com texto impresso sintetizando e fornecendo informações precisas relacionadas

ao conteúdo da matéria em vídeo. São usados hipertexto para direcionar o internauta, agendas e programação sobre eventos abordados, conteúdos adicionais, bate-papo, dentre outros. Neste estágio há um reconhecimento do novo meio de comunicação, a web, pois há a produção de conteúdo noticioso original desenvolvido especificamente para este meio. As empresas passam a tê-la como aliada e não uma concorrente da televisão (SPINELLI, 2012).

Sobre amamentação prolongada, percebe-se que é um assunto pouco abordado. Das 483 matérias sobre aleitamento materno, somente 55 tratam, de alguma maneira, sobre AMP e, destas matérias, 15 abordam o tema como assunto central. Em 25 das 55 matérias, o foco é nos benefícios para a saúde do AMP e na recomendação do MS e OMS. Em nove matérias o foco é no prazo do aleitamento materno e em 21 matérias, o direito da mulher amamentar está em pauta.

Portanto, sobre as matérias de AMP, percebeu-se que as falas de jornalistas e entrevistados focam, em sua maioria, os benefícios da amamentação prolongada para a saúde do bebê e nas recomendações dos órgãos de saúde:

*O leite materno pode ser dado até os dois anos ou mais. O LM também é responsável pela proteção, já que o sistema imunológico só vai estar pronto a partir dos 2 anos de idade" (profissional de saúde). "Como complemento, ele continua sendo uma importante fonte de nutrientes até o segundo ano de vida ou mais" (jornalista). "Bebês que foram amamentados por mais tempo obtiveram melhores resultados em testes de inteligência na idade adulta"(jornalista). "Recomenda até 2 anos ou mais. (Profissional de saúde).*

Em alguns casos, o profissional de saúde não segue o apregoado pelos órgãos de saúde:

*Prolongar esse período por mais de três anos pode dificultar na independência da criança e causar efeitos estéticos, como a flacidez dos seios, que pode afetar a autoestima da mulher". Ou "Este vínculo vai se rompendo. O recomendado é mamar até dois anos, mas tem criança que mama mais do que dois anos, não que vai fazer mal mamar mais de dois anos, né?*

As mães realçam o desejo de parar quando elas e os bebês quiserem:

*Amamentar até quando der e até quando a bebê quiser". "Não quero parar de amamentá-la. Ela vai parar quando quiser.*

A 'polêmica' apresentada pelos jornalistas aparece nas falas:

*O que causou revolta entre as alas mais conservadoras da sociedade americana, foi a idade do menino que aparece na capa da Time e nas fotos da reportagem.*

A pergunta até quando amamentar é algo recorrente entre os jornalistas:

*Pretende amamentar até quando? Mas Dr., até quando é saudável amamentar?*

Apesar dos benefícios reconhecidos do aleitamento materno, quando mais tempo durar, é visto como anormal. Em uma matéria, uma mãe apresenta a dificuldade em amamentar seu filho com mais de dois anos:

*Meu filho de três anos estava internado em um hospital. Quando eu fui amamentá-lo, uma enfermeira chegou e disse, 'é por isso que não para de chorar. Não está grandinho pra mamar, não? Menino burrinho, mimado'.*

Se, por um lado a sociedade espera que uma boa mãe amamente seu filho como sinal de amor, por outro, coloca condições para que isso aconteça: como a idade máxima do bebê, mesmo que haja recomendação dos órgãos de saúde de dois anos ou mais, e local (de preferência em ambiente privado ou familiar e sem expor o corpo).

Nota-se que a mídia costuma pautar-se pelo discurso oficial, a partir dos direitos das crianças, e nem sempre as reportagens dão espaço para discutir a amamentação pelo olhar dos direitos das mulheres (RODRIGUES, 2017).

Sobre a dificuldade vivida pelas mães em amamentar uma criança com mais de dois anos, dificuldade essa imposta pela sociedade, Rodrigues (2017) explica que o corpo da mulher sempre foi considerado como "do outro", primeiramente de seu pai, depois de seu marido que herda o poder paterno sobre a mulher, e possui a dominação sexual, depois de seu (sua) filho (a), a quem ela deve dedicação exclusiva. E, por extensão, à sociedade, que observa e julga esse corpo, determinando seus usos.

Na sociedade moderna, a estética criou um grande apelo erótico sobre o corpo feminino, em especial quando falamos do seio: ele deve ter um formato, um tamanho e consistência específica. Nesse contexto, o seio é visto com grande apelo erótico, e antes de tudo, como um órgão sexual. Com isso, a cultura ocidental objetifica o corpo da mulher, que ora é o corpo santo, de mãe; ora torna-se o corpo pecaminoso, e sequer as revoluções de costumes alteradas pelo feminismo consegue alterar isso (RODRIGUES, 2017, p. 33).

Sobre a autoria das matérias, verifica-se que tanto em AM quanto em AMP, as repórteres mulheres são as que produzem o maior número de matérias, 39.8% e 56.4%, respectivamente. O que pode ser explicado pelo lugar de fala, na qual a

matéria tem mais credibilidade quando é abordada por alguém que poderia ter passado pela mesma experiência da telespectadora, no caso aleitamento materno. O texto que tem como receptor principal a mulher, parece receber mais aval desta quando é transmitido por outra mulher, ao invés de um homem ou de uma agência de notícia e sem autoria definida.

Adriano Duarte Rodrigues define o conceito de lugar de fala como sendo “o lugar que o locutor ocupa numa cena, sob o fundo da qual locutor e alocutário estabelecem uma espécie de contrato implícito de troca simbólica de enunciados. É este contrato implícito que institui as posições relativas dos enunciadores, que confere aos protagonistas da relação discursiva respectivamente o estatuto de locutor, isto é, de falante autorizado a falar daquilo que fala e a falar do modo que fala, e o estatuto de ouvinte ou de leitor do discurso, isto é, de destinatário”. (RODRIGUES, apud ALMEIDA, 1998, p. 05).

Ademais, o foco da maioria das matérias são os benefícios do aleitamento materno e as recomendações para a saúde, principalmente da criança, tanto em matérias de AM quanto de AMP, 40% e 58%, respectivamente; estas matérias, trazem como principal, e em alguns textos único entrevistado, o profissional de saúde.

A presença do profissional de saúde reforçando os benefícios para a criança, reproduz os discursos pró-aleitamento materno com apelo biomédico e baseados no processo de naturalização da amamentação, tomada progressivamente, como função biológica e social da mulher. "Fonte do precioso leite, o corpo feminino é objeto de regulações, como instrumento de garantia da saúde da criança em moldes apregoados pelos governos e por organizações internacionais" (KALIL; AGUIAR, 2016, p. 209).

As mídias não somente realizam-se por meio do trabalho humano, mais que isso, prevalece as decisões políticas, sociais e econômicas de quem possui os meios para comunicar e promover a construção de consensos, amplos ou segmentados. "É nesse contexto que se constroem as teorias sobre formadores de opinião. Os formadores de opinião são pessoas que, por meio da mídia, comunicam juízos sobre temas, fatos, personalidades ou valores a ampla parcela da população ou a um grupo específico". Estas pessoas têm grande poder de verbalização e

comunicam algo sobre um tema a quem lhes der crédito (Cruz, 2011, p. 37). Como o tema amamentação está ligado à saúde, o profissional de saúde têm sido escolhido pelos jornalistas como o formador de opinião para comunicar juízos sobre este assunto.

Apoiado nas teorias tradicionais sobre os formadores de opinião Rubens Figueiredo apresenta a distinção de duas categorias, uma delas é a de formadores de opinião “verticais” como sendo pessoas que têm grande poder de verbalização e oportunidade de dizer o que pensam para um grupo expressivo de pessoas. Pessoas que têm acesso aos meios de comunicação para utilizar a palavra para comunicar suas opiniões sobre temas variados ou específicos. Seriam estes: intelectuais, jornalistas, professores, etc. (FIGUEIREDO apud CRUZ, 2011).

A segunda categoria proposta por Figueiredo são os “formadores de opinião horizontais”.

Estes apresentam características menos formais do que o tipo anterior. Podem ser professores, médicos, sacerdotes, empresários ou líderes comunitários; no entanto, tem como característica principal um traço de personalidade, algo que lhes confere essa distinção como formuladores de opinião assimilada e reproduzida por outras pessoas. (FIGUEIREDO apud CRUZ, 2011, p. 38).

O lugar de fala é ocupado pelo sujeito segundo a função, o papel que ocupa no campo social ao qual pertence. Norbert Elias (1994) reforça que o lugar do indivíduo na sociedade depende de sua posição na estrutura social. A margem de ação de cada um, em particular depende da função que a pessoa ocupa na sociedade, entendida por Elias como composta por pessoas individualmente consideradas e com poder de decisão, que difere segundo a sua estatura no meio social. A observação dos fatos históricos é suficiente para comprovar que, os que se encontram em posições sociais de destaque, têm uma capacidade de ação sobre a vida da coletividade.

De acordo com Araújo e Cardoso (2007), a competência de quem é autorizado a falar pode ser atribuída e reconhecida pelo lugar de fala, mas também por outras variáveis como falar dentro da norma culta e com fluência. A competência linguística acaba por ser monopolizada por alguns, e a outros são despossuídos em graus variados.

A mídia, de posse dos capitais cultural e social, seleciona quem será entrevistado para legitimar sua fala, convocando discursos para tal. É ela que dá as regras na relação comunicativa, como aponta Araújo e Cardoso (2007)

Além disso, a mídia tem o poder de tomar leituras da realidade, articulando com seus dispositivos e lógicas, e as transformando em verdades.

O imaginário moderno tem a forte presença da mídia na sua conformação. Esta, principalmente na sua modalidade televisiva é a substituta contemporânea das grandes narrativas míticas que organizam a percepção do mundo. Em outros termos, o grande xamã dos tempos atuais. Imagens estereotipadas e ampliadas pela mídia integram os discursos que legitimam as políticas públicas e particulares que afetam o setor e são manejadas, com maior ou menor grau de consciência e intencionalidade, para atender os interesses em jogo (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 1046).

Como relata Araújo e Cardoso (2007, p. 1047), a mídia é o espaço por excelência do embate das vozes sociais, que correspondem a interesses distintos. "No entanto, não é apenas um lugar, mas um ativo produtor de sentidos, manejando este embate a partir de seus próprios interesses, lógicas e dispositivos".

Deve-se atentar sobre a concentração da propriedade dos meios de comunicação nas mãos de apenas alguns grupos econômicos. Isto é de extrema relevância, pois percebe-se o quanto o processo de constituição da realidade, aqui neste caso da saúde, sofre as injunções dos interesses desses grupos. (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Diante destas informações, é necessário olhar para as relações entre mídia e sociedade, visto que uma não pode ser explicada sem a outra.

Ribeiro (2013) explica que sobre o poder dos meios de comunicação, Paulo Freire coloca a questão da unidirecionalidade, na qual a comunicação é feita em uma direção, não havendo interação entre quem transmite e quem recebe, chamando a comunicação de "comunicado". O que ele coloca é que os meios de comunicação, por meio de suas técnicas, conduzem e manipulam as massas, e isso não é um processo educativo-libertador e sim uma visão bancária como um depósito de informação, o que estimula a ingenuidade e não a criticidade.

Quanto às questões de gênero, Cadoná e Strey (2014, p. 477) dizem que muitos discursos veiculados no cotidiano demarcam papéis diferenciados para homens e mulheres. "Essa diferença também estabelece padrões de desigualdade, nos quais os homens ocupam um papel, muitas vezes privilegiado,

em termos de dominação".

Podemos dizer que a maternidade se constitui enquanto produto da cultura, e assume as características atuais da sociedade e do momento que se está vivendo. Esse mesmo conceito de sujeito materno está pautado na lógica construída na modernidade, em que questões de gênero se ancoram a processos que resultam na desigualdade e na hierarquização, em meio a modelos sociais que investem na mulher em uma perspectiva que leva em conta uma essência universal e biológica, colocando-a na posição de cuidadora, educadora, 'por natureza', das crianças (CADONÁ; STREY, 2014, p.477).

Com isso, estes significados acabam por direcionar as mulheres a um entendimento de sua própria vivência, orientando como serão sua vivência e sentimentos em relação à maternidade. Com tudo isso, a ela são atribuídas as responsabilidades pelo cuidado, saúde e sucesso futuro de seus filhos.

Como ressaltam Cadoná e Strey (2014), por isso se faz necessário "investigar discursos cotidianos, provindos de diferentes lugares, tais como mídia televisiva, jornais, revistas, anúncios e políticas públicas de saúde, que colocam a mulher nesse papel".

As práticas de incentivo ao aleitamento materno, na contemporaneidade, adquirem centralidade em meio a essas questões e constituem um campo rico de investigação, tendo em vista que a amamentação, no Brasil, é tema de interesse da saúde pública, envolvendo meios de comunicação, governos, comunidades e serviços de saúde em prol de seu incentivo, o que torna a mulher foco de discursos, que muitas vezes a posicionam em uma condição exclusivamente voltada à maternidade (CADONÁ; STREY, 2014, p. 479)

Portanto, o presente estudo, que tem a intencionalidade de problematizar os discursos veiculados na mídia são importantes, em especial na luta contra a desigualdade nas relações de gênero, em que a mulher é submetida a determinados papéis em função de sua anatomia, haja vista a crescente emergência em políticas públicas e ações que abarque diferentes olhares sobre o aleitamento materno, em especial o prolongado.

Além disso, como aponta Gomes et al. (2016), existe um sinal de alerta com a falta de progressão, mesmo com constantes políticas de incentivo e apoio ao aleitamento materno, o que reforça a necessidade de se desenvolver novas ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, envolvendo os diversos setores da sociedade, no intuito de se retomar o crescimento da prevalência e duração do aleitamento materno. Além disso, sobre a temática amamentação, é



necessário um olhar além do biomédico, que traga a mulher como protagonista da amamentação, onde suas experiências sejam ouvidas. Como aponta Junges et al. (2010), a valorização dos significados construídos, na vivência das mulheres, relacionados ao aleitamento materno, pode desvelar as suas reais necessidades e ser um importante caminho para o entendimento deste evento.

A necessidade de novos olhares sobre a amamentação, como uma experiência na qual a mãe também é protagonista, implica pensar a prática para além do seu caráter naturalista e/ou biológico, priorizando a mulher em sua pluralidade de identidades e demandas que extrapolam a condição materna (RODRIGUES, 2017, p. 57). "E a mídia pode ter um importante papel nesse cenário, ao ouvir e reverberar novas vozes, ela colabora para a construção de novos discursos".

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amamentação, assim como a maternidade, é um ato construído subjetiva e socialmente que envolve, além da mulher e o filho, seu entorno composto pelas pessoas, situações e fatos mais significativos ao longo da vida, para a construção da identidade materna. Neste contexto, a mídia pode ter um importante papel no cenário pró-amamentação, ao ouvir e reverberar novas vozes, ela colabora para a construção de novos discursos.

Um total de 46% das matérias em AM e 66% em AMP se inserem na pré-categoria “Promoção em AM” e 50% das matérias em AMP são da categoria "Porque amamentar", que trazem textos que abordam benefícios da amamentação e recomendações desta para a saúde do bebê e da mãe.

Além disso, em 53% das matérias de AM e 30% de AMP as mães não são entrevistadas. Mesmo nas 70% das matérias de AMP que as mães são entrevistadas, em 40% destas não são elas que falam de amamentação prolongada. Dentre os entrevistados, os profissionais de saúde são os mais requisitados: 40% das matérias de AM e 55% das matérias de AMP. Em 5% das matérias tanto em AM quanto em AMP a família da mulher/mãe é entrevistada.

Em 73% das matérias de AMP, o assunto é abordado brevemente, ou seja, em 30% dos textos este tema é o assunto principal. E na maioria das matérias (60%) o viés é neutro, ou seja, a matéria somente traz os benefícios do aleitamento materno prolongado ou a recomendação dos órgãos de saúde. A neutralidade também pode ser considerada uma posição que, estando aberta, possibilita que discursos que soem julgamento a esta prática se perpetuem.

Pode-se perceber que os discursos, ademais de naturalizarem a prática do aleitamento materno, persuadindo a mãe a amamentar com base, sobretudo, nos atributos do leite materno e seu caráter indispensável à saúde da criança, reduzem o AM a comportamentos biológicos e reforçam que este tema se insere numa sociedade sexista que insiste em impor normas de comportamento que não consideram as subjetividades, expectativas, desejos e a vida concreta das mulheres que optam pela amamentação; ademais de desqualificar as mulheres que optam pela amamentação prolongada, atribuindo as mamas à sexualidade feminina, que, assim estereotipada, reproduz no mesmo discurso aquele que incentiva o aleitamento materno até o sexto mês e

desestimula a amamentação após os dois anos.

Percebe-se no material analisado que alguns temas foram negligenciados como: perspectivas da mulher no processo de amamentação e paternidade. Prevaleram razões fundadas, sobretudo, no ideário higienista: o leite materno é o melhor alimento para o bebê, responsabilidade da mulher pela sua saúde e crescimento do filho, e amamentar a prole é função da mulher em nome da manutenção da família e do progresso da sociedade. As matérias não representam os interesses dos 'sujeitos' mães, apesar destas serem protagonistas do aleitamento materno, em especial o prolongado, que exige uma luta destas mulheres contra os estereótipos criados para tal prática, na maioria das sociedades.

A maior parte desses discursos continua a enfatizar a importância da prática para a saúde da criança, enfocando-a sob a ótica do 'aleitamento materno' (provimento de leite ao bebê) em detrimento da 'amamentação' (processo intersubjetivo complexo com potenciais desdobramentos psíquicos e sociais para os envolvidos). Prevalece a visão de uma relação predominantemente instrumental: cabe à mulher fornecer ao/a seu/sua filho/a o melhor alimento, ao mesmo tempo seguro, mais completo do ponto de vista nutricional e com valor imunológico inestimável. A mãe é persuadida a amamentar com base, sobretudo, na publicização dos atributos do leite materno e seu caráter indispensável à saúde da criança.

Não se trata de desqualificar a importância da amamentação, mas de problematizar como os discursos naturalizam a prática, reduzindo-a a comportamentos eminentemente biológicos que definiriam o papel natural da mulher na sociedade. Tal situação implica a valorização ou destaque de determinados sentidos em detrimento de outros, temporariamente apagados ou ofuscados. Sendo assim, as mulheres e suas (diferentes) perspectivas sobre a amamentação são estereotipadas, restando quase nenhum espaço para discutir sua opção por amamentar e motivações para dar continuidade ou encerrar o tal prática.

É preciso repensar os discursos dominantes, ainda existentes nos estudos da área da saúde, que vislumbram a amamentação sob uma perspectiva biologicista. A partir dessa investigação, foi possível evidenciar a importância de não somente dar a voz, mas problematizar a mulher que vivencia a amamentação, valorizando além da dimensão biológica, os fatores culturais que influenciam diretamente no ato de amamentar, em especial neste momento histórico em que os índices de aleitamento materno estão

estagnados, mesmo diante das inúmeras campanhas pró-aleitamento materno.

Faz-se necessário que as mulheres sejam, direta ou indiretamente, suas principais destinatárias, que sejam ‘trazidas para a discussão’, compreendidas e tratadas como protagonistas da prática da amamentação. Entende-se que isto só pode ser alcançado por meio de pesquisas e estudos que privilegiem suas percepções, vivências, desejos e contextos, dado que a literatura, há tempos, reconhece que o aleitamento materno depende de diversos fatores socioculturais, profissionais, nível de educação e da ação dos profissionais de saúde e da mídia. Diversas entidades exercem papel importante na produção de sujeito e, vale ressaltar, a mídia é um deles.

Não pretende-se propor um modelo ideal de sociedade, mas trabalhar a possibilidade de modos de vida mais equilibrados. Como diz Ribeiro (2013), inspirados em Freire: é importante ter, antes de tudo, a confiança no ser humano como sujeito criativo e a convicção de que a mudança é possível. Exemplos de mudança conceitual na contemporaneidade são os referentes ao papel das mulheres, que, mesmo frente a conceitos ainda contraditórios do local que a mesma ocupa no sistema social, tem buscado um modo de ser e viver que contemple suas necessidades enquanto mulher, companheira, mãe e profissional.

Portanto, as contribuições deste estudo residem na importância da mídia para a saúde e vice-versa. Uma das estratégias de mudança pode estar centrada na mídia – instituição hoje talvez de maior poder sobre a construção e manutenção do consenso. Pensar em uma nova sociedade requer repensar diversos aspectos. Centra-se este estudo no aspecto midiático – que pode favorecer ou não a construção dessa sociedade, e dependendo do uso que se faz e da política que está por trás desses meios. Assim, as grandes instituições sociais – a família, a religião, a escola, a mídia – podem ser instrumentos, tanto de produção e manutenção do *status quo*, como de reformulação e superação desse sistema.

Quando se trata de mídia, não se pode deixar de mencionar o poder que esta tem: na questão da autoria, são mulheres jornalistas as autoras de 40% das matérias de AM e em 60% de AMP e o fato de, apesar de se utilizar na maior parte das matérias do formato jornalístico reportagem (69% de AM e 82% de AMP), estes não trazem nas matérias todos os envolvidos em amamentação e amamentação prolongada, renegando a segundo plano personagens importantes neste cenário, como o pai, outros filhos, e seu entorno social.

Considerando que a reportagem é a ampliação da notícia, no sentido de permitir não somente a horizontalização do relato, ou seja, uma abordagem extensiva em termos de detalhes, como também sua verticalização, ou seja, aprofundar a questão em foco; a mãe deveria ser a protagonista das entrevistas, possibilitando uma real problematização do tema.

Diante do exposto, a mídia não tem realizado um papel satisfatório, muitas vezes reproduzindo estereótipos de gênero que não auxiliam as mulheres e famílias nas tomadas de decisão. Reconhecemos que ela tem papel importante em relação aos discursos e políticas contemporâneas pró-amamentação e seus desdobramentos na perspectiva da mulher, trazendo novos olhares no campo da saúde e nos novos modelos de maternidade (e paternidade). Portanto, a mídia de massa precisa aproximar seu discurso da mulher mãe, seus desejos, expectativas e vida, quando o assunto é amamentação, visando colaborar com o aumento da prevalência deste indicador e repensar seu papel de reprodutora de normas e condutas sexistas, de forma que comunicação e saúde realizem, de fato uma parceria em prol dos direitos das mulheres, no que se refere a amamentação prolongada.

Como ressalta Kali e Costa (2012), esta não parece ser uma tarefa fácil, mas pode ser conquistada por meio de uma “atitude de escuta” das diversas vozes envolvidas no processo comunicacional e por uma percepção mais ampla da mulher lactante em seus múltiplos contextos. Isto possibilitará a construção de um modelo de comunicação para o amamentação capaz de ouvir, antes de aconselhar, de incluir as vozes da mãe, do pai, de outros filhos e dos demais familiares antes de prescrever e, sobretudo, de compreender o contexto ao qual se dirige antes de atuar.

A mídia tem destaque pelas transmissão de mensagens sobre os valores do aleitamento materno para a criança, entretanto, é importante que seja feita articulação entre os meios de comunicação e grupos de incentivo ao aleitamento materno, profissionais, familiares e comunidade, para que o enfoque das mensagens veiculadas possa contemplar as especificidades da mulher e suas reais necessidades. Segundo Hames (2006), uma configuração multidimensional exige diferentes abordagens e intervenções para uma atuação efetiva na problemática que é o ser mãe, amamentar e desmamar o filho/a nos dias atuais.

O poder da mídia, segundo Paulo Freire (2003), é que além de ser atrelada e vinculada aos interesses mercadológicos e que visa em grande parte ao entretenimento,

produz uma comunicação unidirecional, que não dialoga, mas deposita informações no telespectador, no caso da televisão. Para ele, os meios de comunicação não são vilões em si, mas trazem o reflexo do progresso, da ciência e tecnologia, como ferramenta que deve ser inserida no processo de aprendizagem e conhecimento.

Além disso, este trabalho buscou também trazer a perspectiva dos estudos de gênero para a temática das políticas e dos discursos atuais sobre AM, em especial o prolongado, no campo da saúde coletiva, construindo uma fala menos monocórdica. Enquanto, fora do país, o tema tem motivado fervorosos debates, no Brasil a produção acadêmica com relação aos discursos e políticas contemporâneas pró-AM e seus desdobramentos na perspectiva da mulher ainda é tímida, embora venha crescendo no bojo da discussão sobre novos modelos de maternidades (e paternidades). E neste sentido, reconhece que os processos de maternidade e paternidade estão estreitamente relacionados com o de construção de igualdade de gênero: educar mulheres e homens para tornarem-se mães e pais está dentro de processos que nos educam como sujeitos de gênero.

Este trabalho alinha-se, ainda, à uma produção que agrega novos olhares sobre a comunicação no campo da saúde, partindo da premissa de que quem recebe a mensagem é co-produtor de sentidos (a partir de seus próprios contextos) e, não, somente alguém que precisa de informações para adotar determinados comportamentos. Ele também pode se expressar e se fazer ouvir, ou seja, ser considerado um 'interlocutor' e não apenas um mero receptor.

A forma como o poder opera na sociedade atual não é mais a vigilância, mas a informação, que adverte os indivíduos dos riscos dos seus atos. A pós-modernidade monitora os corpos por meio de informações, uma forma na qual o governo utiliza-se para tanto, de um conjunto de técnicas, procedimentos e saberes que regulam a vida (SCHWENGBER, 2012). Para a autora, um grande volume de informações divulgados em manuais e na mídia passou a conformar regras, exigindo que os pais não só gerem os filhos, como também leiam e sigam as recomendações dos peritos, indicando uma série de cuidados a serem seguidos.

Por isso, para as mães em processo de amamentação, este estudo revela que a mídia comercial não pode ser a única fonte de informação quando o assunto é amamentação. Recomenda-se que elas possam também se informar por outros meios de comunicação, em especial aqueles que a reconheçam em sua pluralidade de identidades

e demandas que extrapolam a condição materna. Além disso, a presente investigação ressalta a necessidade de acessar também familiares e outras mães, de forma a permitir o compartilhamento de vivências e experiências, que representem o apoio necessário para que ela mesma possa decidir sobre seu processo de amamentação, como protagonista deste ato.

Em relação às limitações deste estudo, pode-se apontar as dificuldades com os meios utilizados para a busca, que precisou ser feita pelo google.com e não pelo próprio site do portal G1, que demonstrou ser de baixa qualidade. O trabalho se restringiu ao que era indexado no próprio google, o que pode ter limitado o acesso a outras matérias. Isso porque, como mencionado no início deste trabalho, a Globo não ofereceu possibilidades de busca em seu arquivo, o que também nos sugere falta de interesse em discutir a abordagem do tema.

O cenário atual vem se configurando a partir de novos modelos e paradigmas. Como coloca Araújo (2004), uma questão em voga é a interdisciplinaridade, a qual tem se colocado como uma possibilidade eficaz para resolver problemáticas contemporâneas. É justamente nesse contexto que se estabelece a configuração de um novo campo, o da Comunicação e Saúde. Ou seja, como uma pode e deve influenciar a outra em cada um de seus objetivos específicos, resguardadas suas funções éticas, de forma a atender, da melhor maneira possível, a população, visto que ambos os campos são produtos desta. Comunicação e Saúde é um campo em desenvolvimento e que tem uma área fértil a ser explorada, tanto para um quanto para outro, ao desenvolver estratégias em conjunto, buscando atender melhor a população a que se destina o assunto abordado por ambas as áreas e que o público vislumbrado, no caso aqui, as mulheres mães, se sintam contempladas nos materiais divulgados e que não tenhamos somente um depósito de informações de maneira prescritiva e impositiva, na qual aparenta não ser capaz de transformar a realidade atual. Dessa forma, insere outros profissionais como os jornalistas para que possam conjuntamente com profissionais de saúde trabalhar temas relacionados à saúde, que contemplem, de fato, as reais necessidades da população a qual destinam suas produções informativas.

Diante do exposto, entende-se que esta pesquisa pode contribuir, por um lado para os meios de comunicação observarem a possibilidade de um novo olhar sobre a amamentação e a mulher mãe, trazendo outros conceitos que possam contemplar suas especificidades e dificuldades, visto que a amamentação não é um conhecimento inato e

sim construído e conquistado. Por outro lado, acredita-se que possa colaborar para que mães, pais e familiares possam observar os posicionamentos atuais da mídia, e buscar informações em diversos meios de comunicação para, então, decidirem o que os contempla melhor sobre a questão do aleitamento materno.

Percebeu-se nesta pesquisa que há um baixo engajamento em matérias opinativas na mídia por parte dos atores envolvidos em amamentação. Por isso, neste trabalho também sugerimos que este espaço seja melhor ocupado.

Como trabalhos futuros, propõe-se também a análise de imagens fixas de jornais para explorar como estes abordam o tema AMP. Além disso, buscando atuar ativamente em relação ao tema, se propõe que o AMP seja abordado em atividades de extensão, objetivando, por meio de bate-papos com canais de televisão, criar um espaço de diálogo com a mídia para que esta possa agregar novos olhares sobre a comunicação em relação à amamentação, incluindo as vozes da mulher-mãe, do pai, de outros filhos e dos demais familiares.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real**. In: IV CONGRESSO DA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN. 1998. Recife. Disponível em: <http://bit.ly/387kX4f>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ALMEIDA, J. A. G. **Amamentação: um híbrido natureza-cultura** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 120 p. Disponível em: <http://bit.ly/2tYFE2I>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ALMEIDA, G. G. et al. Proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno em um hospital universitário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 487-494, abr. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2K68EKr>. Acesso em: 21 nov. 2019.

AMORIM, S. T. S. P. Aleitamento materno ou artificial: práticas ao sabor do contexto. Brasil (1960-1988). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 581-598, ago. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/314H9b7>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ARAÚJO, C. P. Informação, Comunicação e Saúde: campo interdisciplinar em construção. **Informação & Comunicação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 45-59, jan. - jul. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2P8kY0n>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAÚJO, I. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para Políticas Públicas. **Interface – comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165-178, set. 2003 - fev. 2004. Disponível em: <http://bit.ly/2PQlqzt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ARAÚJO, I. S. de; CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2MFdSzp>. Acesso: 22 out. 2019.

ARAÚJO, O. D. et al. Aleitamento materno: fatores que levam ao desmame precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 4, p. 488-492, ago. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/32XI52S>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ARAÚJO, R. M. A.; ALMEIDA, J. A. G. Aleitamento materno: o desafio de compreender a vivência. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 4, p. 431-438, ago. 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2K2GEaA>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ARORA, S. et al. Major Factors Influencing Breastfeeding Rates: Mother's Perception of Father's Attitude and Milk Supply. **Pediatrics**, Erie, v. 106, n. 5, p. 1-5, 1 nov. 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2LITail>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <http://bit.ly/2PTYak3>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOCCOLINI, C. S. et al. Tendência de indicadores do aleitamento materno no Brasil em três décadas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 108., p. 1-9, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/336mZOq>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **As regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2XOUyDw>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação da mulher**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014a. Disponível em: <http://bit.ly/2GsmA09>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 77.116 de 6 de fevereiro de 1976. Dispões sobre a aprovação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1745, 6 de fevereiro de 1976. Disponível em: <http://bit.ly/2pAJ3Dh>. Acesso: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência integral à saúde da mulher**: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984. Disponível em: <http://bit.ly/2OkaNYd>. Acesso em: 21 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **II Pesquisa de prevalência de aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009a. Disponível em: <http://bit.ly/2ZfrXHv>. Acesso em 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Saúde da criança**: nutrição infantil - aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, n. 23. Disponível em: <http://bit.ly/2Y8Oycj>. Acesso em: 24 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006**: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2009c. Disponível em: <http://bit.ly/2pv1EQD>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Cadernos HumanizaSUS**: volume 1 formação e intervenção. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2EqU5yy>. Acesso em: 16 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Pesquisa nacional de Saúde 2013**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/35hXYRU>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

CADONÁ, E.; STREY, M. N. A Produção da Maternidade nos Discursos de Incentivo à Amamentação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 477-499, maio-agosto/2014. Disponível em: <http://bit.ly/2Yrqf6m>. Acesso em: 07 dez. 2019.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, dez. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2MhkeVL>. Acesso em: 24 out. 2019.

COELHO, C. V. A. **Fatores que interferem e dificultam na duração do aleitamento materno**: revisão da literatura. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Governador Valadares, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2MqrwWT>. Acesso em 15 out. 2019.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CRUZ, M. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 9, p. 35-51, ponto-e-vírgula, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2RIm5LJ>. Acesso em: 03 dez. 2019.

DOWLING, S.; BROWN, A. An Exploration of the Experiences of Mothers Who Breastfeed Long-Term: What Are the Issues and Why Does It Matter? **Breastfeeding Medicine**, Chicago, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/35LejQ0>. Acesso 14 out. 2019.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar Editor, 1994.

FARACO, Carlos A. **Português: língua e literatura, ensino médio**. Curitiba: Base Editora, 2005.

FAUSTINO E FREITAS et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Rev. Saúde Pública**, João Pessoa, v. 43, n. 1, p. 85-90, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2qSG1KX>. Acesso: 19 nov. 2019.

FIRMINO F. H.; PORCHAT P. Feminismo, Identidade e Gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2pNqsUm>. Acesso em 21 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade**: Cursos do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <http://bit.ly/2tfe5Cn>. Acesso em 13 dez. 2020.

FREIRE, M. M. L. **Mulheres, mães e médicos**: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2K5BKK3>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FREIRE, P. **Ação Cultural para Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação**. Diálogos. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996.

G1. **TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa**. 2017a. Disponível em: <https://glo.bo/2qEJLzD>. Acesso em: 23 out. 2019.

G1. **2017b**. Disponível em: <https://glo.bo/2YaU0eP>. Acesso em: 23 out. 2019.

GIORDANI, R. C. F. et al. Maternidade e amamentação: identidade, corpo e gênero. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2731-2739, ago. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2Ovd1B0>. Acesso em: 21 nov. 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995. Disponível em: <http://bit.ly/2Y9CpUm>. Acesso em: 24 out. 2019.

GOMES, J. M. F. et al. Amamentação no Brasil: discurso científico, programas e políticas no século XX. In: PRADO, S. D. et al. (Orgs.). **Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, v. 5, p. 475-491. Disponível em: <http://bit.ly/2QmGeAx>. Acesso em: 15 nov. 2019

GOMES, M. C. A. Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 175-194, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2ZdLmZB>. Acesso em: 24 out. 2019.

HAMES, M. L. C. **Amarras da liberdade**: representações maternas do processo de amamentação-desmame de crianças com idade superior a dois anos. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Filosofia, Saúde e Sociedade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2ZdwhXD>. Acesso em: 24 jun. 2019.

HASSE, M. **Violência de gênero contra mulheres**: em busca da produção de um cuidado integral. 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2MgQfx8>. Acesso em: 21 nov. 2019.

HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2SKfn0l>. Acesso em: 26 jul. 2019.

JUNGES, C. F. et al. Percepções de puérperas quanto aos fatores que influenciam o aleitamento materno. **Rev. Gaúcha Enferm. (Online)**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 343-350, June 2010. Disponível em: <http://bit.ly/3949V0p>. Acesso em: 23 dez. 2019.

KALIL, I. R.; AGUIAR, A. C. Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 208-223, jul-set 2016. Disponível em: <http://bit.ly/35RLkJm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Silêncios nos discursos pró-aleitamento materno: uma análise na perspectiva de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 637-660, ago. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/32RzHll>. Acesso em: 19 nov. 2019.

KALIL, I. R.; COSTA, M. C. Nada mais natural que amamentar: Discursos contemporâneos sobre aleitamento materno no Brasil. **RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-13, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2OnigWx>. Acesso em: 24 out. 2019

\_\_\_\_\_. Entre o direito, o dever e o risco: olhares de gênero sobre amamentação. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 07 - 32, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/35JU990>. Acesso 16 out. 2019.

LABBOK, M. H.; SMITH, P. H.; TAYLOR, E. C. Breastfeeding and feminism: A focus on reproductive health, rights and justice. **International Breastfeeding Journal**, [online], v. 3, n. 8, p. 1-6, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/32Y82zl>. Acesso em: 24 out. 2019.

LIMA, I. M. S. O.; LEÃO, T. M.; ALCÂNTARA, M. A. R. Proteção legal da amamentação, na perspectiva da responsabilidade da família e do Estado no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 66-90, nov. 2013/ fev. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/37ue9O7>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LIMA, A. C. O; LIMA, R. S. V; SILVA, J. M. A. Gênero feminino, contexto histórico e segurança alimentar. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 789-802, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2O4IOd5>. Acesso em: 19 nov. 2019.

LIMA, V. A. de. Da cultura do silêncio ao direito à comunicação. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, edição 669, 22 nov. 2011. Feitos & Desfeitos/Interesse Público. Disponível em: <https://bit.ly/2R8xldr>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MARCELINO, R. O Discurso da Análise: ensaio epistemológico sobre as doutrinas do discurso. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 8, n. 3, p. 247-271, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2XI6gjA>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez: parto e puerpério**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, abr. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ydkIE3>. Acesso em: 24 out. 2019.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTINS, E. J.; GIUGLIANI, E. R. J. Quem são as mulheres que amamentam por 2 anos ou mais? **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 88, n. 1, p. 67-73, 15 fev. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2JWPI1X>. Acesso em: 24 out. 2019.

MARTINS, R. M. C. **Mulheres aprende com mulheres**: diálogo intergeracional sobre a prática de amamentar e os cuidados com o bebê. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MIELNICZUK, L. **A Pirâmide Invertida na época do Webjornalismo**: tema para debate. In: INTERCOM – XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UFBA, Salvador/BA – 1 a 5 set, 2002. Disponível em: <http://bit.ly/2rb9Jex>. Acesso em: 03 dez. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTEIRO, J. C. S.; GOMES, F. A.; NAKANO, A. M. S. Amamentação e o seio feminino: uma análise sob a ótica da sexualidade e dos direitos reprodutivos. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 146-150, mar. 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2LITXjG>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MONTEIRO, J. C. S.; NAKANO, A. M. S.; GOMES, F. A. O aleitamento materno enquanto uma prática construída. Reflexões acerca da evolução histórica da amamentação e desmame precoce no Brasil. **Invest. Educ. Enferm.**, Medellín, v. 29, n. 2, p. 315-321, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/30TZnMn>. Acesso em: 24 out. 2019.

MORAES A. D. **Comunicação, Discurso e Identidade**: a construção da identidade capixaba nos jornais A Gazeta e A Tribuna. 2004. Tese (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/37J7q2A>. Acesso em 26 nov. 2019.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. Expansão e contração dialógica na mídia: intertextualidade entre ciência, educação e jornalismo. **DELTA**, São Paulo, v. 28, n. spe, p. 639-672, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2KKjRBq>. Acesso em 22 nov. 2019.

NAKANO, A. M. S. As vivências da amamentação para um grupo de mulheres: nos limites de ser “o corpo para o filho” e de ser “o corpo para si”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 355-363, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2JVJDCH>. Acesso em: 24 jul. 2019.

NAKANO, A. M. S.; MAMEDE, M. V. Mulher e o direito de amamentar: as condições sociais para o exercício desta função. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1/2, p. 22-27, dez. 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2yc0evu>. Acesso em: 24 maio 2019.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OMS e UNICEF lançam novas orientações para promover aleitamento materno em unidades de saúde de todo o mundo. **OPAS Brasil**, Brasília, ano 2018. Disponível em: <http://bit.ly/31qcyEL>. Acesso 17 out. 2019.

ORLANDI E. P. **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PERSSON, P.; ROSSIN-SLATER, M. When Dad Can Stay Home: Fathers' Workplace Flexibility and Maternal Health. **National Bureau Of Economic Research**, Cambridge, maio 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2QzpGW8>. Acesso em: 26 nov. 2019.

PIMENTA, F. F. **Políticas feministas e os feminismos na política**: políticas feministas e os feminismos na política. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2Zdeikc>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

PIMENTA S. M. O.; SANTOS Z. B. A Paisagem Semiótica de Textos Midiáticos. **Recorte Revista eletrônica**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/335NGD3>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2D1S0bD>. Acesso. 19 nov. 2019.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker, 1999.

POLIDO, C. G. et al. Vivências maternas associadas ao aleitamento materno exclusivo mais duradouro: um estudo etnográfico. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 24, n. 5, p. 624-630, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2Y9V6Yf>. Acesso em: 24 out. 2019.

PRADO, et al. **Estudos socioculturais em alimentação e saúde**: saberes em rede (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, vol. 5. Disponível em: <http://bit.ly/2plSxSC>. Acesso em: 15 nov. 2019.

REA, M. F. Reflexões sobre a amamentação no Brasil: de como passamos a 10 meses de duração. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, p. S37-S45, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2XAB3OV>. Acesso em: 20 nov. 2019.

REA, M. F. Os benefícios da amamentação para a saúde da mulher. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 80, n. 5, p. s142-s146, nov. 2004. Disponível em <http://bit.ly/31uPVz3>. Acesso em 17 out. 2019.

REGO, R. M. V. et al. Paternidade e amamentação: mediação da enfermeira. **Acta Paul Enfermagem**, v. 29, n. 4, p. 374-80, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/37r6d03>. Acesso em: 19 nov. 2019.

RIBEIRO, F. P. Paulo Freire na Comunicação e os meios de “comunicados”. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 78, dezembro, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/338VV15>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ROCHA, N. B. et al. O ato de amamentar: um estudo qualitativo. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1293-1305, dec. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/35jyVhl>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ROCHA, R. L. Os negócios da Mídia e a Comunicação da Saúde. **Perspectivas - Cadernos de Saúde Pública**. v. 32, n. 2, p. 1-3, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2O9iiuu>. Acesso em 21 nov. 2019.

RODRIGUES A. A. **De Peito Aberto: os discursos sociais sobre a maternidade produzidos pela mídia na cobertura dos mamecos no Brasil**. 2017. Monografia (Especialização em Comunicação e Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2OSZfts>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ROLLINS, N. C. et al. Por que investir e o que será necessário para melhorar as práticas de amamentação? **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 25-44, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2Zde8t6>. Acesso em: 24 out. 2019.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**, New York: Monthly Review Press, 1975. pp. 157-210. Disponível em: <http://bit.ly/2MjJevJ>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

SACRAMENTO, I. Por uma semiologia dos discursos sociais. **ECO-Pós**, v. 12, n. 1, p. 102-110, janeiro-junho 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2rfy1Uk>. Acesso em: 22 de nov. 2019.

SANDRE-PEREIRA, G. Amamentação e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 467-491, dez. 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2JUHNsz>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SANTOS, A. M. **Alimentação de lactentes**: influência da mídia televisiva. 2013. 2013. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Curso de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2MiyQEm>. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTOS, E. O.; OKADA, A.L.P. A imagem no currículo: da crítica à mídia de massa a mediações de autorias dialógicas na prática pedagógica. **Revista da FAEEDBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 20, p. 287-297, jul./dez, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2MsJUxX>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SCAVONE L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, p.137-150, 2001. Disponível em: <http://bit.ly/2r77ecM>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SCAVONE, L. Nosso corpo nos pertence?: Discursos feministas do corpo. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/344TbmF>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SCAVONE L.; BELLONI M. L.; GARBAYO C. S. **A Dimensão Política da Comunicação de Massa: um estudo exploratório do caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

SCHWENGBER, M. S. V. A mídia ensina: a criança é soberana. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 9, n. 25, p. 223-247, set. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/396hfbl>. Acesso em: 9 dez. 2019.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <http://bit.ly/385qvww>. Acesso em: 20 dez. 2019.



SILVA, P. P. et al. A percepção das mães sobre o apoio paterno: influência na duração do aleitamento materno. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 306-313, set. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2YrR391>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SMITH, P. H. Is it just so my right? Women repossessing breastfeeding. **International Breastfeeding Journal**, v. 3, n. 12, p. 1-6, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2K5Imll>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

SORENSEN, B., et al. Gênero e Educação: mídia impressa e produção do feminino e do masculino. **Rev. Psicologia em Foco**, Frederico Westphalen, v. 9, n. 13, p. 22-41, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/31mkO8x>. Acesso: 17 out. 2019.

SOUTO, D. C. **Amamentação de crianças com idade superior a dois anos: experiências maternas**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2yeqpl4>. Acesso em: 24 out. 2019.

SOUZA, M. H. N.; NESPOLI, A.; ZEITOUNE, R. C. G. Influência da rede social no processo de amamentação: um estudo fenomenológico. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, dez. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2JV4aHx>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SPINELLI, E. M. Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e internet. **Revista ALTERJOR**. São Paulo, v. 02, , n. 6, p. 1-15, julho-dezembro 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3619XUc>. Acesso em: 03 dez. 2019.

SUSIN, L. R. O.; GIUGLIANI, E. R. J. Inclusion of Fathers in an Intervention to Promote Breastfeeding: Impact on Breastfeeding Rates. **Journal Of Human Lactation Online First**, v. 24, n. 4, p. 1-7, set. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/30X04UZ>. Acesso em: 19 nov. 2019.

TEIXEIRA, J. A. C. Comunicação em saúde: Relação Técnicos de Saúde - Utentes. **Aná. Psicológica**, Lisboa , v. 22, n. 3, p. 615-620, set. 2004 . Disponível em <http://bit.ly/31H9m7E>. Acesso em: 23 de out. 2019

TIME. **Are You Mom Enough?**. Edição: 21 maio 2012. Disponível em: <http://bit.ly/32TYNQL>. Acesso em: 24 out. 2019.

VICTORA, C. G. et al. Amamentação no século 21: epidemiologia, mecanismos, e efeitos ao longo da vida. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 1, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ybhH7p>. Acesso em: 17 out. 2019.

VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

UNICEF. **Situação mundial da infância, 2011**. Disponível em: <https://uni.cf/33QiwQX>. Acesso: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **The state of the world's children 2011**. Adolescence: an age of opportunity. Disponível em: <https://uni.cf/2O4yT7p>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WARE, J. L.; MZAYEK, F.; LEVY, M. Lessons Learned in a Breastfeeding Media Campaign. **Breastfeeding Medicine**, New York, v. 11, n. 7, p. 380-385, set. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/32Wa7LN>. Acesso em: 24 set. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **International code of marketing of breast-milk substitutes**. Genebra, 1981. World Health Organization. Disponível em: <http://bit.ly/2pAlnxJ>. Acesso em 19 nov. 2019.

WHO; UNICEF; IBFAN. **Marketing of breast-milk substitutes**: national implementation of the international code. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2Yr6ZIK>. Acesso em: 26 ago. 2016.